

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

GUILHERME BADARÓ DRUMOND

**RUPTURAS DO COTIDIANO NO ORGANIZAR DA CIDADE:
DESCONTINUIDADES E CONTINUIDADES PROVOCADAS
PELA PANDEMIA DA COVID-19 E A ORGANIZAÇÃO
ESPACIAL DA RUA DA LAMA, EM VITÓRIA, ES**

**VITÓRIA
2022**

GUILHERME BADARÓ DRUMOND

**RUPTURAS DO COTIDIANO NO ORGANIZAR DA CIDADE:
DESCONTINUIDADES E CONTINUIDADES PROVOCADAS
PELA PANDEMIA DA COVID-19 E A ORGANIZAÇÃO
ESPACIAL DA RUA DA LAMA, EM VITÓRIA, ES**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Letícia Dias Fantinel

**VITÓRIA
2022**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B132r Badaró Drumond, Guilherme, 1992-
Rupturas do cotidiano no organizar da cidade :
descontinuidades e continuidades provocadas pela pandemia da
Covid-19 e a organização espacial da Rua da Lama, em Vitória, ES
/ Guilherme Badaró Drumond. - 2022.
110 f. : il.

Orientadora: Leticia Dias Fantinel.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Cidades. 2. Espaço. 3. Cotidiano. 4. Políticas e práticas
sociais. I. Dias Fantinel, Leticia. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III.
Título.

CDU: 65

GUILHERME BADARÓ DRUMOND

RUPTURAS DO COTIDIANO NO ORGANIZAR DA CIDADE: DESCONTINUIDADES
E CONTINUIDADES PROVOCADAS PELA PANDEMIA DA COVID-19 E A
ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DA RUA DA LAMA, EM VITÓRIA, ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovado em 24 de março de 2022.

Profa. Dra. Leticia Dias Fantinel
Orientadora

Prof. Dr. César Augusto Tureta de Moraes
Membro interno – PPGAdm/Ufes

Prof. Dr. Luiz Alex Silva Saraiva
Membro externo – Cepead/UFMG



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por LETICIA DIAS FANTINEL - SIAPE 1618662 Departamento de Administração - DAd/CCJE Em 24/03/2022 às 15:51

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/386141?tipoArquivo=0>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
CESAR AUGUSTO TURETA DE MORAIS - MATRÍCULA 2059767
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 25/03/2022 às 11:45

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/388969?tipoArquivo=O>

RESUMO

A pesquisa objetivou compreender as dinâmicas de reconfiguração de espaços organizacionais na cidade de Vitória (ES) através da reorganização das práticas dos sujeitos a partir das rupturas do cotidiano decorrentes da pandemia da Covid-19. Para tal, adotei a perspectiva teórica das práticas partindo das teorizações propostas por Certeau (1998) articuladas à noção de rupturas do cotidiano (LEITE, 2010) e ao pensar dos processos organizativos urbanos nos Estudos Organizacionais. Realizei um estudo qualitativo adotando as técnicas de entrevista semiestruturada e observação não participante, além de fontes documentais. A interpretação dos achados partiu dos cinco códigos analíticos gerados: “rupturas do cotidiano”; “desafios sociais, políticos e organizadores no gerir da crise”; “negociar e articular”; “aspecto recursivo das práticas” e “(re)construção espacial da Rua da Lama”. Os resultados mostram como as diferentes práticas, interesses e usos manifestados nos espaços públicos reconfiguram cotidiano e espaço na cidade em contextos de ruptura. Partindo do contexto específico da pandemia, foi possível compreender que apropriações, transgressões e subversões por parte de diferentes sujeitos e grupos sociais motivam a elaboração de novas estratégias pela gestão pública, habilitando assim o surgimento de novas astúcias táticas dos praticantes da Lama, e assim sucessivamente. Mais que um rompimento nas práticas provocado pelas rupturas identificadas, foi possível identificar e descrever um contexto de reconfiguração das práticas, marcado por continuidades e descontinuidades em permanente tensão. Espero que os achados possam contribuir para o alargamento das discussões em torno dos processos organizativos urbanos, reforçando uma visão processual da vida cotidiana, ao mostrar como aspectos micro e macro, estratégias e táticas, cotidiano e cidade são interdependentes em sua (re)produção, ainda que em situações de ruptura – ampliando assim o campo dos estudos organizacionais acerca de temáticas urbanas, em particular os ancorados na Teoria das Práticas.

Palavras-chave: Práticas Sociais; Processos Organizativos; Cotidiano; Espaço; Gestão Urbana

ABSTRACT

The research aimed to understand the reconfiguration dynamics of organizational spaces in the city of Vitória (ES) through practices reorganization by subjects, motivated by ruptures in daily life related to Covid-19 pandemic. To this end, I adopted the theoretical perspective of practices based on Certeau's theory (1998) articulated to the notion of ruptures in everyday life (LEITE, 2010) and knowledge of urban organizational processes in Organizational Studies. I carried out a qualitative study adopting the techniques of semi-structured interview and non-participant observation, in addition to documentary sources. The interpretation of the findings was based on five analytical codes generated: "daily disruptions"; "social, political and organizing challenges in managing the crisis"; "negotiate and articulate"; "recursive aspect of practices" and "spatial (re)construction of Rua da Lama". The results show how the different practices, interests and uses manifested in public spaces reconfigured daily life and space in the city in contexts of rupture. Starting from the specific context of the pandemic, it was possible to understand that appropriations, transgressions and subversions by different subjects and social groups motivate the development of new strategies by public management, thus enabling the emergence of new tactical astuteness by practitioners of Lama, and so on. More than a rupture in practices caused by the identified ruptures, it was possible to identify and describe a context of reconfiguration of practices, marked by continuities and discontinuities in permanent tension. I hope that the findings can contribute to the expansion of discussions around urban organizational processes, reinforcing a procedural view of everyday life, by showing how micro and macro aspects, strategies and tactics, everyday life and city are interdependent in their (re)production, even in situations of rupture – thus expanding the field of organizational studies on urban themes, in particular those anchored in the Theory of Practices.

Keywords: Social Practices; Organizational Processes; Everyday life; Space; Urban Management

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	40
TABELA 2 – LEVANTAMENTO DOCUMENTAL REALIZADO.....	44

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nuvem de palavras dos códigos descritivos aplicados.....	46
Figura 2 – Categorias analíticas geradas a partir da análise dos dados.....	47
Figura 3 – Produção dos dados x Abertura e fechamento bares.....	47
Figura 4 – Linha do tempo da abertura e fechamento de bares em Vitória (ES).....	52
Figura 5 – Cronologia da classificação de risco de Vitória (ES).....	57
Figura 6 – A (Des)estabilização das Práticas e do Cotidiano na (Re)construção Espacial da Rua da Lama.....	91

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REFERENCIAL TEÓRICO	19
2.1	COTIDIANO, RUPTURAS E O ORGANIZAR DA CIDADE.....	19
2.2	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DAS PRÁTICAS.....	23
2.2.1	Um Percurso pelos Estudos Organizacionais	23
2.2.2	As Práticas e o Espaço em Michel de Certeau	28
3	PERCURSO METODOLÓGICO	36
3.1	PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	45
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	49
4.1	DA LAMA AO CAOS.....	49
4.1.1	Panorama da pandemia no Brasil	49
4.1.2	Bares, restaurantes e a crise sanitária na cidade de Vitória (ES)	50
4.2	RUPTURAS DO COTIDIANO.....	53
4.3	DESAFIOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS NO GERIR DA CRISE.....	60
4.4	NEGOCIAR E ARTICULAR.....	66
4.5	O ASPECTO RECURSIVO DAS PRÁTICAS.....	77
4.6	(RE)CONSTRUÇÃO ESPACIAL DA RUA DA LAMA.....	84
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
	REFERÊNCIAS	96
	APÊNDICES	109

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do tempo, as temáticas urbanas têm obtido maior destaque nos Estudos Organizacionais, evidenciando e estabelecendo a cidade no eixo das produções e discussões do campo, possibilitando diferentes olhares sobre os fenômenos urbanos (DOMINGUES; FANTINEL; FIGUEIREDO, 2019; GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021; NASCIMENTO et al., 2016; SARAIVA, 2019). Nessa direção, diferentes perspectivas acerca do conceito de cidade e dos processos organizativos urbanos concorrem pela centralidade no campo científico, existindo em seu interior pelo menos três principais eixos de pesquisa e problematização (SARAIVA, 2019): as desigualdades sociais e a segregação urbana, com foco na vivência de pessoas marginalizadas e nas periferias urbanas; as territorialidades, com foco nas disputas pelo espaço urbano e manifestações de diferença; e as sociabilidades, simbolismos e culturas, com foco nas sociabilidades urbanas e possibilidades simbólicas.

Acompanhando tais concepções sobre o organizar e os processos organizativos urbanos, a definição de espaço tal qual o princípio cartesiano, que permite localizar pontos no espaço através de um conjunto de referências, tem dado lugar à abordagem socioespacial que engloba as práticas sociais (MEDEIROS; VALADÃO JÚNIOR; FERREIRA, 2008). Partir da noção processual do organizar urbano possibilita compreender a cidade através da produção social do seu espaço (BEYES; STEYAERT, 2012) por meio das práticas cotidianas que organizam a vida social (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). Nessa perspectiva, a cidade não é articulada e experienciada somente através das ações programadas e monitoradas da administração pública, mas principalmente ao ser praticada pelos habitantes (CERTEAU, 1998).

Desse modo, a partir da categorização de Saraiva (2019), busco dialogar com os Estudos Organizacionais sobre sociabilidades, simbolismos e culturas, adotando olhar processual sobre o organizar urbano. Mobilizo a lente teórica das práticas para discutir a produção social do espaço – compreendendo que o praticar dos habitantes da urbe tanto produz como é produzido pelo espaço, fazendo do espacializar uma experiência vivida (TAYLOR; SPICER, 2007) e uma prática organizativa (BEYES; STEYAERT, 2012). Diante disso, a presente pesquisa também dialoga com os

Estudos Baseados na Prática (EBP), que tomam a prática como unidade de análise e entendem os fenômenos sociais enquanto complexa teia que imbrica fazeres, espaços, tempos, praticantes etc. (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011). As práticas cotidianas continuamente reproduzem a vida social, produzindo e organizando os espaços da cidade (por isso práticas organizativas), reconfigurando relações entre administração pública e sociedade (CAMARGO et al., 2020). Questões sociais, de poder e cultura também compõem tópicos de diversos estudos do campo (AHRENS; FERRY, 2016; MARINS; IPIRANGA, 2017; NASCIMENTO et al., 2016).

A cidade moderna surgiu em torno do labor e da relação capitalista, pois a divisão social do trabalho implicou na necessidade de proximidade entre agricultores, fornecedores, fabricantes etc. dando forma às primeiras cidades, de acordo com Leite (2017). Tendo isso em vista, cidade e vida urbana são, em parte, reflexo do pensamento racional, técnico e utilitarista que possibilitou a estabilização do espaço público. Essa estabilização permitiu os avanços necessários para que as cidades alcançassem o status global de modernidade, tornando-se mercadoria em processos de city marketing e estratégias de enobrecimento urbano e incremento do consumo (HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017). O marketing urbano planeja a cidade de acordo com os interesses compartilhados pelos grandes players do mercado, inclusive em escala mundial, e os esforços da gestão pública concentram-se em adequar os usos da cidade com os previstos pelos arquitetos e urbanistas, se precavendo contra seus próprios detritos e potencializando a performance econômica dos espaços da cidade por meio da indústria cultural e turística (HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017).

Certeau (1998) é um dos autores que problematizam essa concepção de cidade moderna, forjada sob o molde de cidade global, pensada pela gestão pública antecipadamente, organizada e administrada segundo ferramentas e critérios técnicos, orientada tão somente pelo pensamento racionalista. Ele propõe um pensar sobre a cidade sem binarismos, com caráter processual, provisório, instável, e produzida socialmente pelos seus habitantes, considerados sujeitos não passivos aos discursos e tecnologias de poder e vigilância. No nível micro, nas práticas cotidianas, consideradas aqui como modos de fazer mais ou menos estabilizados, cotidiano e cidade se encontram em constante (re)produção, de tal modo que

subversões e disputas impossibilitam a linearidade do espaço urbano, permitindo a coexistência de elementos contraditórios em seus domínios (CERTEAU, 1998).

Conforme afirmado por Andrade e Domingues (2020b), todos os detritos, as anormalidades e as atipicidades da cidade capitalista devem ser geridos e separados, afastando de vista as incongruências e desigualdades da urbe e estabelecendo como “normal” aquilo que certa camada da sociedade pratica (HONORATO; SARAIVA; SILVA, 2017). Essa “cultura da normalidade” é refletida, por exemplo, na vida de pessoas marginalizadas, que têm sua condição normalizada por discurso ancorado numa razão excludente (ANDRADE; DOMINGUES, 2020b). Desse modo, a administração pública busca atender as exigências pela produção e reprodução capitalista da cidade, produzindo desigualdades estruturantes (SANTOS et al., 2021). Não obstante, o cidadão ordinário não sofre passivamente tais ações, mas age nas brechas dos olhares e instrumentos reguladores da administração pública, tensionando as noções de ordem e subversão em seu cotidiano (CERTEAU, 1998). Os esforços de ordenamento do espaço urbano pela administração pública são denominados estratégias por Certeau (1998), enquanto as apropriações e subversões do espaço público pelos cidadãos ordinários podem ser entendidas como práticas do tipo tática (CERTEAU, 1998).

Em constante (re)produção, estratégias e táticas carregam consigo elementos do passado enquanto rompem, parcial ou incrementalmente, com o normativo e o rotineiro, reinventando a cidade e seu cotidiano (CERTEAU, 1998). O produto da dinâmica entre estratégias e táticas carrega sempre a diferença, de acordo com Certeau (1998). Dessa maneira, no contexto urbano, o instante em que a administração pública manipula o espaço com a instalação de tecnologias de controle (estratégia), por exemplo, é o instante em que as brechas para que tais tecnologias sejam subvertidas se dá (táticas) – e assim sucessivamente. No entanto, usos e atribuições inicialmente delineados pela gestão urbana para determinados espaços públicos são passíveis de serem subvertidos, dado que todos os atores sócio-urbanos “[...] planejam a cidade, consciente e inconscientemente, uma vez que agem direta ou indiretamente no espaço e na dinâmica urbana [...]” (VIEGAS; SARAIVA, 2015, p.75).

Ainda que certas rotinizações estejam contidas no cotidiano, sua produção abrange também as contingências da vida social, atribuindo às perturbações do cotidiano a mesma importância e atenção dadas aos processos estabilizadores ou fixadores do cotidiano (LEITE, 2010). Conforme indicado por Leite (2010), a perturbação do cotidiano contribui duplamente para a compreensão da vida social, dado que permite entender ações cotidianas que desviam à normalidade corrente da vida pública, e possibilita a compreensão do caráter conflitante da vida social que subscreve tais práticas e o cotidiano. O cotidiano é “[...] contingente na normatividade e imprevisível na rotinização [...]” (LEITE, 2010, p. 738), e a ocorrência de rupturas ou descontinuidades acabam desencadeando processos e práticas contraditórias, transitórias ou de alteração. Assim, as perturbações, desvios ou rupturas que integram o cotidiano urbano tensionam as rotinizações da vida cidadina, abrindo brechas para que os sujeitos se apropriem de elementos e (re)introduzam diferenças em seus espaços – o que confere ao cotidiano caráter ambíguo (LEITE, 2010).

Dito isso, ressalto que a presente pesquisa também compõe-se de prática situada, sendo necessário contextualizar o recorte espaciotemporal de sua produção. No ano de 2020, mais precisamente no mês de fevereiro, foram confirmados os primeiros casos de Coronavirus Disease 2019 (Covid-19) no Brasil. Trata-se de pandemia caracterizada por “infecção respiratória aguda [...] potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (BRASIL, 2021a). Ao final do primeiro semestre daquele ano mais de um milhão e quatrocentas mil pessoas já haviam sido contaminadas (BRASIL, 2020). Em decorrência da chegada do vírus e de sua forma de transmissão¹, novas formas de se relacionar, trabalhar, usar o espaço público, novos hábitos de higiene e convívio foram forjados de modo a adaptar a vida às precauções e às limitações impostas pela crise sanitária. Dentre as principais medidas de precaução, constantemente reforçadas nos meios de comunicação, estiveram o distanciamento social, o uso de máscaras em locais públicos e de álcool em gel nas mãos (RIBEIRO, 2020).

¹ De acordo com o Ministério da Saúde, evidências atuais apontam que a transmissão do vírus ocorre por contato direto (com pessoas, objetos ou superfície contaminadas), por gotículas respiratórias (tosse ou espirro), ou por aerossol (gotículas menores suspensas no ar que podem ser levadas por distâncias superiores a um metro e por períodos maiores) (BRASIL, 2021b).

Como medida para conter a pandemia do novo coronavírus, os governos estaduais e municipais impuseram restrições para o funcionamento de estabelecimentos comerciais e de serviços, tendo o PIB brasileiro recuado 1,5% no primeiro trimestre de 2020 em comparação ao anterior (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). O poder público constantemente precisou lidar com interesses conflitantes de parcelas diferentes da sociedade durante a crise, principalmente por parte dos órgãos da saúde, sindicatos, corporações e empresários (G1, 2020; GOLIVER, 2020). Em meio à grave situação em que o país se encontrava por causa dos desafios impostos pela crise sanitária, a população ainda se deparou com diversos momentos de indisposição política entre o Governo Federal e os Estados e Municípios, no que tange as medidas protetivas necessárias para contenção da pandemia – o que pode ter influenciado diretamente no número de casos da doença (FÁVERO, 2020; SOARES, 2021; TESTONI, 2020).

No contexto do Espírito Santo, o governo estadual passou a adotar, em abril de 2020, um Mapa de Gestão de Risco (ESPÍRITO SANTO, 2020a) para classificar os municípios de acordo com seu grau de risco relacionado à doença (alto, moderado ou baixo), orientado por indicadores como percentual de ocupação de leitos de UTI e avanço de novos casos. Desse modo, passou a nortear as medidas de enfrentamento à pandemia, regulando, por exemplo, a abertura e fechamento de bares e restaurantes conforme a situação de cada município (ESPÍRITO SANTO, 2020a). Sabendo disso, comércios de rua e serviços precisaram se atentar às atualizações do mapa para permanecerem adequados às diretrizes de funcionamento – mais brandas no risco baixo, evoluindo para restrições mais rígidas ou elevadas nos riscos moderado e alto, respectivamente (ESPÍRITO SANTO, 2020a).

Os estabelecimentos autorizados a funcionar foram obrigados a seguir medidas e normas sanitárias para minimizar os riscos de transmissão da Covid-19, tais como: respeitar o distanciamento de 1,5 metros entre as pessoas; disponibilizar produtos sanitizantes (álcool a 70%, água e sabão, toalhas de papel etc.); manter uso de máscaras adequadas pelos funcionários; promover a constante higienização de áreas e objetos de uso comum (ESPÍRITO SANTO, 2020a). Somando à questão, foram previstas sanções e multas para os estabelecimentos que desrespeitassem as

normas de funcionamento colocadas pelo governo estadual, previstas no Mapa de Gestão de Risco (ESPÍRITO SANTO, 2020a). Ainda assim, não foram incomuns os casos de estabelecimentos como bares e restaurantes funcionando de maneira irregular (ES HOJE, 2020). O setor de bares e restaurantes foi intensamente prejudicado durante a pandemia, mas principalmente os bares, que permaneceram fechados por pelo menos quatro meses, inicialmente. Donos de bares de Vitória cobravam permissão para funcionar já em agosto de 2020 (PROSHOLDT; SPINASSÉ; GIUBERTI, 2020), quando na cidade de Linhares (ES) também aconteceram protestos por parte de empresários do setor, que reivindicavam permissão para funcionar (GOLIVER, 2020). Como diriam Leite e Proença (2020), as ações orientadas da gestão pública mais cedo ou mais tarde são objeto de subversão e revanches por parte dos sujeitos ordinários da cidade (LEITE, 2010).

Tomei como lócus de pesquisa a Rua da Lama, um espaço de lazer, sociabilidade e consumo localizado no bairro de Jardim da Penha, em Vitória, repleto de bares e pequenos restaurantes, além de ser tradicional ponto de encontro da noite capixaba (DRUMOND; FANTINEL, 2021). Destaco que, durante a pandemia, ocorreram na Lama diversos episódios de aglomeração, descumprimento das medidas sanitárias e funcionamento ilegal de bares (ARRUDA, 2021; GONÇALVES, 2020).

Tendo isso em vista, entendo que as perturbações e rupturas do cotidiano ocasionadas pela crise sanitária possibilita problematizar o processo de reorganização ou atualização das práticas na produção de espaços organizacionais. Viabilizando assim articular teoricamente a compreensão sobre diferentes práticas que organizam o espaço, que dizem respeito a praticantes tão diversos como frequentadores, moradores da região, comerciantes e representantes dos governos federal, estadual e municipal, no contexto de crise sanitária. Assim sendo, chamou atenção a micropolítica das práticas presentes na reorganização dos modos de fazer ante a perturbação no cotidiano decorrente da pandemia da Covid-19, que desencadeou processos de negociação, lógicas de apropriação e transgressão que reconfiguram as cidades. Isto posto, proponho a seguinte pergunta problema: como os espaços organizacionais da cidade são reconfigurados a partir da reorganização do praticar de seus habitantes em contexto de perturbação do cotidiano?

Definiu-se como objetivo geral compreender as dinâmicas de reconfiguração de espaços organizacionais na cidade de Vitória (ES) a partir da reorganização das práticas cotidianas dos sujeitos no contexto da perturbação do cotidiano decorrente da pandemia da Covid-19. Na sequência, foram definidos os seguintes objetivos específicos para o cumprimento do objetivo geral da pesquisa:

1. Identificar as rupturas no cotidiano dos diferentes sujeitos que produzem e organizam a Rua da Lama, engendradas durante a pandemia, que marcaram a reconstrução dos seus espaços, bem como as discontinuidades e continuidades nas práticas dos seus praticantes;
2. Descrever os desdobramentos da reorganização das práticas cotidianas nos espaços da Rua da Lama no decorrer da crise sanitária;
3. Compreender como as continuidades e discontinuidades no organizar da Rua da Lama reconfiguraram simbólica e materialmente seus espaços durante a pandemia, desvelando as dinâmicas de estabilização e desestabilização das práticas no cotidiano.

A justificativa e a relevância da pesquisa residem no enfoque micropolítico das práticas, voltando o olhar para as dinâmicas em que são forjadas, apreendendo assim disputas, negociações e articulações que organizam o cotidiano da cidade; e na atenção dada às rupturas no praticar dos sujeitos que rompem com o rotineiro, sublinhando o caráter processual do espaço – agregando discontinuidades, continuidades e mudanças.

Através da conclusão dos objetivos propostos, a presente pesquisa contribui com os campos dos Estudos Organizacionais sobre cidade e dos Estudos Baseados na Prática ao se apropriar da noção de perturbação do cotidiano (LEITE, 2010) para discutir, a partir de uma situação específica (o contexto da pandemia), em que supostamente diversas práticas organizativas transformaram material e simbolicamente espaços urbanos (práticas emergentes das necessidades de isolamento e distanciamento social, bem como outras medidas de prevenção e resposta à pandemia), como o espaço urbano pode se produzir nas rupturas no cotidiano da cidade, reorganizando-se a partir das práticas de diferentes sujeitos.

Isto posto, a dissertação foi organizada da seguinte forma: no capítulo seguinte, do referencial teórico, serão abordados os autores e teorias adotados para tecer o corpo da análise; posteriormente, serão apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, métodos, ferramentas e estratégias traçadas; por fim, seguem os capítulos

de análise, onde os achados são explorados, articulados e apresentados, e conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. COTIDIANO, RUPTURAS E O ORGANIZAR DA CIDADE

Ao longo da história, forjou-se uma compreensão sobre a cidade pautada no que Certeau (1998) denominaria “conceito”, fruto da racionalidade urbanística, planejada e concebida intelectualmente, que se afasta do fato urbano, da cidade vivida e praticada (CERTEAU, 1998). Segundo Certeau (1998, p. 172), cidade e conceito encontram-se imbricados de tal modo que planejar a cidade é pensar no real e efetivar esses pensamentos, é “saber e poder articular”. Por conseguinte, a cidade conceito, que Certeau astutamente adjetiva “utópica”, é representada via tríplice operação: produção de um espaço próprio; estabelecimento de um não-tempo; e a criação de um sujeito universal e anônimo que é a própria cidade.

A produção de espaço próprio requer o afastamento das poluições “físicas, mentais ou políticas” que comprometeriam a cidade (CERTEAU, 1998, p. 173). O estabelecimento de um não-tempo se dá através de estratégias e técnicas científicas que devem mitigar as táticas dos sujeitos, precavendo qualquer tipo de reapropriação espacial. E, por fim, a criação do sujeito universal e anônimo – a cidade – a quem são outorgados predicados e funções que antes eram atribuídos a pessoas, instituições, associações etc. O termo “cidade” permite “conceber e construir o espaço a partir de um número finito de propriedades estáveis, isoláveis e articuladas uma sobre a outra” (CERTEAU, 1998, p. 173), onde combina-se gestão e eliminação – eliminam-se os detritos da administração funcionalista, ainda que o progresso trate de reintroduzi-los em seus circuitos de gestão, enquanto o lucro gera miséria e desperdício. Nas próprias palavras do autor:

Assim funciona a Cidade-conceito, lugar de transformações e apropriações, objeto de intervenções, mas sujeito sem cessar enriquecido com novos atributos: ela é ao mesmo tempo a maquinaria e o herói da modernidade [...], mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir (CERTEAU, 1998, p. 174).

Certeau (1998) chama atenção para a natureza dinâmica da cidade, animada pelos seus habitantes em suas idas e vindas, sempre praticada, em construção e movimento. Nela opera uma malha de práticas, de usos e contra usos, apropriações, movimentos, golpes e contragolpes que reorganizam os espaços da cidade cotidianamente. A administração pública é responsável por organizar os espaços urbanos, definir seus usos, orientações e possibilidades, dado que seu poder é legitimado por vias legais. Enquanto aos sujeitos comuns da cidade cabe praticar seus revanchismos valendo-se dos vãos deixados pela ordem para conectar pontos distintos, gerando novos usos e possibilidades anteriormente não pensados, e que se opõem ao inicialmente delimitado – veredas são abertas pelos diferentes sujeitos, oferecendo novos caminhos (ou alternativos) que simultaneamente subvertem a ordem e normalizam novos usos, trajetos e práticas. É no cotidiano que o sujeito comum, desprovido de poder e autonomia para organizar os espaços da cidade, se vale de apropriações, subversões e bricolagens, ou seja, toma para si elementos da ordem, porém a seu favor, costurando práticas ou modos de fazer que se inscrevem no dia a dia da cidade a despeito do olhar panóptico (CERTEAU, 1998).

Leite (2010, p.745) discorre sobre a “total ruptura operada por Certeau no binarismo conceitual estrutura e ação”, dado que o autor se afasta das explicações estruturais para discutir o cotidiano. Pois, uma vez considerada a adequação entre ações individuais e estruturas, seria impossível romper com elas, restando apenas sua reprodução. Ou seja, ao tentar romper com as estruturas o indivíduo acabaria as reproduzindo. Dito isso, as concepções de práticas e cotidiano propostas por Certeau (1998) se destacam das concepções e conceitos clássicos da teoria das práticas, como por exemplo da noção de habitus proposta por Bourdieu que, segundo o autor, não alcança os descompassos entre práticas e estruturas. Para Certeau (1998), o cotidiano é caracterizado mais por moção e impermanência que por regularidades e constância. Destaca-se também que Certeau (1998), em certo nível, dialoga com Foucault e a microfísica do poder, incorporando instâncias de poder e controle em suas teorizações sobre cidade e cotidiano. Em Certeau (1998) a dimensão política das práticas desempenha papel central, pois ela articula os conceitos de sua teoria de maneira mais acentuada – o autor aponta que onde o olhar do poder não alcança, onde falham os instrumentos de vigilância, nas brechas da ordem, nas fissuras do cotidiano, é que o sujeito desprovido de poder se vale de

astúcia e inventividade, de suas próprias articulações, para romper com a normalidade do cotidiano.

O cotidiano é um jogo infundável, um tabuleiro onde próprio (sujeito de querer e poder) e outro (sujeito comum) atacam e contra-atacam num movimento ininterrupto que não elege vencedor. O avanço das formalizações para uso de determinados espaços, dos instrumentos de controle e discursos disciplinares sobre eles precede o surgimento de práticas contraventoras por parte daqueles que se veem reprimidos, uma forma de resistir à supressão de suas identidades (CABANA; ICHIKAWA, 2017).

A cidade-modelo é marcadamente mecanizada e subordinada a interesses econômicos, sua “vocação” monetária tende a reduzir pessoas e grupos a engrenagens que, mais ou menos orquestradas, constroem suas individualidades (HONORATO; SARAIVA, 2016). Regularidades existem e garantem certo caráter de estabilidade ao cotidiano, ainda que em demasia possam induzir práticas que a comprometam. Nessa direção, Leite (2010) destaca a importância e a necessidade das regularidades e ações por elas ordenadas no cotidiano da metrópole, tanto quanto as subversões, inconsistências e contingências. O cotidiano é composto tanto por regularidades e estabilidade como por cisões, rupturas e contingências que o faz-oscilar, ora para o lado da conformação, ora para o lado da descontinuidade, mas nunca permanecer em repouso (LEITE, 2010). Os espaços onde acontecem tais processos de apropriação, transgressão e subversão, onde são negociadas e se inscrevem novas práticas e usos para os espaços no cotidiano, são denominados fronteiras por Certeau (1998). Nelas coexistem ordem e subversão, que são pontes ligando dois pontos, se encontrando não aqui ou lá, mas entre. Nas fronteiras os modos de fazer são negociados, a lógica do forte e do fraco torna-se difusa e dispersa, e as regras não são claras, tornando-se terreno para inversão (CERTEAU, 1998).

No nível do discurso cotidiano, as operações de demarcação por meio de narrativas, histórias e relatos também espacializam, apropriam e articulam espaços. São engrenagens que continuamente costumam lugares e reorganizam fronteiras (CERTEAU, 1998). O relato assume papel de destaque nessa bricolagem, pois ele

autoriza a extrapolação de antigos limites e o estabelecimento de novos. Na interseção entre eles, entre o de dentro e o de fora, ou seja, na fronteira, coexistem discursos de ordem distinta que ora autorizam determinadas condutas e práticas e ora desautorizam, permitem a “travessia” da diferença carregada pelo outro para seu interior numa dinâmica que não cessa (CERTEAU, 1998). Como aponta Certeau (1998, p. 210) o relato “abre um teatro de legitimidade a ações efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes”, isto é, autoriza condutas que desviam do discurso organizador de lugares e da ordem, tornando as demarcações “limites transportáveis e transportes de limites” (CERTEAU, 1998, p. 215). Ainda, o caráter pulverizado dos relatos faz com que eles variem de acordo com os grupos aos quais pertencem, atribuindo inúmeros usos e funções aos diferentes espaços. Como apontam Gouvêa, Cabana e Ichikawa (2018), é na esfera micro do cotidiano, nas pequenas práticas que subvertem formalizações e regras, que o cidadão comum constrói suas histórias e significados.

A construção de narrativas, portanto, encontra-se sempre permeada por aquilo que é de fora, exterior, estrangeiro. É polifônica, e prepara o terreno para que práticas subversivas, táticas, se proliferem (CERTEAU, 1998). O relato estabelece novas fronteiras através da interseção dos múltiplos pequenos relatos, que apropriam e articulam elementos heterogêneos, traçam limites advindos das ações progressivas e dos deslocamentos sucessivos dos praticantes (CERTEAU, 1998). Destarte, tal relação entre limite e transgressão, inerente aos relatos, negocia os limites, as zonas fronteiriças entre os espaços e as leis do lugar, autorizando novas práticas, funções e usos para os espaços. Ou seja, tal dinâmica negocia e legitima as práticas que espacializam lugares. Certeau afirma que:

Tudo ocorre como se a própria delimitação fosse a ponte que abre o dentro para seu outro [...] o relato é delinquente. A delinquência social consistiria em tornar o relato ao pé da letra, tomá-lo como o princípio da existência física onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas ou grupos, onde não há mais outra alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e a errância do lado de fora (CERTEAU, 1998, p. 215-216).

Assim, os esforços na gestão da cidade e as diretrizes adotadas sobre o espaço público estão sempre sujeitos a subversões e transgressões pelos habitantes em

seu dia a dia (BILD et al., 2016; CERTEAU, 1998). Nessa direção, em seu trabalho sobre o Movimento Quarteirão do Soul, Coimbra e Saraiva (2014) investigam a produção espacial nos eventos de um grupo que se reúne para dançar soul music no centro da cidade de Belo Horizonte, apropriando-se de espaços urbanos, reafirmando aspectos culturais e os ressignificando. O movimento não possui lugar próprio para a realização dos eventos e, como a gestão e usos do espaço urbano são definidos pela Prefeitura, Coimbra e Saraiva (2014) levantam discussão interessante acerca de como a orientação para o capital faz com que a cidade de Belo Horizonte priorize espaços e zonas comerciais em detrimento a espaços públicos populares voltados para manifestações culturais. Aderentemente, Honorato, Saraiva e Silva (2017) demonstram como subversão, transgressão e apropriação impulsionam transformações sociais envolvendo a população em situação de rua na cidade de Belo Horizonte (MG), que tende a ser excluída do direito à cidade pela administração pública higienista.

2.2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO POR MEIO DAS PRÁTICAS

2.2.1. Um Percurso pelos Estudos Organizacionais

A crescente dos estudos baseados em práticas na Administração acompanha a necessidade e o interesse de teóricos e acadêmicos de diversas áreas das Ciências Sociais em explorar fenômenos sociais e culturais a partir de uma abordagem circunstancial que os localiza dentro do contexto histórico, cultural e social em que ocorrem, preterindo a ideia de que se tratam de processos puramente mentais (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Tais estudos acompanham a evolução das teorias sociais e propõem o organizar enquanto processo, afastando-se da visão de organizações como extensões da racionalidade humana, frutos de ações calculadas e planejamentos, adquirindo natureza mais social e menos estável, que se destaca da concepção racionalista tradicional, habilitando novos olhares sobre os processos de produção da organização (COOPER; BURRELL, 2006).

As teorias sociais modernas entendem as ações humanas e a ordem social partindo de três noções distintas: teoria da ação racional; teoria da ação social; e teoria cultural (RECKWITZ, 2002). As duas primeiras noções são representadas,

respectivamente, pelas figuras do homo economicus e homo sociologicus, que explicam, na devida ordem, a ação humana enquanto orientada por objetivos e interesses individuais, sendo a ordem social o agregado do comportamento de atores individuais; e a ação humana enquanto orientada por normas e valores coletivos, que refletem e perpetuam a ordem social (RECKWITZ, 2002). Em contrapartida, a teoria cultural explica ação humana a partir da reconstrução das estruturas simbólicas e cognitivas do conhecimento, que balizam a maneira como determinado indivíduo captará e interpretará a realidade, adequando assim seu comportamento. A ordem social, portanto, é fruto do conhecimento compartilhado via estruturas cognitivas e simbólicas partilhadas pela sociedade – uma organização simbólica da vida social (RECKWITZ, 2002). Desta maneira, as teorias das práticas estão localizadas dentro da teoria cultural, opondo-se à visão de homo economicus e homo sociologicus. Consideram a existência de estruturas cognitivas e simbólicas orientadoras da ação humana e, conseqüentemente, da ordem social (RECKWITZ, 2002). Segundo o autor, a área dos Estudos Organizacionais tem se apropriado das teorias das práticas no intuito de contrapor abordagens tradicionais, racionalistas e funcionalistas.

Segundo Schatzki (2001), as teorias das práticas são empregadas em diversos campos do conhecimento, da Filosofia e Antropologia aos estudos tecnológicos, pois permite, onto e epistemologicamente, abordar fenômenos distanciando-se de tradições dualistas e opondo-se a correntes de pensamento tradicionais como o racionalismo, individualismo, estruturalismo, funcionalismo, teoria de sistemas e semiótica. Fenômenos como conhecimento, significados, ações humanas, poder e linguagem não somente ocorrem no campo das práticas, como também o representam (SCHATZKI, 2001). Nas teorias das práticas, os fatos cotidianos constituem unidades de análise que compreendem a relação entre sujeitos e entre sujeitos e objetos, bem como as conseqüências simbólicas, materiais e históricas das ações humanas, haja vista que se situam no tempo e no espaço e, simultaneamente, transmitem e compõem as estruturas cognitivas e simbólicas orientadoras da sociedade. Dentro dos Estudos Organizacionais que adotam as teorias das práticas, os olhares direcionam-se para questões que destoam do chamado mainstream, ou as encaram a partir de outra perspectiva, como a compreensão das práticas emocionais enquanto constitutivas das organizações

(OLIVEIRA, 2016), o hibridismo entre práticas de trabalho modernas e tradicionais em grupos de cultura popular (SANTOS; HELAL, 2017), ou ainda os usos, apropriações e negociações como elementos organizadores e estabilizadores do espaço organizacional (DOMINGUES; FANTINEL; FIGUEIREDO, 2019).

Segundo Schatzki (2001) e Bispo (2013), dentre os precursores das teorias das práticas encontram-se Wittgenstein, Dreyfus, Taylor, Bourdieu, Giddens, Foucault, Lyotard, Garfinkel, Latour, Lave, Wenger e Law. Ao passo que no campo dos estudos organizacionais atualmente encontram-se autores como Gherardi, Orlikowski, Schatzki, Nicolini, Yanow e Strati. Visando aglutinar as noções de práticas a partir de suas naturezas filosóficas, Nicolini, Gherardi e Yanow (2003) propõem quatro grandes correntes que sustentam tais noções, sendo elas o interacionismo simbólico, a fenomenologia, a corrente Marxista e os trabalhos de Wittgenstein.

A tradição marxista foi responsável por contrapor o racionalismo ocidental e a tradição mentalista, legitimando como objeto de pesquisa as “atividades reais”, manifestadas através das práticas e do que as pessoas realmente fazem na vida cotidiana, as tornando categoria explicativa nas ciências sociais (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Na epistemologia marxista, as práticas assumem papel central, de modo que apenas se pode conhecer aquilo que é manifestado através delas. Pensamento e mundo encontram-se ligados através das práticas – as práticas produzem o mundo ao mesmo tempo em que são resultado desse processo (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Ainda segundo Nicolini, Gherardi e Yanow (2003), as ideias marxistas contribuíram com noções epistemológicas e metodológicas em que as práticas não são separáveis entre saber e fazer, e dependem de seu contexto social e histórico, sendo o aprendizado um processo social e não apenas cognitivo. Partindo da tradição fenomenológica, não há distinção entre sujeito e objeto, apartando-se a noção de dualismo e entendendo que ambos existem dentro de dado contexto social e histórico. Além disso, a hierarquia ocidental que privilegia conhecimentos teóricos e discursivos sobre práticos é subvertida e passa a considerar que o conhecimento prático precede o reflexivo teórico, tornando-o possível (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003).

O interacionismo simbólico, partindo de Blumer (1986), possui três premissas: os seres humanos efetuam suas ações baseando-se no significado que os elementos que as permeiam (objetos, ideias, situações etc.) têm para o(s) grupo(s) ao(s) qual(is) pertencem; o significado dos fatos é negociado e surge via interação social entre indivíduos através da prática da linguagem; o indivíduo utiliza processo interpretativo para lidar com os eventos com os quais se defronta em seu ambiente. Em suma, o conhecimento tácito não é pré-reflexivo, ele é, acima de tudo, social e contextual (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003).

Por fim, a noção de Wittgenstein dos jogos de linguagem parte da relação entre linguagem, prática e significado (NICOLINI; GHERARDI; YANOW, 2003). Nicolini, Gherardi e Yanow (2003) afirmam que, partindo de Wittgenstein, os termos linguísticos advêm das práticas sociais que os dotam de significados. Logo, falas são unidades de linguagem e ação, são parte da prática e não somente descrições.

Adotando as práticas como unidade de análise, e considerando as afinidades compartilhadas pelas correntes filosóficas e suas posteriores teorizações, têm-se quatro características que fundamentam as práticas: o reconhecimento de um grupo de atividades significado enquanto unidade; o tempo em que as ações se situam; o reconhecimento social; e um modo de organização do mundo (GHERARDI, 2006).

No intuito de organizar os estudos baseados nas práticas, Feldman e Orlikowski (2011) propõem três perspectivas possíveis para as práticas: foco empírico no comportamento dos indivíduos em contextos organizacionais, no que realmente efetuam; foco teórico no relacionamento entre o comportamento dos indivíduos e a vida social, em como as práticas são produzidas socialmente; e foco filosófico em como as práticas simultaneamente produzem e são produzidas pela realidade. O foco empírico vai de encontro à visão estruturalista preexistente nos estudos organizacionais que negligencia a agência humana. O foco teórico explica a dinâmica das práticas cotidianas, como elas surgem e operam ao longo do tempo. E o foco filosófico entende as práticas como alicerces da vida social – o mundo só “é” através das práticas cotidianas (FELDMAN; ORLIKOWSKI, 2011).

A presente pesquisa adota a prática como base empírica para compreensão do fenômeno social, dado que propõe investigar um evento que ao mesmo tempo produz e é produzido pelas práticas dos diferentes sujeitos que ali se desdobram, assim localizando as práticas no cerne dos processos organizativo e de análise. Além disso, as práticas que produzem o espaço durante as noites, bem como a dimensão micropolítica que as permeia, implicam numa nova organização da rua e instauram novos usos para o espaço público, elucidando como as práticas alicerçam a vida social. Isto posto, adota-se a teoria de Michel de Certeau como guia para as análises, haja vista que ela abrange a dimensão micropolíticas das práticas cotidianas enquanto construtoras da realidade e propõe seu engendramento com ambos, lugar e espaço (CERTEAU, 1998).

Afunilando a discussão, Rasche e Chia (2009) salientam as congruências e incongruências das correntes teóricas que sustentam as abordagens da prática, a partir de uma meta-análise. A distribuição dessas correntes dá-se de acordo com dois eixos perpendiculares que indicam princípios opostos em suas extremidades: práticas estáveis e práticas flexíveis, indicando caráter de provisoriedade e transformação ao longo do tempo, ou de estabilidade no tempo e espaço; e práticas individualistas e práticas relacionais, que indicam a noção do indivíduo enquanto consciente e intencional em suas ações ou, em contrapartida, permeados por razões e práticas culturais.

Michel de Certeau localiza-se na noção relacional e flexível das práticas (RASCHE; CHIA, 2009), o que implica dizer que o modo como diferentes sujeitos se comportam se dá de acordo com o contexto e a ocasião. Insere-se aí a dimensão micropolítica das práticas, que se refere ao modo como os denominados sujeitos comuns reproduzem ou transgredem a ordem social vigente. Por conseguinte, a escolha por Certeau justifica-se em função do modo como o autor enxerga as práticas cotidianas enquanto dispositivos que engendram a realidade social, também pelo interstício entre práticas e espaço, ambos situados no tempo e espaço, elementos caros à teoria Certeuniana, evidenciando a natureza social do espaço e possibilitando o estudo dos eventos selecionados e a dinâmica dos fenômenos que o constituem.

Acerca da utilização das ideias Certeauianas no contexto dos Estudos Organizacionais, Faria e Silva (2017) realizaram levantamento bibliométrico partindo dos estudos da área. Os autores concluíram que pesquisadores das universidades do Reino Unido são os que mais utilizavam as ideias de Certeau, bem como são britânicos os periódicos mais recorrentes de publicação. De maneira geral, o tema mais recorrente das pesquisas foi o de resistência, sendo o primeiro volume do livro “A Invenção do Cotidiano” o mais utilizado de sua obra, e o conceito mais dotado foi o de práticas táticas (FARIA; SILVA, 2017). Especificamente no cenário brasileiro, Machado, Fernandes e Silva (2017) apontam que os estudos baseados em Certeau ainda se encontram em desenvolvimento, com poucas publicações, mas com boa aceitação em periódicos de índice Qualis A2 (o máximo para as revistas nacionais). Ainda ressaltam que as ideias Certeauianas estão contribuindo para o alargamento do escopo dos estudos organizacionais para além do tradicional na Administração, como nos trabalhos de Domingues, Fantinel e Figueiredo (2019), Nascimento e outros (2016), Ipiranga e Lopes (2017) e Ribeiro e outros (2019).

2.2.2. As Práticas e o Espaço em Michel de Certeau

Para justificar a utilização do conceito de espaço de Certeau na presente pesquisa, primeiramente optou-se por mapear diferentes possibilidades de abordagem do espaço nos Estudos Organizacionais. Nesse sentido, Taylor e Spicer (2007) afirmam que, no campo, predominam três concepções distintas sobre o conceito: espaço enquanto distância; enquanto relações de poder materializadas; e enquanto experiência.

A abordagem do espaço enquanto distância é a mais tradicional e parte de perspectiva racionalista, preocupando-se com questões como a distribuição geográfica de clientes e fornecedores e o layout de ambientes de trabalho e sua influência no comportamento dos funcionários (TAYLOR; SPICER, 2007). De acordo com Taylor e Spicer (2007), a abordagem espacial, enquanto materialização de relações de poder, tem inspiração marxista e se preocupa com questões como a vigilância e o controle dos funcionários no ambiente organizacional e a construção de moradias no entorno das fábricas, promovendo simultaneamente o cerceamento e o disciplinamento social e cultural dos funcionários. Por último, a abordagem do

espaço enquanto experiência privilegia outros olhares sobre as diferentes maneiras como indivíduos experienciam os espaços organizacionais em função de aspectos subjetivos, de modo que diferentes experiências espaciais produzem diferentes espaços como, por exemplo, no caso de um restaurante onde experiências espaciais distintas são vividas entre funcionários e clientes (TAYLOR; SPICER, 2007).

A noção de espaço em Certeau (1998) é aderente à abordagem do espaço enquanto experiência, dado que é entendido como socialmente construído, rico em significados e simbolismos, e orienta as ações do sujeito ao mesmo tempo em que é construído por elas. Destarte, segundo Chanlat (2009), espaços organizacionais são impostos e divididos ao mesmo tempo, ricos simbolicamente, e passíveis de apropriações por parte dos sujeitos, haja vista que também são fonte de identificação no âmbito pessoal e social. Dale e Burrell (2008) afirmam, de maneira aderente, que o espaço é construído pelos sujeitos ao mesmo tempo em que os constrói, dando como exemplo o conceito de home fashion (móveis, decoração etc.) como extensão da construção do self. Os autores caracterizam os espaços como políticos, pessoais, sociais, materiais e simbólicos, chamando atenção para como cada uma dessas dimensões afeta a experiência deles.

O comportamento humano está intimamente relacionado aos espaços, bem como à produção de identidades, tal como, por exemplo, no espaço de uma fábrica fordista do início do século XX ou no de uma boate, onde a relação dos indivíduos com o espaço desencadeia usos, apropriações e significados distintos entre os sujeitos (DALE; BURRELL, 2008). Ainda, os espaços organizacional e urbano estão sujeitos a apropriações que se dão através de relações (e desequilíbrios) de poder, o que evidencia o pertencimento do espaço a uma ordem não somente social, mas também cultural – o espaço fixa “os contornos em que se inscrevem as ações humanas” e ao mesmo tempo é moldado por elas (CHANLAT, 2009, p. 110). Cabe destacar, portanto, que, no contexto da abordagem aqui mobilizada, compreende-se o espaço como produzido por meio de práticas, motivo pelo qual as teorizações de Michel de Certeau são articuladas ao referencial sobre espaço aqui discutido.

Michel de Certeau parte de visão pós-estruturalista dos fenômenos, influenciado por pensadores como Foucault, Bourdieu, Wittgenstein, Deleuze, Derrida, Hegel e outros, e compreende as práticas enquanto perspectiva analítica para os fenômenos sociais, produção e reprodução da sociedade através da vida cotidiana. Além disso, o autor aborda a dimensão micropolítica das práticas, evidenciando seu caráter transgressor, e as considera sempre situadas no tempo e no espaço, esse que é construído socialmente através das mesmas – o que tem contribuído para os Estudos Organizacionais ao permitir a compreensão dos fenômenos organizacionais partindo de aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que diferem da tradição funcionalista. Isto posto, salienta-se a importante contribuição do campo das práticas para a compreensão dos fenômenos organizacionais, justamente em função do seu aprofundamento na perspectiva dos sujeitos, da relação de suas ações com a malha de práticas que ao mesmo tempo orienta e constitui as organizações.

Para o entendimento das ideias do autor, faz-se necessário compreender os conceitos que sustentam a articulação de sua teoria sobre as práticas e a produção da vida social. No primeiro volume da obra “A Invenção do Cotidiano”, Certeau (1998) reflete sobre a produção da vida cotidiana e reprodução da sociedade, tendo nas práticas sua categoria básica de análise, sendo elas reprodutoras ou transgressoras, pois tais assumem caráter político em função dos desbalanços de poder entre os atores sociais. As práticas são dotadas de materialidade, isto é, são situadas no tempo e espaço e modificam, ainda que instantaneamente, a configuração física do espaço, podendo ser de natureza tática ou estratégica (CERTEAU, 1998).

As práticas de natureza tática opõem-se às de natureza estratégica. As táticas são práticas realizadas em função da oportunidade, do momento, são temporais, ou seja, dependem do tempo para ocorrer, no lance reapropriam os espaços, contrapondo a ordem cultural dominante responsável por organizá-los e que utiliza de técnicas para manipular os espaços (CERTEAU, 1998). Com caráter de resistência, as práticas táticas pertencem ao cidadão ordinário que, desprovido de lugar e poder sobre a organização do espaço, lança mão de táticas de resistência para reapropriar o mesmo, sempre dependendo do tempo para efetivar seus golpes nas oportunidades – a tática é a arte do fraco (CERTEAU, 1998). Como aponta

Certeau (1998), o cidadão ordinário joga no campo inimigo e não pode, portanto, antecipar-se ao tempo pela manipulação do espaço (é ausente de poder). As práticas estratégicas, segundo o autor, relacionam-se com o lugar e partem de um sujeito de querer e poder, ou seja, que possui autonomia sobre o tempo para organizar espaços. As estratégias impõem-se e necessitam de lugares próprios, de onde se lê, desenha e manipula os espaços. Elas modificam e regem as relações de forças para criar, organizar e impor (CERTEAU, 1998). Táticas e estratégias são antíteses relacionadas com a localização de poder nas relações sociais (CERTEAU, 1998).

Para Certeau (1998), os espaços e suas dinâmicas incorporam aspectos culturais, simbólicos, históricos e indicam relações de poder. As práticas táticas relacionam-se com o espaço, enquanto práticas estratégicas relacionam-se com o lugar, sendo importante traçar a diferença de tais conceitos (CERTEAU, 1998). Todavia, antes de explorá-los, destacam-se aqui duas categorias de análise utilizadas pelo autor, fundamentais para a compreensão de sua teoria: a noção de próprio e outro. O próprio, nas próprias palavras de Certeau, seria:

Vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo [...] um domínio dos lugares pela vista. A divisão do espaço permite uma prática panóptica a partir de um lugar de onde a vista transforma as forças estranhas em objetos que se podem observar e medir, controlar portanto e "incluir" na sua visão [...] antecipar-se ao tempo pela leitura de um espaço (CERTEAU, 1998, p. 99).

O próprio, portanto, tem autonomia sobre o tempo e possui lugar de onde gere as relações de força a fim de organizar o espaço através de técnicas de produção socioculturais, ou seja, o próprio é quem adota as práticas estratégicas. Do lado oposto encontra-se o outro, o cidadão ordinário que não possui lugar próprio, não tem autonomia sobre o tempo e, dada sua ausência de poder, somente pode aproveitar as oportunidades surgidas para nelas efetivar seus micromovimentos de resistência por meio de práticas de natureza tática (CERTEAU, 1998). Considerando uma cidade, o próprio se encontraria, por exemplo, na administração pública (prefeito, secretários, planejadores urbanos etc.), enquanto o outro (ou outros) seriam os habitantes que não têm autoridade para gerir o espaço urbano.

Uma vez esclarecidas as noções de práticas estratégicas e táticas e de próprio e outro, a exposição dos conceitos de lugar e espaço tornam-se possíveis, sendo essenciais para o entendimento das ideias de Certeau. Lugar, segundo Certeau (1998, p. 201), é “a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] é portanto uma configuração instantânea de posições” que indica estabilidade, operando nele a lei do próprio. O espaço encontra-se em contínuo processo de construção, e os indivíduos apropriam-se dele através de práticas táticas que constantemente jogam com a ordem vigente, com a lei que organiza o espaço, manipulando e desviando seus usos (CERTEAU, 1998). Tal concepção permite, por exemplo, inferir que o ato de caminhar é também um ato que espacializa (produz espaço). O caminhante caminha por não ter lugar – espacializar indica um não-lugar. Certeau (1998, p. 202) afirma que espaço é o lugar praticado e, aderentemente ao que foi dito anteriormente sobre práticas, indica a presença de “vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo”, uma vez que as práticas táticas dos cidadãos comuns são sempre situadas no tempo e espaço. Destarte, o espaço resulta das operações que nele se desdobram, é movimento, e difere do lugar pela ausência de estabilidade e de um próprio (CERTEAU, 1998). Portanto, ao mesmo tempo que o espaço é onde a vida se desenrola, ele é produzido justamente por esse desenrolar, pela soma dos movimentos contraditórios que nele se dão, das apropriações, usos e criatividade. Nas próprias palavras de Certeau (1998):

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflitais ou de proximidades contratuais [...] O espaço estaria para o lugar como a palavra quando falada [...] Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres (CERTEAU, 1998, p. 202).

A articulação dos conceitos de práticas táticas, práticas estratégicas, próprio, outro, lugar e espaço permite observar duas tríades em funcionamento: (1) outro-práticas táticas-espaço; (2) próprio-práticas estratégicas-lugar. O outro, ausente de poder e lugar, constrói o espaço através de táticas, enquanto o próprio, detentor de poder e autonomia sobre o tempo, cria e manipula lugares.

Dada a multiplicidade de contextos, lugares e papéis desempenhados de que determinada pessoa pode dispor em seu cotidiano, ela pode alternar entre as posições de próprio e de outro, entre o uso de táticas ou estratégias e entre espacializar ou planejar espaços (CERTEAU, 1998). As práticas táticas em Certeau (1998) possuem caráter de resistência, mas não revolucionário; elas são constituídas por pequenos movimentos de transgressão e subversão à ordem dominante do espaço que se dá no dia a dia e são efetivadas pelo cidadão ordinário. Esses desvios que as pessoas praticam com aquilo que lhes é imposto representam formas de apropriação, desde andar por caminho proibido a adotar uso próprio e criativo para algum artefato tecnológico, por exemplo (CERTEAU, 1998). Logo, apropriação indica reinterpretação da ordem dominante, sua homogeneidade e individualização, criatividade oportuna, ruptura. Nesse sentido, Certeau (1998) apresenta a noção de bricolagens, que consiste na recombinação de elementos diversos a partir da manipulação dos usos originalmente estipulados para eles. É o modo como o cidadão comum se apropria de léxicos da linguagem da ordem culturalmente dominante e forma textos próprios, empregando astúcia e criatividade em pequenas transgressões diárias que subvertem uma lógica imposta. Ainda segundo o autor, toda prática se realiza num lugar, especializando-o, tornando-o espaço e, portanto, existe relação direta entre as práticas e a construção espacial. Destarte, às práticas espacializadoras, ou seja, que produzem espaços, dá-se o nome de práticas espaciais (CERTEAU, 1998).

Isto posto, adotando a perspectiva pós-estruturalista do espaço enquanto experiência, para além do plano de fundo onde se desdobra a vida cotidiana, o espaço, seus dispositivos, arranjo e materialidade não são neutros – conjuntamente carregam inúmeros significados, intenções, estabelecem relações de poder e comunicam possibilidades aos indivíduos (MARREWIJK; YANOW, 2010). Estudos já realizados em centros históricos urbanos, como na cidade de Fortaleza (IPIRANGA; LOPES, 2017) e Porto Alegre (FANTINEL; CAVEDON, 2010), evidenciam que diferentes práticas cotidianas de caráter cultural, religioso, comercial, político etc. organizam o espaço urbano, via apropriação dos sujeitos no contexto da cidade, estratégias e táticas engendradas ao longo do tempo.

A abordagem certauniana vem sendo mobilizada para o estudo de espaços organizacionais. Oliveira e Cavedon (2013), ao analisar o cotidiano de um circo, por exemplo, desvelam as práticas táticas e estratégicas que constituem seu espaço organizacional, permeiam os processos de gestão e propiciam parcerias entre o circo e empresas. Marins e Ipiranga (2017), por sua vez, jogam luz sobre o organizar ampliado de diferentes espaços da cidade de Fortaleza (CE) partindo da apropriação através de malha de práticas engendrada por uma escola e produtora de fotografia. Através do caminhar, diferentes espaços de bairros distintos foram conectados e foram estabelecidas pontes em suas fronteiras, ressaltando a existência de espaços mistos que se unem através das trajetórias que os perpassam (MARINS; IPIRANGA, 2017). Já Sabella e El-Far (2019) pesquisam as práticas de resistência presentes no cotidiano de mulheres empreendedoras da região da Palestina, demonstrando como o empoderamento está imbricado com seu empreendedorismo, tornando-o um projeto de vida maior do que uma simples atividade econômica para geração de renda – ele é uma forma de resistir à opressão, preconceitos, marginalização das mulheres e diferenças sociais, valendo-se de táticas e estratégias. De maneira consonante, as práticas táticas demonstram-se imbricadas em movimentos de resistência que negociam o espaço com a ordem dominante a todo momento, apropriando e ressignificando através de bricolagens, estabelecendo pontes entre fronteiras, usos não pensados (OLIVEIRA; CAVEDON, 2013; MARINS; IPIRANGA, 2017; SABELLA; EL-FAR, 2019).

Como afirmam Marrewijk e Yanow (2010), as interpretações possíveis acerca de um espaço e dos aspectos que o tangenciam são inúmeras, dado que são subjetivas e, portanto, individuais, ainda que possam ser compartilhadas. Isto posto, quando se analisam os espaços da cidade, é importante levar-se em consideração o lapso entre as possibilidades de interpretação e as intenções de quem os planejou, haja vista que espaços podem ser interpretados e internalizados de maneiras distintas, implicando apropriações e usos distintos. Ademais, pode-se enxergar a cidade como sendo espaço animado através das práticas cotidianas de seus habitantes, de seus diversos usos, movimentos e constantes interposições.

Assim, no dia a dia da cidade, seus habitantes caminham e se entrecruzam, traçam trajetórias, apropriam-se e articulam espaços, o alteram e significam, tramam

verdadeiro tecido urbano engendrando a realidade social, estabelecendo um jogo de relações através de seu ir e vir (CERTEAU, 1998). Essas motricidades muitas vezes fugidias à administração pública são responsáveis pela espacialização do lugar, dado que os habitantes da cidade apropriam espaços através de suas práticas espaciais, dão novos usos a lugares, alteram rotas, transgredem legislações, manifestam cultura, picham locais proibidos etc. (VIEGAS; SARAIVA, 2015). A todo momento, o processo de espacialização recorta fronteiras que regulam usos e práticas dentro de seus limites. Limites que tangenciam outros espaços e estabelecem pontes conectando o “interno” ao “externo”, onde os habitantes negociam as fronteiras através da apropriação espacial proveniente de suas práticas transgressoras (CERTEAU, 1998).

Os instrumentos de regulação e controle das instituições públicas e gestores urbanos não alcançam as minudências da vida cotidiana, e seus habitantes a todo momento adotam práticas que surgem, se proliferam e perpetuam à margem dos olhares reguladores, fora de seu alcance. Impossíveis de gerir, Certeau (1998) define como táticas essas práticas que jogam com o espaço. Essas astúcias e lances oportunos que mitigam a posição de quem possui autonomia sobre ele. De caráter sempre momentâneo, ou seja, que acontece na oportunidade, as táticas vão na contramão dos esforços do poder público de mitigar as discrepâncias e incongruências da urbe, pois a todo momento a vida urbana “remonta àquilo que o projeto urbanístico dela excluía” (CERTEAU, 1998, p. 174). A cidade, portanto, reproduz dimensões de poder (ou ausência dele), e as estratégias adotadas pela gestão pública para o uso do espaço urbano são permeadas por e refletem aspectos da cultura local, essa tida como um dos pilares das políticas públicas modernas em processos de revitalização e promoção da qualidade de vida em determinados locais, conectando espaços, objetivos econômicos e aspectos sociais e culturais (MARREWIKJ; YANOW, 2010; IPIRANGA, 2010).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho buscou compreender a dinâmica de reconfiguração dos espaços organizacionais a partir da reorganização dos modos de fazer dos sujeitos frente a perturbações decorrentes da pandemia da doença Covid-19 no cotidiano.

De caráter exploratório-descritivo e abordagem qualitativa, a pesquisa teve como alicerce a investigação em campo. Considerada a complexidade da realidade social, o método permitiu explorar com minúcia os fenômenos sociais, frutos do entrecruzamento das dimensões material e social, bem como sustentar interpretações por meio do intercâmbio entre pesquisador e campo (CRESWELL, 2014; MINAYO, 2002), permitindo melhor apreensão dos significados das ações e relações humanas – aspectos subjetivos não captáveis pelo olhar quantitativo e suas técnicas (MINAYO, 2002).

A realidade social é marcada pelo seu dinamismo e efemeridade, uma teia complexa e não assimilável em sua totalidade, implicando em sua apreensão sempre parcial – um recorte situado no contexto espaciotemporal (MINAYO, 2002). Tendo em vista que os esforços para sua apreensão compreendem questões de natureza subjetiva, durante a produção dos dados busquei manter atenção às minhas próprias inclinações e opiniões para que não prejudicasse o desenvolvimento do trabalho, ainda que ciente da impossibilidade da completa dissociação entre autor e pesquisa, conforme indicado por Creswell (2014). Coadunando com Angrosino (2007), considerou-se não existirem regras universais para o comportamento humano, este que, tal como sociedade e cultura, não é constructo fixo e imutável, mas contingencial e influenciado pelo contexto.

Diferentes fatores permearam a escolha da Rua da Lama enquanto campo de pesquisa, sobretudo considerando o desafio de se estudar categorias como espaço e práticas em meio à crise sanitária, uma vez que a exposição no campo apresentava riscos. Dada a proposta de pesquisar como se reorganizam as práticas, e conseqüentemente o espaço, em situações de perturbação do cotidiano, a Rua da Lama reuniu uma série de aspectos que tornaram propícia sua escolha como campo de pesquisa no contexto da crise sanitária.

O principal fator foram as repentinas mudanças observadas no organizar do espaço logo no início da pandemia, entre os meses de março e abril de 2020, quando bares e restaurantes tiveram o funcionamento suspenso. Na oportunidade, a famosa Rua da Lama da noite capixaba “deixou de existir” como tradicionalmente conhecida, de modo que as práticas que davam contorno aos seus espaços foram igualmente suspensas por algum tempo, e reconfiguradas conforme determinadas medidas sanitárias foram sendo assumidas. Consequentemente, a Rua da Lama, popularmente conhecida por reunir grande quantidade de pessoas, sinônimo de sociabilidade, lazer e consumo (DRUMOND; FANTINEL, 2015), encontrava-se, então, com bares fechados e vazia, muito diferente do “habitual”. Além do mais, também levei em consideração o histórico de tensões envolvendo seu espaço, marcado por apropriações e subversões, que já foi motivo de disputas por parte de moradores, donos de bares, associação de moradores e prefeitura. Por último, destaco ainda outros dois fatores que oportunizaram a articulação da pesquisa: meu próprio histórico com o campo, que já foi lócus de pesquisa de dois trabalhos que desenvolvi anteriormente; e o conhecimento prévio de possíveis entrevistados, uma vez que já mantive contato com alguns donos de bares do local, bem como membros da associação de moradores e frequentadores.

Levando em consideração o caráter exploratório-descritivo da presente pesquisa, bem como as características contextuais do lócus de pesquisa e os objetivos inicialmente traçados, adotei a triangulação (ANGROSINO, 2007) das seguintes técnicas na produção de dados: entrevistas semiestruturadas; fontes documentais (notícias, decretos, portarias etc.); e observação não participante. A realização de entrevistas foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (CEP/UFES) gerando o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética 43454921.9.0000.5542.

Entrevistas são ferramentas úteis para pesquisas de caráter indutivo e permitem que o entrevistador acesse motivações e significados menos evidentes das ações dos entrevistados, através de perguntas descritivas ou exploratórias. Assim, é possível captar informações concernentes ao fenômeno estudado, partindo das experiências de vida e opiniões, revelando nuances, áreas cinzentas e significados sob a superfície (JOHNSON; ROWLANDS, 2012; ANGROSINO, 2007; KVALE, 2007).

Brinkmann (2018) afirma que a entrevista semiestruturada permite em seu curso, diferentemente da entrevista estruturada, que o entrevistador interprete as falas do entrevistado e eventualmente as questione no decorrer da entrevista. Na contramão também permite ao entrevistado pontuar possíveis interpretações erradas do entrevistador mantendo, contudo, alinhamento com o que foi inicialmente desenhado no roteiro da entrevista (ANGROSINO, 2007).

Optei, assim, pela realização de entrevistas semiestruturadas com diferentes sujeitos envolvidos nas práticas que reconfiguram a Rua da Lama. Esse tipo de ferramenta permite melhor aproveitamento dos diálogos, conferindo liberdade para o entrevistador explorar tópicos não preestabelecidos, ao mesmo tempo em que guia o diálogo em direção às questões concernentes ao projeto de pesquisa, sendo, portanto, vantajosa em relação às entrevistas estruturadas e não estruturadas (BRINKMANN, 2018). Partindo das informações, opiniões e trocas com os entrevistados, é possível estabelecer conexões e paralelos com a realidade social, habilitando assim a construção e a comunicação de conhecimento – seguindo a perspectiva construtivista do conhecimento, existe preocupação em investigar o “como” mais do que “o quê” no discurso do entrevistado (BRINKMANN, 2018). Para delimitar a quantidade de entrevistas a serem realizadas, foi adotada a saturação teórica (ANGROSINO, 2007).

É importante ressaltar que o escopo da pesquisa sofreu significativas adequações para que fosse possível sua realização, tendo em vista que a primeira versão do projeto previa estudar uma casa de samba no centro da capital capixaba, que dava lugar a eventos com aglomeração de pessoas e que permaneceu fechada durante parte considerável do período de produção de dados, inviabilizando a proposta inicial – em função disso, o prazo para a conclusão da produção de dados tornou-se desafio à parte. A escolha dos entrevistados passou pela tentativa de conferir maior polifonia ao texto, com participantes que pudessem apresentar opiniões que representassem pontos de vista distintos, ou que defendessem interesses conflitantes nas dinâmicas que organizam os espaços. Considerou também sua importância no contexto da Rua da Lama, isto é, sua capacidade de interferir nas “regras do jogo”. Sabendo disso, dentre as pessoas abordadas estiveram: donos de bares da Rua da Lama; membros das secretarias estadual e municipal de saúde;

membros do SINDBARES (Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Espírito Santo); membros de entidades de fomento de micro e pequenas empresas; pessoas que já frequentavam a Rua da Lama antes da pandemia, e que frequentaram também durante a crise sanitária; membros da associação de moradores do bairro de Jardim da Penha.

Destaco que encontrei mais dificuldades que o previsto para realizar as entrevistas, ainda que eu considerasse já conhecer e manter contato com alguns dos possíveis participantes. Abordei cerca de trinta pessoas com o intuito de entrevistá-las, mas recebi muitas negativas e desistências em razão de diferentes motivos, o que atrasou ainda mais a coleta de dados. Diversos donos de bares abordados não apresentaram disponibilidade justamente em função do momento que se vivia à época, alegando estarem envolvidos com a gestão da crise em seus estabelecimentos. Ademais, muitos frequentadores sentiram medo de uma possível exposição porque foram à Lama enquanto os bares estavam fechados, ou participaram de aglomerações, e não quiseram comentar suas condutas “desviantes”, por mais que estivessem cientes da garantia de sigilo. Cabe ressaltar ainda que, no caso do sindicato e de alguns membros da administração pública, eu sequer obtive resposta – mesmo que com mais de uma tentativa de contato realizada via telefones e endereços eletrônicos disponíveis online.

De modo geral, a aproximação com os entrevistados foi realizada via redes sociais com o apoio de terceiros, que facilitaram ou intermediaram o contato, abordando-os previamente para que, então, eu propusesse a realização da entrevista. Somente dois dos entrevistados foram abordados por meio dos telefones ou endereços eletrônicos das instituições em que atuam, sendo eles o funcionário da Secretaria de Saúde do Estado e o funcionário do SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). Após a marcação das entrevistas, e a despeito de todos os contratempos inerentes ao momento, seis delas foram realizadas online via chamada de vídeo com auxílio de gravador de voz, e quatro foram feitas presencialmente, por solicitação dos colaboradores, em locais combinados previamente e mediante respeito aos protocolos de segurança e prevenção à Covid-19. Isto posto, realizei as entrevistas entre os meses de janeiro e maio de 2021, tendo interrompido a coleta quando o conjunto de dados obtido já era suficiente e os

novos achados passaram, em contrapartida, a não justificar o investimento de tempo necessário, haja vista sua escassez.

As entrevistas tiveram duração média de 45 minutos, totalizando cerca de sete horas de áudio e aproximadamente cem páginas transcritas. Foram entrevistados: seis frequentadores da Rua da Lama; um dono de bar local; um membro da Associação de Moradores de Jardim da Penha, um funcionário da Secretaria de Saúde do Estado (SESA) e um funcionário do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Considerando o perfil dos entrevistados, construí três roteiros de entrevista: um para os frequentadores, um para os funcionários públicos e um para o empresário, todos estruturados em tópicos visando otimizar a conversa sem limitá-la. Elaborei os roteiros com base nos objetivos da pesquisa e, em geral, eles permitiram colher informações a respeito das negociações envolvendo os usos e contra usos do espaço da Rua da Lama durante o curso da pandemia, bem como opiniões sobre os acontecimentos ocorridos no local, pontos de vista sobre a atuação da administração pública e relatos de estratégias e táticas (e como foram engendradas ao longo do tempo). Para facilitar os processos de análise e escrita, visando também proporcionar melhor experiência na leitura do trabalho, foram atribuídos nomes fictícios aos entrevistados, os quais encontram-se organizados alfabeticamente, seguidos de breve descrição na Tabela 1 abaixo:

TABELA 1 – DESCRIÇÃO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Nome	Descrição
Alex	Funcionário da Secretaria de Saúde do Estado
Claudair	Funcionário do SEBRAE
Eduardo	Frequentador
Evandro	Frequentador
Guga	Membro da Associação de Moradores
Julia	Frequentadora
Lara	Frequentadora
Mariana	Frequentadora
Marcos	Dono de bar na Rua da Lama
Saulo	Frequentador

Fonte: Elaborado pelo autor

Reckwitz (2002) afirma que as práticas, aqui entendidas como as artes de fazer, sustentam a vida social e dão ordenação visível para o mundo. Elas oferecem sistemas contingentes de interpretação que possibilitam conclusões empíricas, possibilitando assim um modo de enxergar e analisar fenômenos sociais. O nível de análise para as práticas é, portanto, a prática em si, considerando seus movimentos, interpretações, apropriações, know how, querer e usos dados pelos sujeitos aos elementos disponíveis (RECKWITZ, 2002). Em decorrência disso, a técnica de observação mostra-se aderente à pesquisa e à investigação em campo, dado que ela pressupõe contato com as pessoas, coisas ou fenômeno estudado (ANGROSINO, 2007).

No papel do pesquisador, observar consiste em notar determinado fenômeno, com ou sem equipamentos, e registrar informações de interesse a respeito para fins científicos (ANGROSINO, 2007), sendo a observação, portanto, indissociável do julgamento – não de cunho moral, mas sobre o que observar, selecionar, filtrar, distinguir e classificar, tendo em vista os objetivos da pesquisa (BRATICH, 2018). O processo de engajamento com objetos, pessoas, grupos, fenômenos etc. (ou seleção do que observar) através da observação não é apenas físico e individual, mas está imerso em relações sociais e situado em práticas preexistentes de poder social – “o que o olho vê é algo que um aparato ou discurso já determinou ser importante” (BRATICH, 2018, p. 913). Mantendo aderência aos objetivos propostos, e ao fenômeno estudado, a observação prevê a ida do pesquisador a campo e habilita, portanto, a apreensão – sempre parcial – da realidade social, de seus sujeitos e fenômenos. Destarte, adotei a técnica de observação não participante ou simples, que, tal como apontado por Gil (2008), permite a obtenção de dados sem causar desconforto ou suspeita nas pessoas, comunidades, instituições ou grupos estudados, sendo adequada para estudos em espaços públicos. Por ter escopo menos rígido, é indicada para estudos qualitativos de caráter exploratório, que é o caso da presente pesquisa, ainda que pesquisadores costumem considerar itens relevantes como os sujeitos, o espaço e o comportamento social (GIL, 2008).

Visando manter certa organização nos processos de observação e produção de dados, optei pela produção de notas de campo que incluíssem descrição do sítio de pesquisa, características gerais dos participantes (idade, quantidade, gênero etc.),

descrições dos participantes, cronologia dos acontecimentos, descrição do layout físico do sítio (objetos, arquitetura etc.), descrições de comportamentos e interações, e anotações sobre conversações e demais interações verbais (ANGROSINO, 2007). Conforme indicado por Emerson, Fretz e Shaw (2001), as notas de campo são insumo básico para a construção das análises, mesmo sendo seletivas e representando recortes do fenômeno observado, refletindo tendências do pesquisador. O projeto inicialmente compreendia a realização das observações entre os meses de março e maio de 2021, indo a campo três vezes por semana. No entanto, encontrei limitações de acesso ao campo no período determinado, principalmente em função das medidas restritivas para o funcionamento dos estabelecimentos, que permaneceram fechados entre 05 de abril e 17 de maio de 2021, período em que Vitória se encontrava em risco extremo, mas também por certo receio e precaução frente aos riscos de contaminação. Segue trecho de um diário de pesquisa de 16 de março de 2021:

[...] medindo os riscos, foi importante para mim as observações até mesmo para manter um olhar mais cauteloso em relação à mídia e redes sociais [...] relação um tanto estranha a minha com o campo, dado que o risco de exposição pode não compensar no fim das contas [...] (DIÁRIO DE PESQUISA, 2021).

Ao todo, realizei seis observações em dias da semana diferentes, normalmente entre as 18 e 21 horas, tendo sido possível presenciar as práticas dos diferentes praticantes in loco, e os movimentos de reorganização do espaço. Portando um celular e um bloco de notas para registros e anotações, permaneci sentado na calçada de um dos restaurantes do local, que estava mais vazio e um pouco afastado da concentração dos bares, visando minimizar os riscos de possível contágio. Desse modo, as observações resultaram em seis notas de campo e dois diários de pesquisa, sendo os últimos resultado de minhas reflexões e pensamentos sobre como os processos de observação me afetavam, totalizando cerca de dez páginas transcritas. Tal como apontam Emerson, Fretz e Shaw (2001), através das notas de campo pude manter registro dos eventos e fenômenos observados, bem como das pessoas, práticas e espaço, registrando também minhas próprias ações, reflexões e pensamentos. Levando em consideração a impossibilidade de realizar o número de observações proposto inicialmente, bem como o baixo volume de dados

produzidos nessa etapa, as notas de campo e os diários de pesquisa serviram mais como apoio na construção das análises.

Finalmente, tendo em vista as condições adversas para realização da pesquisa, foram utilizadas fontes documentais que objetivaram dar corpo aos dados coletados em campo e enriquecer o processo de análise com elementos e registros históricos, permitindo acessar informações não captáveis in situ, dando maior robustez ao volume de dados obtido. Coffey (2014) aponta que todo documento tem função, tendo em vista que são criados com propósitos definidos e representam versões da realidade, contribuindo e adensando a pesquisa com fatos, informações ou opiniões que não poderiam, ou dificilmente poderiam, ser acessadas de outra maneira.

Documentos abrangem várias mídias digitais, sociais e tecnológicas como e-mails, websites, mensagens SMS e redes sociais, também jornais em papel, mapas, propagandas etc. que são rotineiramente produzidos, distribuídos e consumidos (COFFEY, 2014). Foi realizado levantamento de dados nos principais sites de busca (Google e Bing), plataformas de vídeos (Youtube e Vimeo), sítios online do governo e jornais online, buscando por documentos que atendessem ao critério de apoiar a contextualização e a construção cronológica dos acontecimentos. Cheguei ao total de 73 documentos dentro do recorte temporal de março de 2020 a maio de 2021, organizados na Tabela 2. De modo geral, os dados de natureza documental permitiram acompanhar o processo que se convencionou denominar na mídia de “reabertura” do segmento de restaurantes e bares (cronologicamente identificada como tendo ocorrido em setembro de 2020), desvelando assim os movimentos e contra movimentos das dinâmicas de negociação entre diferentes sujeitos, coletivos, pequenos negócios e poder público. Os documentos também tiveram a importante função de nortear as perguntas e interações do pesquisador com o campo, indicando possíveis temas a serem abordados.

TABELA 2 – LEVANTAMENTO DOCUMENTAL REALIZADO

Documento	Quantidade
Notícias em jornais online e portais de notícia	54
Decretos	9
Notas técnicas, planos de contingência e guias de boas práticas	6
Portarias	4

Fonte: Elaborado pelo autor

Para a análise dos dados, adotei a técnica de codificação e categorização temáticas proposta por Gibbs (2009), que propõe organização dos registros textuais segundo ideias temáticas que agrupam trechos, palavras ou expressões de acordo com suas similaridades. Tais excertos simplesmente ilustrativos do texto são denominados códigos descritivos, a partir dos quais são formuladas as categorias, que resultam de esforço mais de codificação e indicam uma ideia ou fenômeno mais geral (GIBBS, 2009). Destarte, conforme proposto por Gibbs (2009), a partir das categorias criadas e considerando os objetivos da pesquisa deve ser feito novo esforço analítico e teórico na produção de códigos analíticos, os quais indicam novas formas de explicar os dados – teóricas e analíticas.

A codificação pode ser realizada tanto com base em conceitos teóricos como com base nos dados (ou codificação aberta), ainda que não sejam abordagens excludentes (GIBBS, 2009). Tendo em vista o caráter exploratório-descritivo da presente pesquisa, optei pela codificação com base nos dados, que consiste na tentativa de aproximação aos fenômenos sem levar em consideração muitas ideias preliminares sobre o tema, mas reconhecendo que “[...] uma abordagem completamente tabula rasa não é realista [...]” (GIBBS, 2009, p. 68). Por conseguinte, essa técnica permite, através de processos de codificação e categorização, ligar trechos e passagens dos dados a ideias temáticas mais amplas e relacionadas aos objetivos da pesquisa (GIBBS, 2009).

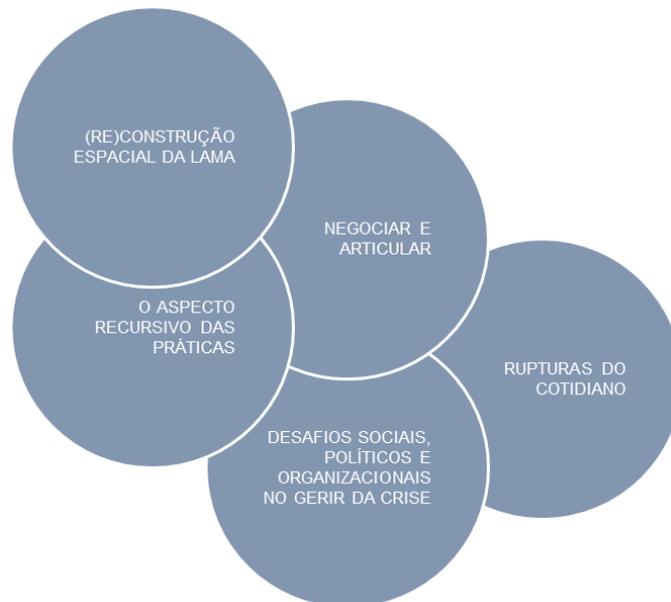
3.1 PROCEDIMENTOS DE PRODUÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE

Mantendo aderência ao proposto por Gibbs (2009), inicialmente realizei leitura dos dados produzidos e destaquei os trechos, ou códigos descritivos, que guardavam relação com os objetivos propostos ou eram relevantes no contexto da pesquisa. Na sequência, formulei categorias com base nos códigos descritivos destacados. Para nomear uma categoria, tal como sugere Gibbs (2009), procurei não somente descrever o texto destacado, mas o relacionar com um fenômeno ou ideia mais geral, buscando alcançar “[...] questões teóricas que estão por trás do texto e oferecem uma sensibilidade para níveis teóricos mais profundos [...]” (GIBBS, 2009, p. 72). Para organizar e facilitar o processo de análise, criei descrições sucintas para cada uma das categorias geradas, o que me ajudou tanto a manter coerência no agrupamento dos códigos, como a manter as categorias coesas, evitando reunir em uma mesma categoria códigos não relacionados ao mesmo fenômeno ou ideia, conforme sugerido por Gibbs (2009). Ressalto ainda que, visando conferir maior refinamento analítico às categorias criadas, possibilitando assim alcançar níveis teóricos mais profundos, realizei repetidas leituras dos dados e revisões das categorias. Partindo das categorias formuladas, segui então com a produção dos códigos analíticos ou teóricos, procurando apontar “[...] formas novas, teóricas e analíticas de explicar os dados [...]” (GIBBS, 2009, p. 77) considerando para isso os objetivos da pesquisa.

Feito isso, organizei todos os códigos descritivos, categorias e códigos analíticos em tabela no Microsoft Excel, onde também registrei os entrevistados ou autores (no caso dos documentos) correspondentes. Finalizada a tabulação, foram 654 códigos descritivos registrados, 76 categorias produzidas e 5 códigos analíticos gerados. Destaco que a tabela serviu para manipular os dados de maneira mais ágil durante a escrita das análises, evitando a necessidade de trabalhar com papéis.

Os cinco códigos descritivos gerados foram: (re)construção espacial da Lama; o aspecto recursivo das práticas; negociar e articular; desafios sociais, políticos e organizacionais no gerir da crise; rupturas do cotidiano.

Figura 2 – Categorias analíticas geradas a partir da análise dos dados

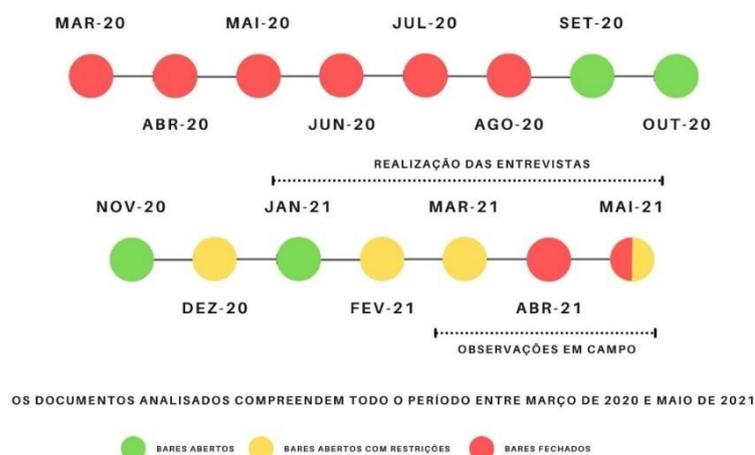


Fonte: Elaborado pelo autor

Por último, produzi o seguinte esquema visual com o intuito de localizar a produção dos dados (documentos, entrevistas e observações) de maneira organizada, contemplando tanto o período de produção como o recorte temporal analisado (Figura 3):

Figura 3 – Produção dos dados x Abertura e fechamento bares

PRODUÇÃO DOS DADOS X ABERTURA E FECHAMENTO BARES



Fonte: Elaborado pelo autor

A Figura 3 mostra a cronologia do lócus no decorrer do período investigado e representa visualmente a realização das entrevistas entre janeiro e maio de 2021 e

das observações entre março e maio de 2021. A pesquisa documental, intensificada entre janeiro e maio de 2021, compreendeu sobretudo materiais produzidos entre março de 2020 e maio de 2021. Além disso, a figura sobrepõe a produção dos dados com os períodos de suspensão e de abertura dos bares, com ou sem restrições.

Isto posto, sigo com a apresentação e discussão dos dados, onde descrevo com maior detalhamento cada um dos códigos analíticos gerados.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

4.1 DA LAMA AO CAOS

4.1.1 Panorama da pandemia no Brasil

O atípico ano de 2020 trouxe muitas mudanças para o cotidiano das cidades ao redor do mundo. A pandemia da Covid-19 tem demandado elevados esforços (uma vez que ela está em curso durante a produção desta pesquisa) e investimentos para conter a disseminação do vírus em nível global, amenizar a recessão financeira e imunizar a população ao redor do planeta. Identificado pela primeira vez em dezembro de 2019, em Wuhan, capital da província Hubei, na China, o novo coronavírus rapidamente se alastrou pela Ásia e demais continentes, tendo a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciado a pandemia no dia 11 de março de 2020, quando vários países já registravam casos (MOREIRA; PINHEIRO, 2020).

A Covid-19 chegou no Brasil em fevereiro de 2020, quando o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso da doença em território nacional (SOARES; GRECCHI, 2020). Apesar disso, na contramão da maioria dos países que adotou quarentenas, lockdown e fechamento de fronteiras para retardar o alastramento do vírus, o Brasil passou por conflitos envolvendo governo federal, estados e municípios que retardaram a gestão da crise sanitária, agravada por pronunciamentos e condutas negacionistas, notícias falsas (fake news), uso de medicamentos cientificamente comprovados ineficazes, como no caso da Hidroxicloroquina (IDOETA, 2021), e protestos (SOARES, 2021; ONOFRE, 2021).

Em abril de 2020, o Supremo Tribunal Federal assegurou que governadores e prefeitos detinham autonomia para determinar medidas restritivas e de enfrentamento da pandemia, atribuindo a estados e municípios o poder de decisão sobre quais atividades e serviços seriam afetados, por exemplo (AFONSO, 2020). Isso significou o esvaziamento da medida provisória que previa restringir e concentrar o poder sobre tais decisões nas mãos do governo federal, responsável pela redação do texto (AFONSO, 2020). Assim, sob a justificativa de que não detinha mais nenhum poder sobre a gestão da pandemia, e atribuindo toda

responsabilidade pelo fiasco do país na gestão da crise sanitária a governadores e prefeitos, o governo federal permaneceu omissivo no enfrentamento da pandemia e buscou minar os esforços por parte dos estados e municípios (AFONSO, 2020). Tais acontecimentos demonstram como a interferência negativa e direta do governo federal foi responsável, em grande parte, pelo fracasso do país na gestão da crise, e colaborou fortemente para o comportamento irresponsável de parte da população ao não respeitar as normas sanitárias (TESTONI, 2020).

Os repetidos pronunciamentos do presidente incentivando a população a sair de casa para trabalhar e não aderir aos protocolos, ou simplesmente chamando a Covid-19 de “gripezinha”, tiveram relação direta com a redução dos percentuais de aderência ao isolamento social (FÁVERO, 2020). Em meio ao caos vivido nas cidades brasileiras, em abril de 2021 foi instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito da Covid-19 (ou CPI da Covid-19) para investigar a atuação do governo federal e o uso de recursos no enfrentamento da pandemia (BBC NEWS, 2021). Em seu curso, a CPI revelou, por exemplo, que o governo federal ignorou pelo menos cinco ofertas de vacinas do laboratório Pfizer quando o país somava mais de 430.000 mortes por Covid-19 (BENITES, 2021). Até maio de 2021, quando finalizei a produção dos dados, já havíamos perdido 462.966 vidas em função da Covid-19 no Brasil (G1, 2021), sendo 10.798 delas no Espírito Santo (G1 ES, 2021a).

4.1.2 Bares, restaurantes e a crise sanitária na cidade de Vitória (ES)

Em março de 2020, a Prefeitura Municipal de Vitória instaurou um conjunto de medidas para enfrentamento da pandemia da Covid-19, via decreto, incluindo uma série de restrições para o funcionamento do comércio de rua. De acordo com o Art. 3º do decreto nº 18.047, de 20 de março de 2020, o funcionamento de estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, incluindo bares e restaurantes, seria suspenso, inicialmente, por período de quinze dias (VITÓRIA, 2020). Até a conclusão da produção dos dados, em 31 de maio de 2021, quando Vitória se encontrava em risco alto, os bares da cidade enfrentaram grande período de suspensão nas atividades, tendo autorização legal para voltar a funcionar somente em setembro de 2020, quando Vitória entrou em risco baixo no Mapa de Gestão de

Risco (CARRARETTO, 2020a). É importante destacar que restaurantes tiveram maior flexibilidade de funcionamento durante a crise.

Isto posto, as decisões acerca das restrições para funcionamento dos bares foram tomadas com base em decretos municipais e no Mapa de Gestão de Risco (ESPÍRITO SANTO, 2020a; VITÓRIA, 2020), que é orientado por critérios como taxa de letalidade, índice de isolamento, número de casos confirmados e evolução do percentual da ocupação dos leitos de UTI (ESPÍRITO SANTO, 2020a). O Mapa de Gestão de Risco, que entrou em vigor em abril de 2020 (ESPÍRITO SANTO, 2020a), caracteriza-se como:

[...] novo critério adotado para a tomada de decisões para restrição de mobilidade e manutenção do isolamento social atende ao objetivo do Governo do Estado de achatamento da curva epidêmica da doença. Para evitar que o sistema de saúde fique sobrecarregado, cada município deverá seguir as orientações previstas no Mapa de Gestão de Risco, que foi desenvolvido pelo Centro de Comando e Controle (CCC) da Covid-19 com base nos dados dos boletins epidemiológicos do Ministério da Saúde e da Secretaria da Saúde (Sesa). Seguindo a metodologia do Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, os municípios que estiverem abaixo da média de casos do Estado, estarão no Risco Baixo (Verde); os que estiverem até 50% acima da média do Estado estarão no Risco Moderado (Amarelo) e os que estiverem acima dos 50% da média do Espírito Santo estarão no Risco Alto (Vermelho). Em todos os casos será levado em conta o Coeficiente de Incidência Acumulado de casos da Covid-19, calculado pela média de casos a cada 100 mil habitantes [...] (ESPÍRITO SANTO, 2020a).

Para cada uma das classificações, foram estabelecidas medidas sanitárias de enfrentamento e controle específicas, sendo que alguns estabelecimentos e serviços, considerados essenciais, permaneceram abertos durante todo período, ou quase todo (ESPÍRITO SANTO, 2020a). Dentre esses estabelecimentos figuraram, por exemplo, supermercados, farmácias, pet shops, padarias, restaurantes nas modalidades delivery e drive-thru e salões de beleza (ESPÍRITO SANTO, 2020a). Já dentre as medidas sanitárias requeridas para funcionamento encontraram-se, por exemplo: a disponibilização de água e sabão para higienização das mãos; disponibilização de álcool 70%; respeito ao distanciamento social; adoção de ventilação natural; adoção de cuidados na manipulação e compartilhamento de equipamentos de trabalho; uso obrigatório de máscara; limite de pessoas por m²; quarentena de empregados infectados ou com suspeita de infecção pela Covid-19; limitação da capacidade de público (ESPÍRITO SANTO, 2020a).

A ingerência e a propagação de informações falsas por parte do governo federal municiaram discursos e comportamentos negacionistas por parte da população, o que impactou diretamente a gestão da crise pelos estados e municípios (BRUM, 2021). Inserida nesse contexto, a Rua da Lama não deixou de ser permeada por tais questões. Assim, para facilitar a compreensão dos acontecimentos do campo no decorrer da pandemia, elaborei o seguinte esquema visual com a cronologia do funcionamento de bares na cidade de Vitória (ou, do “abre e fecha”, como disse uma entrevistada), visto que foram os decretos e os mapas de gestão de risco que ditaram o “ritmo” do funcionamento durante o período estudado (Figura 4):

Figura 4 – Linha do tempo da abertura e fechamento de bares em Vitória (ES)

Linha do tempo da abertura e fechamento de bares em Vitória (ES)

Período analisado - 20/03/2020 à 31/05/2021



Fonte: Elaborado pelo autor

Concluído esse sobrevoo, prossigo com a apresentação e a análise dos dados, que organizei em cinco tópicos inspirados nos códigos analíticos criados: as rupturas do cotidiano; os desafios sociais, políticos e organizacionais no gerir da crise; o negociar e articular; o aspecto recursivo das práticas; a (re)construção espacial da Lama. Assim, a construção das análises seguiu ordem mais ou menos cronológica, recobrando alguns acontecimentos enquanto avança as discussões, até porque, como indica um dos tópicos, traços de recursividade permearam a reconstrução espacial da Lama no período.

4.2 RUPTURAS DO COTIDIANO

As rupturas do cotidiano dizem respeito aos pontos de fratura e fissuras decorrentes do impacto da pandemia no dia a dia da Rua da Lama, às discontinuidades nas práticas e ao contraste entre seu espaço antes e durante a crise sanitária.

A Rua da Lama, como é carinhosamente conhecida, não se trata, apesar do sugere, de uma única rua propriamente dita. Trata-se de uma região compreendendo um trecho da Avenida Anísio Fernandes Coelho, localizada no bairro de Jardim da Penha, em Vitória, ES, e trechos adjacentes das ruas Arthur Czartoryski, Carijós e Alziro Zarur. Localidade turística e tradicional ponto de encontro na noite capixaba, a Lama é famosa por concentrar diversos bares e restaurantes dos mais variados tipos, e por reunir pessoas de diferentes idades, grupos e bairros da Grande Vitória (DRUMOND; FANTINEL, 2015). Ainda que diversificado, parte relevante do público da Rua da Lama é composta por jovens com idade entre 20 e 30 anos e universitários, sendo importante mencionar que o bairro de Jardim da Penha, onde se insere, é vizinho à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e outras faculdades particulares da região, fazendo com que muitos universitários e profissionais da universidade e das faculdades optem por morar no bairro ou em bairros vizinhos (DOMINGUES; GRIPP; FANTINEL, 2017).

Durante a semana, os estabelecimentos que funcionam em horário comercial na Rua da Lama (copiadoras, sebo, lojas de roupa, papelarias) começam a encerrar o expediente por volta das 17 horas, enquanto os bares começam a abrir e dispor mesas e cadeiras na calçada. Conforme as mesas vão enchendo, as calçadas vão lotando e a rua vai sendo tomada pelo público, com pessoas conversando em pé na rua ou encostadas nos carros estacionados, deslocando-se livremente pelo asfalto a despeito dos automóveis (DRUMOND; FANTINEL, 2015).

O início da pandemia foi marcado por incertezas, muito em função da escassez de informações e do desconhecimento a respeito da Covid-19, de sua forma de atuação, potencial de disseminação e tratamento (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020). Em vista disso, o governo estadual do Espírito Santo inicialmente adotou restrições mais rígidas sobre o funcionamento de estabelecimentos comerciais e serviços no

geral, permitindo o funcionamento somente daqueles considerados essenciais (VITÓRIA, 2020). Dessa maneira, o desconhecimento a respeito das medidas sanitárias necessárias no enfrentamento do novo coronavírus conduziu o governo estadual a adotar tais medidas, conforme informado por Alex:

[...] claro que se tinha recomendações mais genéricas, então se tomou uma decisão inicial no ES de restringir todas as atividades, mantendo apenas aquelas mais essenciais. Fechou tudo, acho que você lembra [...] praticamente era um deserto nossas maiores cidades, né? Se via muito pouca gente circulando, e ali foi a tentativa de evitar a transmissão comunitária [...] (ENTREVISTA ALEX).

Através do decreto nº 18.047, de 20 de março de 2020, a Prefeitura Municipal de Vitória suspendeu o funcionamento de estabelecimentos comerciais de qualquer natureza, incluindo bares e restaurantes (VITÓRIA, 2020). Apesar do decreto ter entrado em vigor assim da sua assinatura, os bares da Rua da Lama ainda abriram no dia, que era uma sexta-feira, porém o que se viu foi bem diferente do habitual: dezenas de mesas vazias, pouco público (composto basicamente por casais) e clientes distantes uns dos outros (TRIBUNA ONLINE, 2020). Tal episódio aponta, portanto, para as rupturas ocorridas no cotidiano da Rua da Lama, que alteraram a malha de práticas que constituía seu espaço.

Cabe ressaltar que nessa data parte da população já se encontrava reclusa em suas casas praticando o isolamento social, o que contribuiu para maior adesão às medidas sanitárias no começo da pandemia, inclusive pelos donos de bares, visto que o decreto nº 18.047 previu somente 15 dias de suspensão nas atividades (VITÓRIA, 2020). Com a retomada gradual das atividades econômicas e a reabertura do comércio de rua, as pessoas que estavam reclusas naturalmente retornaram ao trabalho, juntando-se aos que não tiveram a oportunidade de ficar em casa (CARVALHO, 2020b). Ainda assim, o funcionamento dos bares permaneceu suspenso até o mês de setembro de 2020, quando Vitória entrou na classificação de risco baixo no Mapa de Gestão de Risco (NUNES, 2020).

Em 27 de julho de 2020, entrou em vigor o 15º Mapa de Gestão de Risco, que classificou Vitória como risco moderado (ESPÍRITO SANTO, 2020b). Isso permitiu a abertura dos restaurantes da capital de segunda a sexta-feira, entre dez e dezesseis

horas, e até as dezoito horas aos sábados, com bares ainda proibidos de funcionar. Levando isso em consideração, alguns dos bares da Rua da Lama que possuíam registro de atividade econômica como restaurantes puderam voltar a abrir as portas na oportunidade, desde que cumprindo as normas sanitárias (GONÇALVES, 2020). A despeito dos mapas de gestão de risco, ocorreram aglomerações no local com pessoas bebendo em frente a um estabelecimento após as 22 horas, mesmo com a Polícia Militar alegando realizar patrulhamento no local sem encontrar irregularidades (PASTI, 2020).

Sobre isso, episódios de fiscalização como esse ocorridos na Lama representaram esforços de vigilância e controle por parte da administração pública, reprimindo determinadas práticas em virtude de outras (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021). Ao passo que buscaram enfraquecer e desestabilizar práticas ligadas ao consumo de bares, por exemplo, governo municipal e prefeitura permitiam a circulação de transportes públicos lotados de trabalhadores diariamente (CARVALHO, 2020b). Incongruências como essa demonstram os interesses e a virtude capitalista da cidade moderna (OLIVEIRA; MENDES; LOPES, 2019), pois a justificativa para os bares não funcionarem era a de evitar o contágio, o que vai de encontro ao fato de que a maior parte da população precisou trabalhar presencialmente e utilizar ônibus lotados – igualmente acarretando risco de contágio. Nessa direção, destaco a indignação da Lara:

[...] eu realmente, infelizmente, acho que não seja tão diferente do risco que você pega enfrentando um terminal lotado e um ônibus lotado. Apesar de eu saber que não é o mesmo público que frequenta os dois lugares, mas o risco não é tão diferente não [...] mantendo máscara, essas paradas assim, não acho que seja tão diferente não. Porque o distanciamento é o mesmo, entendeu?! Distanciamento, onde você segura, onde você encosta [...] são motivos diferentes, o risco é o mesmo [...] (ENTREVISTA LARA).

Dentre as aglomerações registradas noticiadas pela imprensa, um “baile funk clandestino” ocorrido na Rua da Lama em 30 de agosto de 2020, quando jovens periféricos se reuniram no local, incomodou os moradores das imediações, que reclamaram da aglomeração de pessoas e do risco de contágio, bem como de tumulto, barulho e agitação (CARVALHO, 2020a). Destaco que a insatisfação dos moradores de Jardim da Penha com tais eventos “clandestinos” é assunto anterior à pandemia (DRUMOND; FANTINEL, 2021), sugerindo que por trás dos argumentos

em torno das questões relativas ao contágio estiveram contidos preconceitos que parcelas mais ricas da sociedade nutrem em relação às menos favorecidas, bem como interesses sobre o uso do espaço público. Disputas, negociações, apropriações e práticas manifestadas no espaço público guardam relação com aspectos mais amplos, como fatores políticos e de resistência ligados aos signos e significados atribuídos ao espaço pelos diferentes sujeitos praticantes (ANDRADE, 2021).

Conforme já mencionado, em setembro de 2020, após quatro meses de suspensão, o funcionamento de bares foi permitido na cidade de Vitória, que então passou para a classificação de risco baixo no 21º Mapa de Gestão de Risco (ESPÍRITO SANTO, 2020c). Para os municípios no risco baixo eram previstas as seguintes medidas para o funcionamento do comércio de rua (bares inclusos):

[...] Funcionamento de todos os estabelecimentos com medidas qualificadas: 1 cliente por 10 m², obrigatoriedade de uso de máscaras para funcionários e recomendado para clientes, distanciamento social em filas.
[...] Galerias e centros comerciais devem funcionar com 50% da ocupação (1 pessoa por 14 m²) [...] (ESPÍRITO SANTO, 2020a, p.33).

Cabe ressaltar que, a partir de 23 de novembro de 2020, a classificação de risco moderada passou a admitir o funcionamento de bares até 22h de segunda a sábado, e até 16h aos domingos (FERNANDES, 2020). Segundo o governador do Estado, a alteração foi direcionada para as atividades em que tinham gestão limitada sobre o contágio do novo coronavírus e que não adotavam o uso de máscara permanente (FERNANDES, 2020). Isto posto, o período entre os meses de novembro de 2020 e maio de 2021 foi de muita instabilidade para os bares da capital capixaba, visto que englobou diversas mudanças na classificação da cidade no Mapa de Gestão de Risco. Vitória passou de risco baixo para moderado em novembro de 2020; de risco moderado para baixo em janeiro de 2021, com bares abertos sem restrições de horário; passou de risco baixo para moderado em fevereiro de 2021; passou de risco moderado para extremo em abril de 2021, com bares novamente proibidos de funcionar; passou de risco extremo para moderado em 17 de maio; terminou o mês de maio de 2021 em risco alto, mais uma vez com o funcionamento de bares suspenso.

Apesar das constantes mudanças na classificação de risco, os bares da Rua da Lama permaneceram a maior parte do tempo abertos entre os meses de setembro de 2020 e maio de 2021, aproximadamente 4 meses em risco baixo, 3 meses e meio em risco moderado e 1 mês e meio nos riscos alto e extremo. Elaborei o seguinte esquema para facilitar a visualização dos acontecimentos em ordem cronológica (Figura 5):

Figura 5 – Cronologia da classificação de risco de Vitória (ES)



Fonte: Elaborado pelo autor

Alex, que atua na Secretaria de Estado da Saúde, afirmou ter sido muito complexo conceber e implementar as normas sanitárias, bem como organizar os espaços públicos, proibir aglomerações, monitorar o funcionamento do comércio e definir os estabelecimentos e serviços considerados essenciais nas cidades. Segundo ele, dentre as principais dificuldades esteve o comportamento irresponsável de parte da população, tendo afirmado que “[...] era praticamente impossível de conter a transmissão da doença [...]”, muito em decorrência do negacionismo e das desinformações propagadas, entre outros, pelo governo federal, principalmente através do presidente da república, que a todo momento incentivou o descumprimento das normas sanitárias, a realização de protestos e manifestações, além de minimizar a gravidade da pandemia (FÁVERO, 2020). Ou seja, apesar das estratégias dos governos estadual e municipal direcionadas à estabilização dos lugares e das práticas relacionadas aos cuidados com o contágio pelo novo coronavírus, na micropolítica do cotidiano os cidadãos comuns, jogando com os

elementos à sua disposição, rompem com a tênue estabilidade existente e subvertem o cotidiano (LEITE, 2010).

De maneira geral, os frequentadores entrevistados relataram a Rua da Lama menos cheia, pacata, com menos barulho e bares parcialmente vazios na maioria das vezes em que foram ao local entre os meses de setembro e novembro de 2020. Marcos disse ter percebido redução na demanda em seu bar, tendo afirmado que:

[...] a gente tá muito mais acostumado com mais volume, com mais quantidade de pessoas comprando [...] você só bebe coquetel numa sexta-feira de dez a uma hora da manhã, você não chega quarta-feira cinco horas da tarde “nossa, to a fim de tomar um coquetel, uma caipirinha” [...] eu preciso de celebrar, nosso mercado é de celebração [...] (ENTREVISTA MARCOS).

A fala de Marcos reflete a preocupação dos donos de bares e restaurantes, que viam seus negócios em risco durante a pandemia (PROSHOLDT; SPINASSÉ; GIUBERTI, 2020), sublinhando o contraste com o período pré-pandemia, quando o público e as vendas eram maiores, e indicando rupturas e mudanças no cotidiano e no espaço da Rua da Lama. De maneira aderente, a seguinte fala do entrevistado Evandro desvelou discontinuidades e denotou contraste no praticar do público:

[...] duas, três horas da manhã, como num dia normal. Como era antes na Rua da Lama, “tá ligado”? Tinha um movimento, mas não era aquele, aquela coisa. Muita gente aglomerada na rua e tal, os bares, as mesas estavam bem ocupadas, mas não era uma muvuca [...] (ENTREVISTA EVANDRO).

Saulo relatou que, nas oportunidades em que foi à Rua da Lama durante a pandemia, as pessoas estavam afastadas e não se falavam muito, inclusive os tradicionais ambulantes que vendiam bebidas, amendoim, doces, petiscos etc. eram apenas “[...] um, dois, e não dava nem pra pechinchar porque eles já estavam colando juntos [...]”. De acordo com o entrevistado, as pessoas estavam receosas em se aproximar de outras mesas e desconhecidos, por mais que as interações aumentassem no mesmo passo que o consumo de álcool. Nesse sentido, ainda que eu tenha ido a campo com o cuidado de buscar oportunidades e horários em que não havia aglomeração de pessoas na Lama, também compartilhei da sensação, conforme trecho de uma das minhas notas de campo:

[...] dezoito horas e os estabelecimentos de outros ramos começam a fechar, e a noite a cair. Bares ainda sem som [...] nenhuma pessoa nas calçadas conversando ou fumando, como habitualmente [...] não há qualquer barulho que não seja de automóveis passando [...] (NOTAS DE CAMPO, 16 DE MARÇO DE 2021).

Mariana, assim como os demais frequentadores entrevistados, relatou ter diminuído a frequência com que foi à Lama durante a pandemia. Segundo ela, costumava ir ao local praticamente todos os finais de semana, porém foi apenas uma vez durante a pandemia, afirmando que em outros tempos “[...] cumprimentaria mais pessoas, né? O que não dá pra fazer agora, só dar um aceno [...]”. Coadunando com a questão, Julia disse que antes da pandemia “[...] ficava circulando o tempo todo, andava muito, falava com um monte de gente, abraçava, cumprimentava, trocava cigarro [...] bebia na mesma lata, essas coisas assim [...]”. Em consonância, tais comportamentos indicam descontinuidades no cotidiano da Rua da Lama e no praticar dos frequentadores entrevistados, corroborando com a proposta de Leite (2010) acerca do protagonismo que inversões e desestabilizações assumem na vida cotidiana da cidade.

De modo geral, a reorganização do praticar na Lama assumiu sentido negativo nos relatos dos entrevistados, que mostraram não se identificar mais com o espaço, chegando a sinalizar que não se tratava mais da Rua da Lama como conheciam. Em virtude das normas sanitárias e das mudanças no praticar do público, o espaço simbólico da Lama, que ainda remetia a outros tempos para os frequentadores entrevistados (e pesquisador), distanciou-se muito do espaço com o qual se depararam durante os períodos de maior isolamento social na pandemia, causando sensação de estranheza. Saulo, que é frequentador da Lama desde a adolescência, relatou que:

[...] tá vazio em comparação ao que ficava antes, então é preocupante. Eu fiquei muito sentido, de verdade, eu fui esperando uma Lama que não existe mais [...] aí eu fui imaginando, com aquela cena na minha cabeça, vai ser bacana, mas sabendo... uma parte minha que sabia que não ia ser assim. É a parte da razão, mas a emoção tomando conta por um tempo [...] (ENTREVISTA SAULO).

Dito isso, proponho que tais descontinuidades no cotidiano da Rua da Lama reforçam duas noções: a de que relações de poder incidem de modo significativo na construção social da vida cotidiana urbana (ex.: implementação de decretos e

mapas de gestão de risco; instalação de medidas sanitárias para permanência em bares); e a de que alterações dos elementos da vida cotidiana urbana são interpretadas individualmente pelos cidadãos ordinários, que (re)agem com ações proporcionais às situações vivenciadas (ex.: o medo de contrair a doença ressignificou a prática de frequentar a Rua da Lama). Destarte, o comportamento individual e as práticas que organizaram cotidiano e espaço do campo foram orientados por lógicas de transformação presentes na sociedade, como o medo do contágio manifestado nas interações contidas e deslocamentos reduzidos, que simultaneamente promovem transformações no espaço público (BEVILACQUA et al., 2018).

No tópico a seguir, apresento e discuto os desdobramentos das rupturas na vida cotidiana da Rua da Lama, apontando os desafios sociais, políticos e de gestão que precisaram ser administrados ou tratados ao longo da crise sanitária. Deste modo, busco desvelar e relacionar as tensões e disputas emergentes a partir do desenrolar dos acontecimentos do campo.

4.3 DESAFIOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ORGANIZACIONAIS NO GERIR DA CRISE

Neste tópico, chamo de desafios sociais, políticos e organizacionais no gerir da crise aquelas consequências e desdobramentos advindos das rupturas do cotidiano. Trata-se de desafios que apareceram constantemente nos dados da pesquisa, consistindo em complexas dinâmicas de adaptação, negociação e articulação que remetem tanto a conflitos de interesses emergentes nas práticas de organização dos espaços da Lama quanto às contradições e ambiguidades observadas nos processos organizativos engendrados em resposta à pandemia.

Um dos principais desafios enfrentados pelos donos de bares durante a pandemia, por exemplo, foi manter as finanças em dia (PROSHOLDT; SPINASSÉ; GIUBERTI, 2020), principalmente em função do longo período de proibição e das restrições de horários enfrentadas em alguns momentos após a chamada “reabertura”, termo que designa uma categoria êmica, ou seja, emergente dos dados de campo, que corresponderia ao período entre setembro de 2020 e maio de 2021, que marca o

retorno gradual às atividades presenciais do comércio local, ainda que dentro de circunstâncias e restrições definidas pela própria natureza da pandemia e por determinações do poder público.

Nesse contexto, questões como pagar os salários dos funcionários, arcar com os custos fixos, manter os alvarás em dia e cumprir com os compromissos estabelecidos com fornecedores e terceiros representaram grandes dificuldades para os empresários do ramo, como apontou Claudair, que trabalha prestando atendimento para micro e pequenas empresas do setor de bares e restaurantes. Assim, em agosto de 2020 o setor de bares e restaurantes já havia demitido cerca de 25 mil profissionais no Espírito Santo (PROSHOLDT; SPINASSÉ; GIUBERTI, 2020), sendo importante destacar que essas demissões também impactaram, mesmo que indiretamente, a vida dos familiares ou dependentes desses profissionais, como informou Claudair.

Rupturas ocorridas no cotidiano da Rua da Lama como a redução do público (em quantidade e frequência) e a conseqüente queda na demanda dos bares, em diferentes momentos da pandemia, implicaram na redução da receita e do lucro desses estabelecimentos. Segundo Claudair, em consonância com o relato de Marcos, houve pouca disponibilidade de crédito para micro e pequenos empresários do setor de bares e restaurantes: foram poucas as opções e mesmo estas não contemplaram a maior parte dos estabelecimentos. Nesse sentido, Claudair relatou que apenas os empresários que atendessem a condições muito específicas conseguiram acesso a crédito, uma vez que os critérios adotados pelas instituições financeiras excluía os estabelecimentos que estivessem com alvarás vencidos, impostos ou demais obrigações legais atrasadas, além de exigirem garantias consideradas pelos entrevistados como irrealistas para micro e pequenos empresários.

[...] assim, os empresários, eles estavam assim em pânico, eles não estavam vendendo, as parcelas de empréstimos, financiamentos, taxas não fundamentais, continuavam vencendo [...] então, infelizmente, teve muita gente que buscou recurso, fez um procedimento e houve dificuldade de chegar em algumas agências, algumas financeiras. [...] E aí, mesmo que o governo disponibilize linhas de crédito, você diz que você tem necessidade, você diz que você tem um planejamento organizado, mas se você não tem garantia, dificilmente você vai conseguir recurso, entende? [...] (ENTREVISTA CLAUDAIR).

[...] eu só consegui pegar um empréstimo aos trancos e barrancos, e olha que eu sou empreendedor há 12 anos. Eu paguei tanta taxa que se eu tivesse zerado, eu nem pegava esse empréstimo. [...] (ENTREVISTA MARCOS).

O relato de Marcos me chamou atenção, pois a Rua da Lama situa-se em zona identificada pelo poder público como turística, significada como nobre no contexto da cidade, cujo comércio tradicionalmente atrai e reúne variados e numerosos públicos. Disso, seria possível concluir que haveria certa margem financeira para gestão do comércio local, ainda mais se tratando de um bar com funcionamento de mais de uma década, como é o caso. No entanto, não parecia ser essa a situação evidenciada na entrevista, que, embora falasse de certa dificuldade na contratação do empréstimo, ainda representava uma situação um pouco menos precária que a de outros pequenos negócios na cidade.

Conforme relatou Claudair, as dificuldades financeiras impactaram particularmente o cotidiano de empresários de negócios menores, sobretudo localizados em bairros periféricos, que não possuíam as garantias necessárias para contrair empréstimo, acabavam encerrando suas atividades. Por conseguinte, é importante considerar que as decisões da administração pública, especialmente aquelas relacionadas ao direcionamento de recursos públicos, impactam diretamente o cotidiano da cidade (BICALHO et al., 2014) e reintroduzem desigualdades socioespaciais no tecido urbano (ANDRADE; DOMINGUES, 2020b). Assim, as barreiras para acesso a crédito, bem como a ausência de políticas públicas direcionadas aos grupos menos favorecidos, reforçam as tendências capitalistas de concentração dos recursos públicos e privados em categorias já estabelecidas, reproduzindo o processo de exclusão de grupos historicamente marginalizados na cidade (XAVIER; BALDEZ, 2021).

De acordo com Marcos, a queda no faturamento do seu bar em grande parte se observava às sextas-feiras, que historicamente sempre foram agitadas, reunindo grande público, com muito movimento e consumo nos bares (DRUMOND; FANTINEL, 2015). Destarte, seja pela suspensão do funcionamento de bares, pela restrição do horário de funcionamento (até as 22 horas de segunda a sexta-feira e até as 16 horas aos domingos, no risco moderado), pelas reduções de público e

faturamento, ou dificuldade de acesso a crédito, nota-se como as estratégias dos gestores da cidade afetam diretamente a organização do cotidiano urbano (BICALHO et al., 2014).

Ao mesmo tempo, o tensionamento das dinâmicas de ocupação e apropriação dos espaços da Lama pelos cidadãos foram ficando cada vez mais evidentes conforme se desenrolava o processo de reabertura. Episódios de bares funcionando ilegalmente na Rua da Lama (CARVALHO, 2020a), aglomerações irregulares de pessoas (PASTI, 2020), bem como bares mudando seus registros para operarem como restaurantes (e assim tendo mais liberdade para caracterizar os negócios como de natureza essencial, bem como a possibilidade de manejar os horários de funcionamento), denotam como práticas locais guardam relação com malhas de práticas e arranjos mais amplos presentes na sociedade (JÚLIO, 2019).

Além disso, as medidas sanitárias necessárias para o funcionamento dos bares também impuseram limitações e dificuldades aos empresários, que precisaram adequar o espaço dos seus estabelecimentos para não sofrer sanções, como informou Claudair. No caso da Rua da Lama, onde bares dispõem de pouco ou nenhum espalho interno e acomodam seus clientes em cadeiras e mesas na calçada, apropriando-se do espaço público (DRUMOND; FANTINEL, 2015), a adoção dos protocolos sanitários era muito difícil, como apontaram os frequentadores e empresário entrevistados:

[...] a calçada, a rua você não tem como controlar, mas no seu espaço você tem como [...] se eles diminuíssem a capacidade deles de atendimento, diminuíssem a quantidade de mesas, e aí eles iam conseguir manter distância. E funcionário em cima pra cobrar o distanciamento, entendeu? [...] (ENTREVISTA LARA).

[...] é muito complicado pensar nessas questões, muito complicado mesmo [...] o que eles [funcionários dos bares] poderiam fazer, eles já devem fazer, que é pedir o espaçamento pros outros, eles sempre falaram isso [...] pediam pra dar um espacinho, pra não juntar mesa, pra não sentar uma certa quantidade de gente numa mesa só [...] (ENTREVISTA EVANDRO).

[...] ali, uma coisa que é todo mundo na calçada, tipo, todos os bares, eles não têm muito lugar dentro dele [...] é tudo pra fora, então fica muito complicado porque você tem o contato das pessoas que estão frequentando com as pessoas que tão passando na rua [...] e isso você não consegue controlar [...] ali na via pública, na calçada, você não pode ficar limitando “ah, você não pode ficar na calçada, tem muita gente aqui” [...] o que poderia fazer é diminuir o número de mesas que eles colocam, porque

realmente é a distância que às vezes não fica a distância que tem que ser mantida [...] não é um ambiente fechado, eles não teriam tanto controle [...] (ENTREVISTA EDUARDO).

[...] aí tem gente que fica lá, entra e aí você fala “cara, só tem você aqui, ó, tá todo mundo de máscara, se tivesse algum outro”, fica contornando. Não tem pra onde fugir muito, mas é mais trabalho de paciência. Pegar e ter o mesmo trabalho de paciência com o bêbado mal-educado que era dono do mundo pra falar com esse cara [...] (ENTREVISTA MARCOS).

Dessa maneira, mesmo considerando a calçada em frente aos bares como certa extensão do espaço privado (ainda que numa zona cinzenta que sobrepõe-se e apropria-se do espaço público em constante tensão), igualmente observei no campo as dificuldades dos funcionários dos bares na busca por conter os excessos por parte dos frequentadores ou dos transeuntes, que espontaneamente passavam por entre as mesas em seus trajetos cotidianos, se imbricando na construção espacial da Rua da Lama (NOTAS DE CAMPO, 2021). Dito isso, as fronteiras existentes entre o espaço público das calçadas e o espaço privado dos bares da Lama se confundem constantemente, sublinhando o caráter difuso das zonas fronteiriças, pois comportam diferentes práticas que sobrepõem elementos de ordem e subversão, permitindo sua coexistência (LOPES; IPIRANGA, 2017). Do mesmo modo, as práticas sociais organizam e reconfiguram as relações entre administração pública e sociedade na vida cotidiana urbana, permeando processos de ocupação dos espaços públicos e usos dos equipamentos urbanos (CAMARGO et al., 2020).

Ainda nesse sentido, Marcos comentou que considera ter tido certa vantagem em relação aos demais bares no que diz respeito às adequações no espaço interno do bar, pois ele já possuía formato “take out” mesmo antes da pandemia, isto é, os clientes compram coquetéis e drinks num pequeno balcão e os consomem nas mesas disponíveis na calçada ou em pé nas proximidades, reduzindo o tempo de permanência dentro do estabelecimento. Em suas palavras:

[...] eu mantenho um bar pequeno, take out. A partir do momento que coloco o bar e a pessoa não entra para o meu bar, eu tenho uma vantagem. Os outros não, eles criaram uma logística que a pessoa tem que entrar, ou seja, que eu nunca tive. Então eu tive essa vantagem. Só que eu, diferente dos outros, eu preciso de muito volume, né?! Porque meu caso é coquetel [...] (ENTREVISTA MARCOS).

Entendo que as dificuldades em regular o funcionamento dos bares por parte do poder público podem ter contribuído para que o governo estadual cedesse, em certa medida, na tentativa de conter os episódios de aglomeração e funcionamento ilegal desses estabelecimentos, que apareciam corriqueiramente na mídia (FERNANDES, 2020). A partir do 32º Mapa de Gestão de Risco, os bares foram autorizados a funcionar nas cidades mesmo sob risco moderado, ainda que com restrições, como informado por Fernandes (2020):

[...] esta modalidade de risco moderado também passou por alterações, com as restrições valendo para o segmento de bares e restaurantes, eventos corporativos e escolas [...] O objetivo, segundo Casagrande, é um controle maior das aglomerações e a contenção do avanço de novos casos de contaminados pela Covid-19 nos segmentos que não estão respeitando os protocolos de segurança sanitária [...] bares e restaurantes vão poder funcionar de segunda a sábado até as 22h. Já nos domingos será até as 16h. “Fizemos essas alterações no sentido de estabelecer uma limitação, mas que permite o funcionamento nesse momento”, esclarece o governador [...] O setor está sofrendo com mais restrições, segundo o governador, porque não se manteve controlado. “As pessoas, logicamente, precisam tirar as máscaras, confraternizam muito mais, se aproximam muito mais; falta esse cuidado para evitar o contágio” [...] (FERNANDES, 2020).

Tal movimento do governo estadual evidencia como as rupturas no cotidiano, apropriações espaciais e práticas que subvertem a ordem estabelecida, pouco a pouco, alteraram as malhas de práticas que organizam a vida cotidiana urbana, culminando na instalação de “meio termo” – reforçando que alterações nos espaços urbanos são concomitantes a alterações na sociedade (BEVILACQUA et al., 2018). Deste modo, a insatisfação dos frequentadores entrevistados com a condução da crise sanitária pelo poder público, alegando descaso e apontando incongruências, as dificuldades enfrentadas pelos donos de bares (fechamento prolongado, restrições operacionais, dificuldades financeiras e de acesso a crédito etc.), bem como o cenário desafiador defrontado pela administração pública reforçam o caráter dinâmico dos arranjos cotidianos da cidade, constantemente atualizados pelo praticar dos seus habitantes.

Isto posto, tendo apresentado e discutido as rupturas ocorridas no cotidiano da Rua da Lama, bem como os desdobramentos ocorridos, no tópico a seguir busco localizar e compreender as tentativas de ordenamento e as subversões que reorganizaram o espaço da Lama.

4.4 NEGOCIAR E ARTICULAR

O “negociar e articular” se refere a práticas que dizem respeito a interesses dos sujeitos e das organizações impressos em suas práticas e narrativas, apontando para o “político no praticar” que impulsionou a reorganização dos modos de fazer na Rua da Lama ao longo do tempo.

Durante o período analisado, aconteceram muitas conversas entre a administração pública, em níveis estadual e municipal, e representantes de diferentes segmentos da economia para discutir medidas, negociar demandas e colher sugestões, conforme relatou Alex. No que diz respeito às conversas com empresários do ramo de bares e restaurantes, não teria sido possível chegar em consenso entre as partes, que defendiam interesses distintos. Assim, nos primeiros meses da pandemia, segundo ele, prevaleceram os interesses do governo estadual diante da crise sanitária sem precedentes, momento em que as diferenças precisaram ser superadas “[...] a partir de uma decisão de governo [...]”, de acordo com Alex – recordando que o funcionamento dos bares foi suspenso inicialmente através do decreto nº 18.047, de 20 de março de 2020 (VITÓRIA, 2020), e que permaneceram fechados até o mês de setembro daquele ano. Todas as definições de restrição e liberação das atividades foram acompanhadas por constantes análises de órgãos públicos da saúde, considerando indicadores como número de leitos disponíveis, avanço de casos novos (ESPÍRITO SANTO, 2020a; VITÓRIA, 2020), além das peculiaridades de cada segmento. Sobre medidas e tomadas de decisão relativas ao enfrentamento da pandemia, Alex relatou que:

[...] a gente falava aí do retorno das atividades, e pra cada uma dessas atividades o governo, através desse, dessa sala de situação [...] que é uma reunião composta dos principais gestores vinculados à pandemia. Então é bombeiro militar, secretaria de saúde, casa civil, secretaria de planejamento, de gestão de pessoas. Tem um conjunto ali que reúne e que toma as decisões finais, que são decisões de decreto, de portaria [...] e esse espaço reuniu, ao longo das decisões, o conjunto de representação empresarial e dos trabalhadores para debater, ouvir sugestão e ouvir até proposta [...] (ENTREVISTA ALEX).

A existência desse conjunto de gestores e órgãos que articula as tomadas de decisão durante a crise sanitária aponta a necessidade de centralidade e coordenação no enfrentamento da pandemia. A reabertura dos bares, por exemplo,

teria demandado, dentre outras coisas, articulação do transporte público e elaboração de protocolos específicos, considerando as peculiaridades desses espaços e respectivas práticas organizativas, de acordo com Alex. Ao mesmo tempo, a imposição das normas higiênico-sanitárias por parte da administração pública, sem oferecer apoio ou ajuda financeira, suscitou o descumprimento das medidas pelos proprietários de bares da Rua da Lama (ex.: funcionar após o horário permitido; abrir em dias proibidos), desvelando como a exclusão de parcelas da sociedade do debate público fomenta insatisfações e subversões na cidade (ANDRADE, 2021).

O período de elaboração dos protocolos foi de muita articulação, diálogo e negociação envolvendo diferentes setores da sociedade (GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 2020). Segundo Alex, teriam ocorrido extensos diálogos envolvendo donos de bares, sindicato, trabalhadores e gestores públicos vinculados à pandemia (secretarias de saúde; prefeituras; corpo de bombeiros; casa civil; guarda municipal; secretaria de planejamento etc.). Todavia, foram veiculadas na mídia notícias sugerindo imposição de medidas sem qualquer consulta prévia, diálogo, apoio ou subsídio ao setor de bares (GOLIVER, 2020). Os tensionamentos nessas relações também ficam evidentes no relato de Marcos:

[...] pro meu setor, eu acho que foi uma medida simbólica. Uma medida cruel que ela deveria sim ser financiada, subsidiada. “Você quer fechar todos bares e restaurantes? Então tá bom. Esse setor custa tanto.” [...] só fechar com lição de moral toda sexta e sábado, todo mundo com fuzil aqui, falando que “o [nome do bar] é o primeiro a fechar” [...] se não, ele não sai daqui. Três caras de fuzil, só por simbolismo. Eu acho uma pouca vergonha e ninguém vai dividir essa conta comigo. Não vai [...] (ENTREVISTA MARCOS).

Marcos, enfático em seu posicionamento, enxergou a medida de proibir o funcionamento de bares como cruel e simbólica (esta última com um sentido pejorativo de um ato de fachada), classificando o uso de fuzis pela polícia em abordagem no seu bar como desproporcional – sendo importante aqui destacar o histórico de atritos envolvendo bares da Rua da Lama, prefeitura, moradores e associação de moradores do bairro de Jardim da Penha (DRUMOND; FANTINEL, 2021). A intervenção de vigilância e controle em questão denota como as manifestações ocorridas no espaço se relacionam com, e rearticulam, não somente

sua ordem material, mas também sua ordem simbólica e seus significados (DRUMOND; FANTINEL, 2021), sublinhando a pluralidade de entendimentos possíveis acerca do espaço público e das práticas que agrega em seu interior (ANDRADE; DOMINGUES, 2020a, c), bem como se engendram nos movimentos de estabilização e desestabilização do praticar via rupturas no cotidiano da cidade (LEITE, 2010).

O seguinte relato do empresário Marcos acerca dos esforços despendidos para manter seu negócio permite inferir que os impactos da crise sanitária afetaram de maneira peculiar o setor de bares e restaurantes:

[...] nessa primeira crise a gente saiu na frente porque já tava no Ifood. Porque a gente tinha coquetel pronto pra vender, a gente tinha embalagem, a gente já tinha essas coisas, tipo, do que a gente precisa, dos copos [...] eu, como empreendedor, eu tento sempre me movimentar [...] O governador não falou nenhum projeto de subsídio, eu só consegui pegar um empréstimo aos trancos e barrancos, e olha que eu sou empreendedor há 12 anos. Eu paguei tanta taxa que se eu tivesse zerado, eu nem pegava esse empréstimo [...] (ENTREVISTA MARCOS).

Como é possível perceber, mesmo sendo proprietário de bar tradicional com público cativo, que atua em aplicativos de entrega e que teve acesso a empréstimo (ainda que com taxas consideradas por ele elevadas), a manutenção das atividades do negócio de Marcos foi marcada por dificuldades e turbulências. Ainda, tais aspectos estiveram relacionados apenas à sobrevivência do negócio (manutenção de empregos, quitação de compromissos etc.), uma vez que não garantiam o mesmo patamar de faturamento anterior à pandemia. Claudair relatou que pequenos empresários, muitos deles informais, não obtiveram acesso a crédito e não estavam preparados para trabalhar em aplicativos de entrega, redes sociais etc. Além das dificuldades operacionais e com tecnologia, a redução do faturamento e o aumento dos custos variáveis (considerado o percentual do lucro apropriado pelos aplicativos) impossibilitaram que parte dos empresários do setor trabalhasse com aplicativos.

Os desequilíbrios de ordem econômica, social e política sinalizaram as incongruências e contradições das políticas públicas na gestão da pandemia, de tal modo que seus efeitos não se deram de maneira uniforme entre as áreas mais ricas e as menos abastadas da cidade (ALMEIDA, 2020). De acordo com os entrevistados

Marcos, Claudair e Guga, a realização de fiscalizações, a atuação do disque silêncio, a presença da polícia, guarda municipal e vigilância sanitária, além da disponibilização de recursos, por exemplo, não chegaram em bairros periféricos, onde donos de pequenos bares e restaurantes atuam na informalidade (ALMEIDA, 2020). Tais acontecimentos sublinham como ocorrem processos seletivos de desenvolvimento territorial na cidade, que atendem e protegem as demandas de alguns enquanto negam e preterem as de outros (TEIXEIRA et al., 2018), materializando relações de poder em seu espaço (HONORATO; SARAIVA, 2016), ainda que sempre deixando margem para subversões e alimentando as disputas pelo organizar da cidade (TEIXEIRA et al., 2018).

Os bares da Rua da Lama são marcados pela sociabilidade, lazer e consumo (DRUMOND; FANTINEL, 2015), comportando grande concentração de pessoas, sobretudo jovens, que circulam, interagem, conversam, se abraçam, compartilham bebidas, petiscos e cigarros. Tendo isso em vista, segundo Marcos, a decisão pela manutenção do fechamento dos bares por tanto tempo (entre março e setembro de 2020) teria ocorrido porque seus espaços remontam à reunião de pessoas. Coadunando com Marcos, Alex informou que o longo período de paralisação se deu pelas características dos seus ambientes, marcadamente sociais e que implicam na necessidade de retirada das máscaras pelo público para o consumo de bebidas e comidas. Apesar disso, é importante salientar que os enunciados da administração pública e do empresário entrevistado estiveram alinhados em determinados pontos, como no que diz respeito à necessidade de manutenção do trabalho e geração de renda, ainda que em meio à crise sanitária sem precedentes e com milhões de vítimas no mundo.

Reforçando a lógica capitalista que embasa a organização da cidade moderna, tanto empresários como representantes do poder público defenderam seus interesses manipulando simbolicamente o debate em torno da saúde pública e da necessidade de trabalho, tendo organizado suas narrativas visando autorizar ou não o funcionamento dos bares. Marcos, por exemplo, defendeu que as pessoas teriam direito a esse tipo de lazer pois já se expunham diariamente ao contágio em seus trabalhos, e que governo e prefeitura não deveriam intervir na questão, visto que não ofereceram soluções ou subsídios para a manutenção desses estabelecimentos

fechados; enquanto isso, a administração pública defendeu e sustentou durante longo período de tempo o fechamento dos bares afirmando, dentre outros argumentos, que não seria o momento adequado para festividades ou atividades sociais nesses estabelecimentos, pois isso poderia provocar uma escalada de novos casos (CARRARETTO, 2020b). Por conseguinte, destaco a importância que o debate envolvendo saúde pública e funcionamento dos bares assumiu na reorganização da vida cotidiana da Rua da Lama, visto que as diferentes narrativas organizacionais conferem sentido e pavimentam mudanças, permitindo estabilizar intersubjetivamente significados compartilhados, uma vez que são organizadas “[...] por seres reflexivos, capazes de pensar e agir eticamente [...]” (CENI; RESE, 2020, p. 287), e que sustentam interesses pessoais e organizacionais.

Por apresentarem menos complicações da Covid-19, jovens foram os que mais estiveram expostos ao trabalho ou lazer (CARVALHO, 2020b) e os principais responsáveis pela transmissão do vírus, em parte por práticas como frequentar restaurantes, bares ou eventos clandestinos (RIBETI, 2020). A população jovem, com idade entre 18 e 29 anos, chegou a representar 60% dos casos de Covid-19 no Espírito Santo durante o período pesquisado (CARVALHO, 2020b). Conforme já mencionado, os frequentadores entrevistados consideraram o fechamento dos bares desproporcional com o passar dos meses, sob o argumento de que as pessoas deveriam ter direito a momentos de lazer e frequentar bares, pois a maior parte delas não parou de trabalhar durante esse período, correndo risco diário de contágio nos transportes públicos lotados (CARRARETTO, 2020b). A aderência entre os enunciados da mídia e dos frequentadores entrevistados revelam como a administração pública, na tentativa de reintegrar a cidade ao planejamento moderno, incorre em contradições e imprime a lógica capitalista na produção dos espaços públicos, reforçando o empresariamento urbano (LACERDA; DE MELLO, 2020).

Insatisfeitos com a gestão pública da pandemia, parte dos entrevistados atribuiu aos governos federal, estadual e municipal diversos erros e omissões na gestão da crise:

[...] eu acho que houve uma reclusão aí mal elaborada, talvez. Que levou as pessoas psicologicamente a [...] não aceitarem mais essas regras [...] acho que o auxílio pra micro, pro empresário, ele é muito desacertado [...] ele tá com sua condição fiscal em colapso total. Então como que o cara vai poder apresentar uma regularidade fiscal, ou uma garantia, ou um “não sei o quê”

se ele não tá conseguindo pagar os impostos? Ele não consegue. Então é muito desacertado do governo isso [...] (ENTREVISTA GUGA).

[...] não dá pra fechar tudo, mas também não dá pra abrir do jeito que tá, sem um mínimo de fiscalização [...] ou ele fecha tudo, ou ele não fiscaliza nada [...] entendo também a necessidade de se abrir, mas precisa se ter uma necessidade real de fiscalização desses comércios que tão abertos, e não há fiscalização alguma [...] (ENTREVISTA LARA).

[...] não necessariamente, está tudo uma bagunça. Se a gestão no geral tivesse melhor, provavelmente esse período poderia até ter acabado [...] você fica tipo “isso tá uma bagunça” e eu acho que o poder público local tá sendo... é muito difícil manter o controle disso [...] (ENTREVISTA EVANDRO).

A insatisfação com donos de bares, deste modo, foi mais branda entre os frequentadores entrevistados, especialmente por dois motivos: do entendimento de que o trabalho nesses locais seria a única fonte de renda de muitos trabalhadores e suas famílias; da permissão para o funcionamento de outros estabelecimentos em que o contágio também seria facilitado, como nas academias e nos shopping centers, bem como a situação do transporte público. Por mais que houvesse compreensão em torno da necessidade de os bares permanecerem fechados, a ausência de políticas públicas de amparo ao segmento respaldou a opinião dos frequentadores e empresário entrevistados de que seu funcionamento, mesmo que em situações de desrespeito aos decretos, seria também compreensível. Desse modo, sugiro que a somatória das insatisfações de diferentes parcelas da população com a condução da crise sanitária ao longo do tempo levou as pessoas a não respeitar as determinações do poder público, “[...] contra as orientações de distanciamento social e obrigatoriedade do uso de máscaras [...]” (CARRARETTO, 2020c). Segundo o entrevistado Evandro, esse processo teria ocorrido gradativamente desde o segundo semestre de 2020 na Rua da Lama, visto que os bares retomaram suas atividades em setembro de 2020 na cidade de Vitória. A seguinte fala de Alex joga luz sob a questão, coadunando com Evandro:

[...] as medidas iniciais, elas tiveram interesse de diminuir a circulação de pessoas. Então, tudo foi planejado, pensado, para que as pessoas não saíssem de casa. Ou então saíssem quando fosse extremamente necessário pelo curto espaço de tempo [...] chegou um momento que a sociedade, pelo monitoramento que nós tínhamos, começou a não acatar mais, a não respeitar mais essa proposta do, do isolamento, do distanciamento das pessoas. [...] (ENTREVISTA EVANDRO).

Alex também atribui o comportamento de parte da população em desrespeitar os decretos e realizar aglomerações como sendo reflexo de discursos negacionistas do Governo Federal, que menosprezou vacinas, uso de máscara, quarentena e incentivou o uso de medicamentos ineficazes no tratamento da Covid-19. De acordo com ele, o governo “[...] aposta num modelo que pode, que é possível, como foi em 1918 [referindo-se à gripe espanhola, pandemia do vírus influenza que também vitimou um número grande de pessoas no Brasil e no mundo] [...] a pandemia acabou porque se esgotaram suscetíveis, uma boa, muita gente morreu. Outros adoeceram e tiveram imunidade, então, a doença acabou por isso”. A péssima avaliação da atuação do Governo Federal no combate da pandemia foi consenso entre os entrevistados, bem como foi amplamente noticiada pelos meios de comunicação (AFONSO, 2020; FÁVERO, 2020; MOREIRA, 2021). Claudair argumentou que atuação do Governo Federal influenciou negativamente o comportamento de parte da população, muitas das vezes prejudicial, e que questões marcadamente presentes na sociedade brasileira, como os diferentes tipos de discriminação (de raça, orientação sexual, aparência, condição social etc.) reproduzidos cotidianamente, continuam ocorrendo durante a pandemia.

A proximidade com o período das eleições municipais de 2020, ocorridas em outubro daquele ano, teria também influenciado a abertura dos bares em Vitória no mês anterior – em setembro – de acordo com Lara, que disse ter sido “[...] positivo para as campanhas políticas a abertura de tudo ali por volta de setembro [...] proposital ou não [...] foi muito propício [...] talvez os políticos não pudessem fazer caso tivesse com lockdown ainda [...]”. Numa das vezes em que foi à Lama no período, mencionou ter presenciado um jovem candidato a vereador fazendo campanha nos bares, distribuindo os famosos santinhos, cumprimentando e conversando com os frequentadores. Nessa direção, é importante destacar que as normas traçadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de 2020 não proibiam tal conduta, e as equipes estiveram autorizadas a distribuir santinhos, folhetos etc. até as 22 horas da véspera da eleição (RIBEIRO, 2020).

O caso do candidato a vereador em campanha na Rua da Lama cumprimentando pessoas e distribuindo santinhos durante a pandemia desvela o abismo existente nas possibilidades de uso e apropriação do espaço público por indivíduos de

diferentes parcelas da sociedade (NASCIMENTO et al., 2016), bem como o privilégio de determinadas regiões da cidade em relação a outras (TEIXEIRA et al., 2018), pois assim como os “bailes clandestinos” (CARVALHO, 2020a), o político em campanha na Lama desrespeitava normas sanitárias. Nessa perspectiva, Saulo, ex-morador de Jardim da Penha, relatou que participava de um grupo de WhatsApp com moradores do bairro onde trocavam informações e opiniões, ferramenta que teria facilitado a articulação dos moradores na defesa das suas demandas envolvendo o espaço público do bairro durante a pandemia, sublinhando aspectos de poder que organizam o espaço público (TEIXEIRA et al., 2018). Tanto antes como após a reabertura dos bares, os moradores do grupo seguiram “[...] reclamando que estava muito cheio, e mesmo quando a polícia ia, acontecia aquilo de todo mundo tornar a voltar pra lá [...]”, segundo Saulo, exemplificando como o grupo viabilizou a articulação dos interesses dos moradores.

Esse grupo de moradores de Jardim da Penha, que se incomodava com pessoas de outras regiões, sobretudo jovens periféricos, se reunindo na Rua da Lama para aglomerar, escutar música, consumir bebidas alcoólicas etc. no curso da crise sanitária, articulava-se para suprimir tais práticas por meio de denúncias a órgãos e instituições de fiscalização e vigilância (como polícia, guarda municipal e vigilância sanitária), subterfúgios que reforçam a lógica higienista e segregacionista da cidade moderna (CAMARGO et al., 2020). Juntamente ao episódio envolvendo o candidato fazendo campanha política na Rua da Lama, tais ocorrências evidenciaram “estratégias de manutenção de significado” (SARAIVA; HONORATO, 2016, p. 181) por parte dos moradores de Jardim da Penha, que buscaram desautorizar usos e suprimir a presença de determinados grupos em função de outros. Espaço e cotidiano são políticos, e os diferentes espaços públicos carregam consigo os julgamentos dos indivíduos acerca da cidade (SARAIVA; HONORATO, 2016), reproduzindo nela desigualdades sociais e disputas pelo seu organizar, portanto privilegiando determinados territórios em função de outros (TEIXEIRA et al., 2018).

[...] você tem que equilibrar o interesse do morador que tá ali, né?! Trabalhou durante o dia x e de noite y, o que seja, e ele quer descansar na sua residência. Você quer e precisa estimular e dar suporte ao empresário, que é quem paga imposto, seja ele estadual, municipal ou federal, independente do ramo. Você tem que equilibrar com o governo essa questão de interesse público, o interesse privado, e às vezes vem um

terceiro setor que, às vezes, ele tem uma outra visão, e você conseguir que a política pública traga esse equilíbrio é muito complexo porque eu, pessoa física, quero ter o meu momento de lazer [...] (ENTREVISTA CLAUDAIR).

A respeito da fiscalização dos bares da Rua da Lama, diversos episódios de rondas da polícia militar, guarda municipal e demais órgãos envolvidos foram noticiados na mídia no decorrer da pandemia, tal como em matérias noticiadas nos meses de agosto (CARVALHO, 2020a), setembro (CARRARETTO, 2020c) e dezembro de 2020 (A GAZETA, 2020a), e de fevereiro de 2021 (TRIBUNA ONLINE, 2021). Nesse sentido, Alex relatou que a capacidade de organização dos órgãos fiscalizadores aumentou conforme adquiriram experiência no dia a dia, traçando e executando estratégias em conjunto.

Apesar de não ter presenciado ações de fiscalização e vigilância direcionadas ao funcionamento dos bares nas minhas idas a campo, parte dos frequentadores entrevistados relatou ter presenciado, bem como parte disse não ter presenciado. Ainda assim, segundo os que presenciaram, as fiscalizações não eram eficientes e estiveram direcionadas mais aos estabelecimentos que ao público, portanto abaixando as portas dos bares, mas não atuando incisivamente sobre aglomerações de pessoas. Desse modo, classificaram as ações de fiscalização e vigilância como insuficientes e ineficazes, o que fica claro nos trechos destacados abaixo:

[...] mas era sempre uma fiscalização voltada para o estabelecimento. Não uma fiscalização voltada pra aglomeração de pessoas [...] eles (fiscalização) iam embora e as pessoas que estavam ali poderiam continuar ali. Não havia nenhuma restrição quanto a isto [...] o que eu acho que poderia ser feito, talvez, essa fiscalização da quantidade de pessoas mesmo [...] aí assim a fiscalização poderia cumprir com isso, ir lá ver quantas pessoas tem, qual a distância entre as mesas. Não ser uma fiscalização de imposição de horário [...] (ENTREVISTA EDUARDO).

[...] era tipo dez e meia da noite e logo que a gente chegou a vigilância chegou também. Tipo, fechando todos os bares [...] todos os bares, tava todo mundo muito tumultuado, tipo, sem máscara [...] a única coisa de diferente era a vigilância sanitária, porque de resto parecia que coronavírus nunca existiu [...] podia ter uma vigilância, tipo uma lei em cima disso, sabe? Abrir uma portaria por mês, sabe, de acordo com o que tá acontecendo [...] (ENTREVISTA JULIA).

Em decorrência disso, saliento duas práticas utilizadas pelos donos de bares para driblar as fiscalizações e permanecerem com seus estabelecimentos abertos e comercializando produtos, seja legal ou ilegalmente: alterando a atividade

econômica dos estabelecimentos para poderem atuar como restaurantes, tendo isso ocorrido mais nos primeiros meses da crise (GONÇALVES, 2020); abrindo seus bares no esquema de “meia-porta”, isto é, comercializando bebidas sem as mesas na calçada, bastando terminar de abaixar as portas em caso de fiscalização para não serem multados. Nesse sentido, destaco o seguinte relato de Saulo acerca do funcionamento dos bares:

[...] só que deu umas dez horas e a gente achava que o bar ia fechar dez horas. Dez horas a gente falou “vamos embora”, aí o cara “não, precisa ir embora não, a gente só vai abaixar a porta aqui e vamos esperar um pouquinho, e a gente vai continuar vendendo cerveja, fica tranquilo” [...] foi ali que eu fiquei mais preocupado, no dia que ele falou “não, a gente vai abaixar aqui e vai ficar funcionando” [...] (ENTREVISTA SAULO).

Eduardo também relatou ter presenciado os bares funcionando dessa maneira, “[...] eles estavam funcionando só, tipo assim, pra vender, ninguém podia sentar nas mesas. Estavam com a porta meio aberta [...] aquele modelo de meia porta assim [...]” (ENTREVISTA EDUARDO). Juntas, as duras restrições de funcionamento impostas aos bares durante a crise sanitária, as incongruências por parte da administração pública, a escassez ou inexistência de subsídios para que o setor permanecesse fechado, bem como o “relaxamento” no comportamento da população acerca das medidas sanitárias nutriram insatisfações e pavimentaram tais subversões no espaço da Rua da Lama. Esses elementos estiveram muito presentes nas opiniões tecidas por Marcos a respeito das medidas de vigilância e controle, tendo dito que:

[...] qual foi a solução que esses caras deram? [...] agora na pandemia é a mesma coisa, não adianta o cara falar “agora depois das dez ninguém pode”. Qual foi a solução que ele deu pelo contrário? Se ele não deu nenhuma solução, meu amigo, o cara tá fazendo um teatro, ele tá fazendo um teatro. E a gente de novo, quem quer sobreviver, paga o pato [...] (ENTREVISTA MARCOS).

Durante o feriado do carnaval, em fevereiro de 2021, foram registradas aglomerações na Rua da Lama mesmo com a proibição dos tradicionais blocos de rua de Vitória (TRIBUNA ONLINE, 2021), também a despeito da pandemia e dos riscos de contágios envolvidos. Por ser período de festividades, principalmente a população mais jovem não se furtou de “comemorar” o carnaval na Lama, promovendo aglomerações, levando suas caixas de som e bebidas próprias, visto

que Vitória estava em risco moderado e os bares só estavam autorizados a funcionar até as 22 horas (TRIBUNA ONLINE, 2021). Não foram registradas irregularidades em relação aos bares durante o feriado, de acordo com os sites A Gazeta (2021a) e Tribuna Online (2021). No entanto, foi realizada a operação denominada “Limpa Lama” – trabalho integrado das secretarias de segurança urbana, desenvolvimento da cidade, e municipal de meio ambiente – para reprimir as denúncias da população sobre festas e bailes funk clandestinos realizados na Rua da Lama durante o feriado, tendo dispersado o público e feito blitz na sexta-feira, 26 de fevereiro (FOLHA VITÓRIA, 2021a).

No entanto, documentos são sempre recortes da realidade (COFFEY, 2014). Destaco isso porque Eduardo, um dos frequentadores entrevistados, disse ter ido à Rua da Lama no feriado do carnaval e relatou que os bares abaixavam as portas quando a fiscalização passava, e que na verdade ela pouco fazia a respeito do comportamento das pessoas.

[...] mas no carnaval foi assim totalmente diferente. Tinham, quase não tinha mesa, era a maioria das pessoas em pé e as ruas muito cheias, muito cheias. Sem fiscalização alguma, sem polícia, inclusive meu namorado foi assaltado nesse dia [...] as pessoas levavam JBL, caixas de som. Algumas vezes eu vi, mas acontecia as vezes do fiscal passar, aí o bar fechava. Aí ele ia embora, e o bar abria de novo. Aquele modelo de meia porta [...] (ENTREVISTA EDUARDO).

[...] era uma (fiscalização) mais pro comércio, não era voltada pra aglomeração de pessoas assim [...] com o som eles implicavam, assim. Pediam pra desligar, ameaçavam que iam levar a caixa embora [...] preocupação zero, parecia não estarmos no contexto em que estamos. Eu achei igual antes da pandemia, a mesma coisa [...] antes do carnaval não tinha essa questão da aglomeração das pessoas em pé tanto quanto teve durante a festividade, né? [...] (ENTREVISTA EDUARDO).

Distante de uma concepção de sociedade e cidade homogênea e coesa (SARAIVA; IPIRANGA, 2020), os acontecimentos descritos e as análises tecidas reforçam o caráter processual da vida cotidiana urbana e do organizar dos espaços públicos (CAMARGO et al., 2021). Apropriações e sociabilidades reconfiguram as relações, dispositivos e arranjos materiais e simbólicos da cidade, produzindo seu cotidiano via atualização das práticas rotineiras (GOMES; CARDOSO; DOMINGUES, 2021), sublinhando compreensão da vida cotidiana que vai além das rotinizações (LEITE, 2010). Na mesma direção, a impossibilidade de gerir o comportamento individual

abre brechas para subversões, rupturas e discontinuidades no cotidiano, o que momento a momento atualiza as malhas de práticas que organizam os espaços urbanos (HONORATO; VIEGAS, 2020).

Apropriações e usos dos espaços públicos se relacionam com aspectos mais amplos da sociedade, como questões políticas e socioeconômicas, sendo influenciados pelos diferentes significados compartilhados pelos habitantes da urbe (ANDRADE, 2021). No caso da Rua da Lama, as práticas de negociação e disputa conduziram ao encadeamento, ao longo do tempo, de golpes e contragolpes, táticas e estratégias por parte dos diferentes praticantes em torno do seu espaço, evidenciando o caráter difuso de suas zonas fronteiriças e a relevância dos aspectos políticos e micropolíticos no cotidiano da cidade (CAMARGO et al., 2021). Tendo dito isso, no tópico a seguir discuto as dinâmicas de manutenção e mudança presentes no engendramento das práticas organizativas, buscando entender como as rupturas no cotidiano da Rua da Lama atualizaram seus elementos e arranjos espaciais ao longo do tempo – sempre parcialmente, reconfigurando determinados pontos e preservando outros.

4.5 O ASPECTO RECURSIVO DAS PRÁTICAS

O código “aspectos recursivos das práticas” reuniu diferentes relatos acerca do praticar na Rua da Lama durante a pandemia, abordando o reorganizar das práticas cotidianas em confluência a dinâmicas mais amplas da cidade e da sociedade, jogando luz sobre o aspecto recursivo ou de manutenção-mudança (JÚLIO, 2019) presente na malha de práticas que organiza seu cotidiano.

Os fenômenos da vida social não ocorrem isoladamente, são situados no espaço e no tempo, inseridos no contexto histórico (CERTEAU, 1998), somente possíveis em função do seguimento do passado. Consequentemente, da mesma maneira que não é possível dissociar completamente passado e presente, fenômenos localizados no micro não ocorrem de maneira isolada e se relacionam ao contexto macro no qual estão inseridos, sendo influenciados por arranjos mais amplos da sociedade ou malhas de práticas mais amplas (JÚLIO, 2019). À vista disso, além dos aspectos materiais, as práticas cotidianas estiveram em constante reconfiguração e

atualizaram ininterruptamente o dia a dia da Rua da Lama, reforçando a noção de que as práticas localizadas são permeadas e respondem a alterações ocorridas na sociedade (BEVILACQUA et al., 2018).

A pandemia da Covid-19 desencadeou diversas rupturas no cotidiano da Rua da Lama, bem como a reconfiguração da malha de práticas que espacializam a cidade. Disputas e atritos entre governo federal, governo estadual e municipal na condução da crise sanitária, por exemplo, impactaram as medidas de enfrentamento adotadas tanto no estado como em Vitória (PUTTI, 2021). Conforme apresentado, práticas organizativas que produzem cotidianamente a Lama foram, à época, permeadas pelos posicionamentos do governo federal e incongruências dos governos estadual e municipal na gestão da crise sanitária. Desse modo, por meio da articulação de elementos como a omissão do governo federal e a necessidade de exposição da maior parte da população ao risco de contágio nas suas atividades profissionais, os diferentes sujeitos organizaram léxicos próprios que deram sentido para a performance de suas práticas (CERTEAU, 1998).

As ferramentas empregadas na gestão da crise, com destaque para o decreto nº 18.047, de 20 de março de 2020 (VITÓRIA, 2020), e para o Mapa de Gestão de Risco (ESPÍRITO SANTO, 2020a), impuseram restrições ao funcionamento do setor de bares nos municípios, considerando para isso indicadores da saúde em todo o Estado. Isso significa dizer que o cotidiano da Rua da Lama não foi reconfigurado somente a partir dos acontecimentos localizados no micro, dentro de suas fronteiras, mas também a partir de questões mais amplas que transcenderam seu espaço, mas que materialmente nele se manifestaram.

Os decretos e mapas de gestão de risco adotados pelos governos estadual e municipal foram respostas da administração pública aos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, que devido sua forma de contágio e evolução requereu a elaboração de planos de enfrentamento que envolveram o fechamento de comércios de rua e serviços, instauração de quarentenas, normas sanitárias e medidas de isolamento social. Esses instrumentos legais permitiram maior coordenação aos gestores públicos, uma vez que estabelecia critérios a serem observados e medidas

a serem adotadas de acordo com a evolução dos indicadores (ESPÍRITO SANTO, 2020a).

Dito isso, o município de Vitória passou por diferentes momentos e classificações no Mapa de Gestão de Risco durante o período estudado, conforme já abordado. As repetidas mudanças na classificação contribuíram para que o cotidiano da Rua da Lama permanecesse instável e as práticas que organizaram seu espaço em constante desestabilização. O funcionamento dos bares alternou momentos de suspensão total, abertura com restrições e abertura sem restrições, o que influenciou diretamente o comportamento do público na Lama. No micro, os bares da Rua da Lama precisaram fazer alterações e adaptações no espaço físico para se adequarem às medidas sanitárias. Assim, distanciamento entre as mesas, uso de máscara pelos funcionários e disponibilização de álcool em gel figuraram entre as principais mudanças observadas, evidenciando reconfigurações nos espaços organizacionais.

No entanto, o comportamento do público ao descumprir as normas sanitárias, principalmente as relacionadas aos cuidados necessários em espaços públicos, bares e restaurantes, imprimiu uma série de subversões no espaço da Rua da Lama, integrando sua reconstrução. Tais táticas impuseram constrangimentos em parte dos entrevistados, bem como, segundo relatos, em parte da população de Jardim da Penha, que se sentiu insegura e prejudicada, posicionando-se contra o funcionamento dos bares. Desse modo, infiro que o público dos bares estabelecia controle simbólico e material do espaço através de práticas como ocupar as ruas, conversar alto nas calçadas e beber cerveja, atribuindo ao espaço da Lama certo caráter de lazer e celebração, deslocando fronteiras e habilitando práticas adversas aos protocolos de segurança em seu interior, constrangendo aqueles que não concordavam com a situação, como moradores, associação de moradores, a mídia e até mesmo parte do próprio público.

Os frequentadores entrevistados citaram diversas condutas e práticas desviantes aos protocolos de segurança por parte do público da Rua da Lama. De acordo com eles, as pessoas circulavam sem usar máscara ou respeitar o distanciamento social, em alguns bares as mesas não respeitavam o distanciamento mínimo e

comportavam número de clientes acima do permitido. Diante disso, Lara sugeriu que o estabelecimento “[...] fica constrangido, não sei o que é que não controla [...] tanto pelas pessoas que frequentam também, que acabam não respeitando [...]”. Ao mesmo tempo, Marcos relatou que não tem nada que possa ser feito, pois “[...] não tem norma sanitária que ajudaria, só se a pessoa não chegar mesmo a entrar no bar [...]”. Nessa perspectiva, Márcio Passos, Secretário de Desenvolvimento da Cidade, relatou em reportagem de setembro de 2020 (CARRARETTO, 2020b) que é praticamente impossível atender a todos os chamados e denúncias de bares funcionando de forma irregular na cidade e pediu corresponsabilidade à população.

De maneira geral, os frequentadores entrevistados relataram sentir medo de contaminação nas vezes que foram à Rua da Lama durante a pandemia, e compartilharam receios e expectativas em torno do seu espaço. Por não “saber o que esperar”, relataram buscar se precaver por meio do uso de máscara e álcool em gel, frequentando os bares menos cheios, sentando-se nas mesas mais afastadas e sendo mais comedidos nas interações “[...] no sentido de a gente não poder fazer mais as coisas tão naturalmente igual a gente fazia antes, agora é sempre com uma preocupação, um pé atrás [...]” (ENTREVISTA MARIANA). O seguinte relato complementa a questão:

[...] sentar afastado, chegando de máscara, saindo de máscara, com álcool em gel passando na mão antes de comer, antes de beber [...] também não estava indo lá no meio do povo pra fumar [...] porque isso é o que eu faço geralmente, né?! [...] eu também cumprimentaria mais pessoas [...] o que não dá pra fazer agora, só dar um aceno [...] (ENTREVISTA MARIANA).

Proponho, a partir disso, que a reconfiguração das práticas preestabelecidas no campo e as expectativas em relação ao espaço da Rua da Lama balizaram antecipadamente o praticar dos entrevistados. Essas expectativas estiveram relacionadas aos receios em torno do comportamento do público, de possíveis aglomerações e principalmente do medo de contraírem Covid-19. Sobre isso, Lara relatou que, em uma das oportunidades em que foi à Lama no período, acabou deixando o local mais cedo do que previa, pois a aglomeração de pessoas se aproximava da sua mesa. Em situação semelhante, Saulo mencionou que o consumo de bebidas alcoólicas influenciou o comportamento das pessoas, pois as

preocupações e cuidados gradativamente se afrouxavam ao passo que as pessoas “começam a ficar mais alegrihas”:

[...] se a gente parar pra pensar “tá numa pandemia”, e se todo mundo ficar falando um com outro assim, vai dar [...] se tiver um infectado, tá todo mundo ferrado, todo mundo ferrado [...] todo mundo com receio de chegar muito perto do outro, a não ser depois de bêbado, porque antes disso ninguém chega perto de ninguém [...] (ENTREVISTA SAULO).

Saulo disse ainda que retornando para casa, após o “calor do momento”, sentiu arrependimento por ter saído na oportunidade, mesmo que soubesse de antemão os riscos envolvidos, chamando atenção para como materialidades e corporeidades também organizam as práticas (BEST; HINDMARSH, 2019). As reconfigurações das práticas na Rua da Lama denotam como sujeitos alteram ou adequam suas condutas individuais frente a mudanças ocorridas no contexto em que se inserem (SABELLA; EL-FAR, 2019). Ou seja, o contexto confere inteligibilidade para a corporificação ou performance das práticas (RECKWITZ, 2002), de tal maneira que sujeitos reagem de maneira proporcional às situações vividas. Desta forma, os cidadãos da urbe concatenam no seu praticar aspectos relacionados a contextos mais amplos (ou macro), como da cidade ou sociedade, e aspectos locais (ou micro) como a materialidade do espaço (SABELLA; EL-FAR, 2019).

Sugere-se que, a despeito dos riscos observados, os frequentadores entrevistados decidiram pela Rua da Lama como opção de lazer em função de certa continuidade de hábitos anteriores à pandemia, indicando manutenção de traços no praticar (JÚLIO, 2019) – antes mudança de forma que de substância ou conteúdo. Por conseguinte, as motivações para frequentar o local permaneceram mais ou menos as mesmas entre os entrevistados: reencontrar os amigos; jogar conversa fora; ver o movimento; por ser ponto de encontro comum entre os amigos; para tomar cerveja mais barata; por morar perto ou simplesmente estar nas redondezas; pelo perfil mais jovem do público; dentre outras. Cabe ressaltar que tais práticas estiveram descritas em outros trabalhos sobre da Rua da Lama (DOMINGUES; GRIPP; FANTINEL, 2017; DRUMOND; FANTINEL, 2015; DRUMOND; FANTINEL, 2021).

Julia comentou, assim, que a opção pela Lama não foi devido a “[...] nada especial, porque antes da pandemia sempre foi meu ‘rolé’ [...] as pessoas que eu conhecia

estavam lá [...]”, enquanto Saulo, que atualmente mora no Rio de Janeiro, disse que foi só “[...] pra bater um papinho mesmo e matar aquela saudade de Vitória [...] a última vez que tinha ido em Vitória, tinha sido em janeiro do ano passado [...]”, e Evandro relata que sentou num dos bares do local com amigos após o trabalho porque “[...] era o lugar que ia ter na hora assim [...]”. Cabe destacar aqui o seguinte excerto da entrevista da Lara:

“[...] sim, como um ponto turístico. A gente apresentou o Centro de Vitória, assim, superficialmente, apresentou o Triângulo superficialmente, mas escolhemos parar na Lama [...] era um público diferente do público que frequenta o Triângulo. Era um público mais jovem, mais descolado, diferente daquele que frequenta o Triângulo, daí a gente decidiu ir lá [...]”.

Nota-se a relevância de fatores sociais na escolha pela Rua da Lama, o que manteve aderência aos achados de Drumond e Fantinel (2015) acerca das motivações do público para frequentar o local, com a sociabilidade assumindo protagonismo sobre os demais fatores, como consumo de produtos. Não obstante, episódios de aglomeração (A GAZETA, 2020b; FOLHA VITÓRIA, 2021b; G1 ES, 2020) e excessos por parte do público da Rua da Lama foram registrados no período. Nessa direção, ficou evidente nos relatos dos frequentadores entrevistados que em determinados momentos “[...] tava tudo como se nada estivesse acontecendo [...]” (ENTREVISTA JÚLIA), “[...] igual antes da pandemia, a mesma coisa [...]” (ENTREVISTA EDUARDO).

Acrescento que, durante os momentos de observação, notei que os funcionários dos bares estavam de acordo com as normas sanitárias do ponto de vista individual, ou seja, portavam máscara, usavam álcool em gel regularmente e mantinham certos cuidados em relação ao distanciamento social. No entanto, o público se demonstrou em grande parte relapso às medidas sanitárias, como ao formar grupos com diferentes pessoas nas imediações da calçada com a rua, sem usar máscara a maior parte do tempo, conforme informaram entrevistados e documentos (G1 ES, 2020; TRIBUNA ONLINE, 2021). A apropriação do espaço público pelos diferentes praticantes estabelece pontes interligando as fronteiras do público e do privado (MARINS; IPIRANGA, 2017), tornando difusas as noções de formalidade e informalidade (DOMINGUES; GRIPP; FANTINEL, 2017).

Destaco que percebi durante as observações que as pessoas retiravam a máscara ao se sentarem às mesas dos bares, estando sozinhas ou acompanhadas, entretanto, colocavam novamente quando iam ao banheiro ou quando se preparavam para ir embora. Partindo daí, práticas heterogêneas estiveram compreendidas no espacializar da Rua da Lama, de tal maneira que dentro das suas fronteiras coexistiam elementos, práticas e arranjos de práticas muitas das vezes contraditórios, salientando como as dinâmicas de estabilização das práticas compreendem momentos de transição ou transitórios (JÚLIO, 2019).

A crise sanitária catalisou os processos de reconfiguração e as dinâmicas de atualização da vida cotidiana urbana (CERTEAU, 1998; LEITE, 2010) em que as práticas são dissolvidas ao mesmo tempo que novas práticas, ou práticas atualizadas, emergem (JÚLIO, 2019). Dessa maneira, a malha de práticas que espacializa a Rua da Lama foi gradativamente reconfigurada no decorrer da pandemia, de tal maneira que novos elementos materiais e simbólicos foram inseridos ou atualizados incrementalmente ao longo do tempo. Destaco que diversas vezes os entrevistados relataram que a Rua da Lama não teria “mudado nada” e que ela “continuava a mesma”, do mesmo modo que foram comuns enunciados do tipo “tudo estava diferente” ou “não é mais como era antigamente”. Não obstante, relatos tão distintos acerca do mesmo espaço sublinham o caráter processual do cotidiano urbano (CERTEAU, 1998), comportando elementos heterogêneos ou contraditórios, persistências e alterações, novos e velhos arranjos, em complexas dinâmicas de manutenção-mudança (JÚLIO, 2019).

Isto posto, a malha de práticas da Rua da Lama conservou determinados elementos que remontavam a tempos pré-pandemia (como o hábito de reunir amigos ou tomar cerveja para relaxar da rotina) ao passo que introduziu elementos novos e reconfigurou antigos (como evitar se aproximar de desconhecidos em função do distanciamento social ou não compartilhar bebidas e cigarros), preservando certa continuidade ao mesmo tempo em que transformações foram impressas – uma configuração mais ou menos estável das práticas (JÚLIO, 2019). Destarte, no tópico seguinte busco apresentar as mudanças ocorridas no espaço da Rua da Lama no decorrer da crise sanitária e entender como tais mudanças foram produzidas por meio do caráter recursivo das práticas na vida cotidiana urbana.

4.6 (RE)CONSTRUÇÃO ESPACIAL DA RUA DA LAMA

A (re)construção espacial da Rua da Lama reuniu aspectos relativos ao espacializar do campo no decorrer da pandemia, agregando as percepções da mídia (sobretudo jornais e sites de notícia), dos indivíduos entrevistados e as minhas próprias, com base nos diários produzidos em campo. Compreendeu, dessa maneira, reconfigurações espaciais da Rua da Lama a partir da atualização da malha de práticas que organiza seu cotidiano, e, conseqüentemente, seu espaço – fazendo do mesmo simultaneamente ponto de partida e chegada.

Recobrando Certeau (1998), o cotidiano urbano comporta as diversas práticas dos seus habitantes, as quais reorganizam e reconstroem seu espaço ao longo do tempo. Nessa perspectiva, Leite (2010) chama atenção para a relevância das rupturas e descontinuidades na organização da cidade, ocasionadas pela reconfiguração das práticas cotidianas dos habitantes da urbe. Assim, a atualização das práticas cotidianas reorganiza a cidade, reconfigurando seus espaços via dinâmicas de manutenção-mudança (JÚLIO, 2019). A construção espacial da Rua da Lama comportou tanto práticas relacionadas à manutenção dos modos de fazer anteriores à pandemia, como práticas ligadas à atualização desses modos de fazer e novas práticas, ou práticas atualizadas. Tais práticas alteraram simbólica e materialmente seu espaço, que comportou descontinuidades e continuidades, rupturas e novos formatos.

A malha de práticas da Rua da Lama reuniu modos de fazer em continuidade ao período anterior à pandemia, ou seja, aspectos do praticar mantidos ao longo do tempo e que integraram a construção do seu espaço. Não enquanto unidades isoladas, mas como traços que permearam as práticas e indicaram a dissolução de determinados modos de fazer em vista do surgimento de outros. Indicando transição, tais práticas sinalizam o movimento contínuo de atualização do espaço urbano, por vezes lento e gradual, mas que foi acelerado pela crise sanitária e seus desdobramentos.

As rupturas decorrentes da crise sanitária provocaram diversas alterações no cotidiano da Rua da Lama, reconfigurando o praticar dos diferentes sujeitos e seu

espaço. Preocupações envolvendo o contágio permearam as condutas dos praticantes entrevistados, tornando as interações menos frequentes e mais distantes fisicamente (por exemplo acenando para conhecidos ao invés de abraçar), reduzindo o tempo de permanência (em períodos com ou sem restrição de horário para o funcionamento dos bares) e seus deslocamentos, bem como o número de amigos à mesa. Nesse sentido, Mariana relatou que “[...] a gente foi no [nome do bar], ainda meio receosas assim, pegando as mesas mais afastadas um pouco [...]”, já Júlia disse que “[...] das vezes na pandemia eu fiquei sentada, e, tipo, não andei, não abracei as pessoas [...]”, enquanto Saulo relatou ter achado tudo “[...] muito esquisito porque apesar da gente ‘tá’ sentado bebendo, ‘tá’ todo mundo afastado, as pessoas não se falam muito [...]” – destaque que durante as observações também notei o público mais comedido.

Dessa forma, os entrevistados seguiram frequentando a Rua da Lama com amigos, bebendo e descontraindo, porém com mudanças em relação às interações e aos comportamentos que representassem risco de contágio, afinal, “[...] a prática é situada no tempo e no espaço, em um contexto histórico-social que lhe confere inteligibilidade [...]” (JÚLIO, 2019, p. 86). Não obstante, funcionários de bares passaram a usar máscaras durante o expediente e reorganizar os espaços físicos dos estabelecimentos, especialmente a disposição das mesas nas calçadas de modo a cumprir com as normas sanitárias (NOTAS DE CAMPO, 2021), ao passo que gestores públicos passaram a organizar operações e rondas para reprimir situações de descumprimento das normas sanitárias pelos bares da Lama (FOLHA VITÓRIA, 2021a; G1 ES, 2021c). Considerando o exposto, proponho que as apropriações do espaço público, as reconfigurações no espaço físicos dos bares, bem como as operações de vigilância e controle revelaram rupturas parciais do cotidiano do campo e a reorganização de práticas que suscitaram estratégias do poder público, destacando o caráter micropolítico do organizar urbano.

O uso de máscara entre o público foi inconstante e os mais precavidos normalmente as colocavam quando iam transitar por entre as mesas ou pelas ruas, quando iam ao banheiro ou ao irem embora (NOTAS DE CAMPO, 2021). No entanto, parte do público não demonstrou a mesma preocupação, usando-as somente até o momento em que chegava nos bares, retirando ao sentar-se e colocando apenas ao sair. A

única similaridade se dava enquanto estavam às mesas ou calçadas, já entre amigos no espaço dos bares, pois as pessoas não usavam máscara – principalmente por estarem consumindo bebidas. A ambivalência no uso de máscara, proponho, reforça o entendimento de que práticas contrárias podem coexistir nos espaços e negociam fronteiras (MENDES; CAVEDON, 2015).

Da mesma maneira, relatos contidos em trechos de documentos (A GAZETA, 2021b; G1 ES, 2021b, c), falas dos entrevistados e notas de campo apontaram traços de continuidade no cotidiano e espaço da Rua da Lama. Mariana afirmou que “[...] não estava cheio como a gente conhecia antigamente, né? Lotado. Mas as mesas ocupadas, gente conversando, gente passando [...]”, enquanto Eduardo e Saulo relataram que:

[...] não parecia estar tão cheio quanto era antigamente, mas estava bem cheio. Não tinha mesa pra sentar, por exemplo, mas não tinha muita pessoa em pé [...] estava praticamente lotado, quase não tinha mesa vazia, mas não tinha pessoas em pé, nem nada [...] (ENTREVISTA EDUARDO).

[...] por incrível que pareça, o capixaba sente falta da galera. Mas era mais porque, tipo, você quer ver uma coisa que é engraçado? Sempre em bar, principalmente na Rua da Lama, a gente sempre ouvia muito barulho de conversa, né? Conversa alta, tinha até que subir o tom pra conseguir conversar às vezes porque estava muita “falação”. Não tinha essa, a música estava predominando mais do que as conversas, porque era todo mundo assim no seu nicho, em rodinha, então falava baixo. Uns sentadinhos na mesa, poucas pessoas, sabe? Doideira, né? [...] (ENTREVISTA SAULO).

Apesar de não estar cheia nas oportunidades descritas por Mariana, Eduardo e Saulo, seus relatos indicam traços de continuidade no espaço da Rua da Lama, pois a diminuição no volume das conversas, as interações contidas e a redução dos deslocamentos de pessoas não eram práticas “novas” como o uso de máscaras, mas o que proponho serem atualizações de práticas anteriores à crise sanitária. Recobro que ocorreram aglomerações na Lama mesmo durante os períodos de suspensão na atividade dos bares (CARVALHO, 2020a; GONÇALVES, 2020), o que somado às práticas mencionadas indicam continuidades em seu espaço, visto que permaneceu comportando reuniões de amigos, celebrações, conversas e cervejas após o trabalho, porém com alterações: em menor volume e menos agitadas.

A atualização da malha de práticas da Rua da Lama gerou reconfigurações em seu espaço, que “[...] não parecia estar tão cheio quanto era antigamente, mas estava bem cheio [...]” (ENTREVISTA EDUARDO), “[...] uma Lama que não existe mais [...]” (ENTREVISTA SAULO), todavia essas não foram as únicas percepções e relatos acerca do seu espaço durante a pandemia, sobretudo por parte da mídia (ARRUDA, 2021; CARRARETTO, 2020c). Assim, determinadas práticas cotidianas permaneceram estabilizadas antes e durante a crise sanitária, apropriações, subversões e deslocamentos engendrados na construção espacial da Rua da Lama. Dentre o público, que permaneceu composto em sua maioria por jovens, estiveram presentes adolescentes que, de acordo com Saulo, já chegavam com suas bebidas e ocupavam esquinas e calçadas, reunidos em grupos e compartilhando:

[...] uma catuaba, uma “vodkinha” [...] estava com bastante movimentação da galera, não só do funk [...] tipo “rolé” de adolescente [...] e como sempre, como boa Rua da Lama [...] com carro de som, e põe ele perto do Kone [uma pizzaria pouco afastada dos bares], né? E junta “aquele” baile [...] (ENTREVISTA SAULO).

No que diz respeito ao “baile” indicado por Saulo, podem ser identificadas na mídia versões sobre esses acontecimentos (CARVALHO, 2020a; FOLHA VITÓRIA, 2018; FOLHA VITÓRIA, 2021a; MAGESK, 2017; MARCONDES; AVILEZ, 2018), que de modo geral os classificaram como “bailes do Mandela” (ARRUDA, 2021), “evento clandestino” (FOLHA VITÓRIA, 2021a) e “baile funk clandestino” (CARVALHO; 2020a). Nesse sentido, resgato o seguinte trecho da entrevista de Claudair:

[...] tem até que ter cuidado pra falar isso também, mas, acaba que algumas classes sociais têm embate com outras. E tem alguns grupos de algumas comunidades, alguns bairros periféricos mesmo, né?! Que eles trazem um carro de som, lá na Lama. A Lama é um ponto de encontro, independente de espaço ou do bar aberto [...] (ENTREVISTA CLAUDAIR).

Segundo o entrevistado, os eventos são percebidos negativamente por parte dos moradores da Rua da Lama e imediações, que reclamam do barulho gerado, da aglomeração de pessoas, do uso de drogas por parte do público e lixo produzido. No entanto, como mencionado por Claudair, o local é um espaço público, aberto, e ponto de encontro para jovens e adolescentes de zonas menos abastadas da cidade, que se reúnem para escutar música, conversar, dançar, consumir bebidas e festejar. Desvelando traços de continuidade na produção espacial da Lama, a

manutenção de tais comportamentos no decorrer da crise sanitária sublinha como práticas são organizadas via movimentos recursivos, sucessiva e gradativamente atualizando malhas de práticas mais amplas. Por conseguinte, proponho que a manutenção da prática dos moradores de denunciar esses eventos (seja pelo volume acima do limite estabelecido em legislação; pelo uso de drogas por parte do público; pela aglomeração gerada etc.) é uma continuidade no cotidiano da Lama que guarda relação com questões sociais mais amplas como a exclusão de grupos menos favorecidos da sociedade de determinados espaços organizacionais (ANDRADE, 2021).

A transmissão de partidas de futebol é uma prática comum entre os bares da Rua da Lama, reunindo torcedores e público em geral para assistir os jogos nas televisões e telões dispostos na parte externa dos bares também com auxílio de caixas de som (G1 ES, 2019). Aglomeração de pessoas, elevado consumo de bebidas, volume alto nas conversas e gritos das torcidas são comportamentos normais em dias de jogos, conferindo clima de agitação e festividade ao espaço, de tal maneira que a administração pública se organiza e intervém antecipadamente na véspera de algumas partidas, como na ocasião da Copa do Mundo de Futebol de 2018 e nas finais da Libertadores da América e Mundial de Clubes de 2019 (ES HOJE, 2018; ES HOJE, 2019; G1 ES, 2019).

Em uma das oportunidades que Eduardo foi à Lama durante a pandemia, estava acontecendo a transmissão da final do campeonato paulista em um dos estabelecimentos. Por isso “[...] tinha bastante torcedores do São Paulo lá [...]”, assim como autoridades ligadas à saúde e à segurança pública que, em parceria com a prefeitura, se organizaram em fevereiro de 2021 na ocasião da decisão do Campeonato Brasileiro de 2020 para conter eventuais aglomerações e excessos por parte do público, mesmo com Vitória se encontrando em risco baixo e os bares, portanto, sem restrição de horário de funcionamento (CUZZUOL, 2021). Além disso, reuniões de grupos de adolescentes na Rua da Lama e imediações, ocupando trechos das ruas e calçadas para consumir bebidas alcóolicas e socializar, aglomerações “clandestinas” do público mais jovem, sobretudo advindo de bairros periféricos, com carros e caixas de som, e episódios ligados a exibição de partidas

de futebol no local conferiram ao seu espaço ares de continuidade, o que proponho indicar estabilizações que perpassaram o “antes e durante” da crise sanitária.

As homologias entre práticas e movimentos retóricos “[...] garantem continuidades formais e a permanência de uma memória sem linguagem, do fundo dos mares até as ruas de nossas megalópoles [...]” (CERTEAU, 1998, p. 104), transformam os sujeitos em “[...] locatários e não os proprietários do seu próprio saber-fazer [...] que não o possui tampouco [...] circulando entre a inconsciência dos praticantes e a reflexão dos não-praticantes, sem pertencer a nenhum [...]” (CERTEAU, 1998, p. 143). À vista disso, as analogias e referenciações das práticas do presente aos modos de fazer passados constituem a organização da vida cotidiana e do espaço da cidade, dinâmica que esteve presente no seguinte relato de Saulo sobre sua experiência no Sofá da Hebe, um dos bares da Lama:

[...] assim que estava funcionando a Lama até mais tarde [...] eles só deixavam aquela portinha aberta, quando batia lá eles abriam [...] voltou a ser o “Sofá”, né? Foi lá que ficou nesse rolé, eu não sei como é que eles estavam fazendo naquele outro de frente [...] aí ele [dono do bar] estava falando que o que ele ficava mais puto é porque podia deixar, segundo ele, deixar tudo fechado, tirar as cadeiras e vender. Só que ele fazendo isso do mesmo jeito a galera se sentava ali na frente, só que ele não tinha controle sobre essa galera [...] tirou as cadeiras e todo mundo sentou tudo junto na “Hebe” [...] e foi isso, foi muito engraçado, real. Quando saiu, tipo, as mesas e as cadeiras, voltou, teve aquela aproximação da galera conversar mais alto e “não sei o que”, e se entrosar mais. Enquanto estava sentado, estava todo mundo muito na sua, muito cada um na sua bolha [...] deu uma cara mais de Lama, real. “Realzão” ficou mais aquele clima de todo mundo se falar, e todo mundo tentar se conectar. Mas horrível isso, né? [...] (ENTREVISTA SAULO).

Resgatando Drumond e Fantinel (2015), a frente do bar:

[...] possui uma calçada mais elevada que é separada por uma espécie de estrutura de concreto do resto do passeio. Essa estrutura é composta por blocos de concreto e levou originalmente o nome de Sofá da Hebe, dado pelos frequentadores do local em alusão ao programa da TV brasileira [...] os clientes do bar costumam usar a estrutura como assento e se acomodam por ali mesmo [...] (DRUMOND; FANTINEL, 2015).

A observação de Saulo de que o bar “voltou a ser o ‘Sofá’” remontava à versão do seu espaço descrita por Drumond e Fantinel (2015) e à prática do público de se apropriar da estrutura de concreto na calçada em frente ao bar para se sentar e conversar em grupos, acomodar seus pertences, apoiar cervejas e copos,

dispensando o uso de mesas em algumas situações. Em função do Mapa de Gestão de Risco, na oportunidade mencionada os bares estavam autorizados a funcionar até as 22 horas em dias de semana, o que oportunizou a apropriação do “sofá da Hebe” pelo público em função do fechamento do estabelecimento no horário indicado, realçando como rupturas conduzem reorganizações cotidiano – sucessivamente (e recursivamente) atualizando modos de fazer (LEITE, 2010). Destarte, manutenções na materialidade do espaço do Sofá da Hebe oportunizou a continuidade de práticas ligadas à sociabilidade, confraternização e consumo, destacando como recursos materiais, espaciais, gestuais e verbais articulam configurações contextualizadas (BEST; HINDMARSH, 2019), atualizadas na ocasião pela conjuntura da crise sanitária.

Acrescentando à questão, Marcos promoveu alterações no espaço físico do seu bar em função das medidas sanitárias e de distanciamento social, tendo instalado uma placa contendo o cardápio na porção externa do bar, de frente para a calçada. De acordo com o entrevistado isso preveniu o público de entrar no bar ou formar filas em seu interior, visto que era possível escolher as bebidas diretamente da calçada, entrando no estabelecimento apenas para pagar, o que agilizava o processo. Nas próprias palavras de Marcos:

[...] isso aqui aumentou nossa renda para caramba, o cardápio do lado de fora do bar. Eu passei doze anos e nunca tinha pensado nisso, eu falei “cara, que burrice, o cara tinha que entrar pra descobrir o que eu vendia”. Eu botei do lado de fora, mas de forma que compõe e isso foi uma das coisas [...] aumentou nosso compromisso de consolidar a venda com a pessoa [...] a gente tá muito mais acostumado com mais volume, com mais quantidade de pessoas comprando, e as vezes a gente achava que aquilo era gasto. E hoje toda vez que a gente faz um bom serviço de venda mesmo, dá uma coisa pra pessoa e pede pra pessoa postar ou compartilhar e tal. A gente vê como ela ajuda a gente vender, é coisa que a gente deixava passar. Eu espero que na normalidade a gente consiga unir isso tudo, entendeu? Os hábitos novos com a dinâmica antiga [...] todo mundo na fila já com dinheiro trocado, sabendo que [inaudível] era uma besteira. Né? [...] (ENTREVISTA MARCOS).

Considerando as análises e discussões propostas, o processo de manutenção-mudança (JÚLIO, 2019) das práticas cotidianas da Rua da Lama provocou atualizações na malha de práticas que organiza seu espaço. Os instrumentos e medidas adotadas pelo poder público não contiveram apropriações, subversões e transgressões em seu espaço, que conseqüentemente levaram à adoção de novas

estratégias pela gestão pública – sucessivos movimentos que gradativamente reconfiguraram cotidiano e espaço da Lama. Não obstante, a (re)construção do espaço da Rua da Lama foi permeada pelas incongruências e contradições na gestão da crise sanitária, pelas disputas de interesses e aspectos políticos associados à gestão higienista da cidade moderna, reprodutora de desigualdades socioespaciais.

Isto posto, a Figura 6 organiza e resume o processo de reconstrução espacial da Lama:

Figura 6 – A (Des)estabilização das Práticas e do Cotidiano na (Re)construção Espacial da Rua da Lama

A (DES)ESTABILIZAÇÃO DAS PRÁTICAS E DO COTIDIANO NA (RE)CONSTRUÇÃO ESPACIAL DA RUA DA LAMA

(RE)CONSTRUÇÃO ESPACIAL

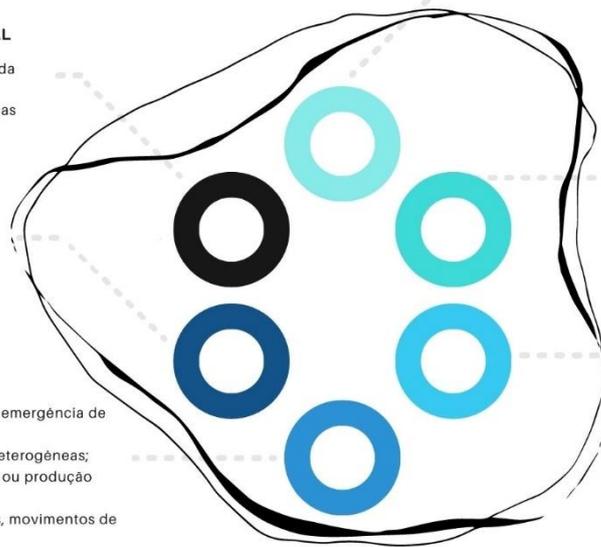
Permanências e mudanças na vida cotidiana da Lama;
A atualização da malha de práticas reconfigurou simbólica e materialmente seu espaço .

(RE)PRODUÇÃO DO COTIDIANO

Rearranjos ocasionados pela pandemia;
Atualizações, continuidades e descontinuidades na vida cotidiana da Lama.

PRÁTICAS

Dissolução de saberes-fazer e emergência de novos;
Certa coexistência de práticas heterogêneas;
Ruptura de práticas, atualização ou produção novas práticas;
O aspecto recursivo das práticas, movimentos de retórica.



MACRO

Má gestão e minimização da crise sanitária;
Incentivo ao descumprimento das normas sanitárias;
Reprodução de lógicas capitalistas na gestão urbana.

MICRO

Restrições no funcionamento dos bares;
Impossibilidade de gestão do comportamento individual;
Negociações, disputas e interesses dos diferentes grupos sociais;
Dimensões material, simbólica e significados atribuídos ao espaço da Lama.

RUPTURAS E ATUALIZAÇÕES NO COTIDIANO DA RUA DA LAMA

Longo período de suspensão da atividade dos bares e Mapa de Gestão de Risco;
Aglomerações e eventos ilegais durante e após o período de suspensão;
Restrição do horário de funcionamento de bares e redução do faturamento;
Alterações nas práticas do público e dos funcionários.

Fonte: Elaborado pelo autor

Constituindo processo de atualização gradativo e recursivo que simultaneamente impulsiona e perpetua práticas, elementos e arranjos de uma malha de práticas, enquanto outros são dissolvidos ou atualizados (JÚLIO, 2019), rupturas ou perturbações do cotidiano da cidade (LEITE, 2010), apropriações, transgressões e subversões por parte dos sujeitos ordinários impressas no espaço, impulsionam a criação de novas estratégias pelo poder público, que por sua vez demandam novas táticas dos sujeitos ordinários em incessante atualização (DOMINGUES; FANTINEL;

FIGUEIREDO, 2019). Pensar a relação entre processos legais e transgressores presente nas relações sociais é pensar na formação das estratégias públicas e suas implicações (e subversões) nos usos da cidade, visto que práticas organizacionais em sua dimensão política manifestam incongruências (CAMARGO et al., 2020) e divergências de interesses que estão imbricados na reconstrução de espaços públicos (ANDRADE; DOMINGUES, 2020b).

Isto posto, as rupturas cotidianas no praticar dos cidadãos da urbe são ao mesmo tempo condição e resultado de novos modos de fazer e arranjos de práticas, que pouco a pouco reconfiguram malhas de práticas que organizam a vida cotidiana e os espaços da cidade. Ademais, entendo que o praticar dos habitantes da urbe é permeado pelos contextos macro e micro em que está inserido, bem como pelos significados e símbolos que atribuem aos diferentes espaços, sendo impossível pensar mudanças mais amplas da cidade sem considerar aspectos locais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo compreender as dinâmicas de reconfiguração de espaços organizacionais na cidade de Vitória (ES) a partir da reorganização das práticas cotidianas no contexto decorrente da pandemia de Covid-19. Para isso, adotei a lente teórica das práticas, partindo da noção de Certeau (1998) sobre o cotidiano urbano e da concepção de rupturas no cotidiano proposta por Leite (2010), decidindo pela Rua da Lama como lócus de pesquisa.

Tendo isso em vista, conduzi pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritivo adotando a triangulação das técnicas de entrevista semiestruturada, observação não participante (com apoio de notas de campo) e utilização de documentos. O método mostrou-se adequado ao objetivo proposto visto que permitiu investigar e interpretar acontecimentos e fenômenos do campo à luz dos dados produzidos por meio de tais técnicas. Assim, partindo das observações, informações dos entrevistados, versões presentes na mídia sobre os acontecimentos e documentos legais (como os decretos), pude propor elaborações a respeito do reorganizar das práticas frente a rupturas na vida cotidiana urbana, que (re)produz espaços organizacionais da cidade. Os códigos analíticos desenvolvidos – rupturas do cotidiano; desafios sociais, políticos e organizacionais no gerir da crise; negociar e articular; aspecto recursivo das práticas; (re)construção espacial da Lama – demonstram o entrelaçamento de elementos e arranjos heterogêneos na produção espacial.

Para atingir o objetivo geral, busquei identificar rupturas ocorridas nas práticas cotidianas (LEITE, 2010) da Rua da Lama, descrever os desdobramentos decorrentes delas e entender como continuidades e descontinuidades no praticar reconfiguraram simbólica e materialmente seu cotidiano e espaço (CERTEAU, 1998) no decorrer da crise sanitária, elucidando suas dinâmicas de (des)estabilização. Os achados do campo desvelaram um cenário marcado por rupturas e perturbações decorrentes de mudanças ocorridas tanto no contexto mais amplo, relacionado à pandemia de Covid-19 no Brasil (atritos entre governos federal, estaduais e municipais; convívio com o risco de contágio e adequação às normas sanitárias e medidas de distanciamento social) e Espírito Santo (decretos estaduais; mapas gestão de risco), como no micro, ao considerar o contexto socioespacial da Rua da

Lama (alterações no praticar; atritos entre estado e município com empresários do setor de bares e restaurantes; adequações no seu espaço físico).

Acrescentando às discussões sobre os processos organizativos urbanos, evidenciei que as rupturas – descontinuidades e atualizações – provocadas na vida cotidiana pelas alterações nas práticas dos diferentes sujeitos, portadores de diferentes visões, interesses e intenções, são relevantes na construção do cotidiano da cidade tal como rotinizações e estabilizações. Além disso, indiquei como os espaços, portanto, são reconstruídos via movimentos de estabilização e desestabilização presentes na vida cotidiana, de forma que práticas são continuamente atualizadas através de estratégias e táticas por parte de diferentes sujeitos, que assumem posição de próprio ou outro conforme as dinâmicas engendradas, assim promovendo a manutenção de determinados elementos ou arranjos de práticas em função de outros, reconfigurando simbólica e materialmente os espaços da cidade.

Em contribuição ao pensar sobre os processos organizativos praticados, proponho que a analogia entre práticas e movimentos retóricos confere aspectos de recursividade ao praticar dos sujeitos, sendo as práticas (re)produzidas via sucessivas rupturas e reconfigurações nos saberes-fazer. Desse modo, é possível que saberes-fazeres perdurem (CERTEAU, 1998), sendo as malhas de práticas organizadas por saberes-fazeres estabilizados ao longo do tempo (JÚLIO, 2019). A perspectiva das práticas permitiu reconciliar aspectos macro e micro, materialidades e imaterialidades, manutenções e mudanças nos diferentes modos de fazer.

O espacializar é uma prática organizativa (BEYES; STEYAERT, 2012) e rupturas no praticar garantem ao espaço caráter processual, de tal maneira que saberes-fazer, dispositivos e arranjos são constantemente reorganizados por meio das dinâmicas estabelecidas entre próprio e outro. Dito isso, a presente pesquisa contribui com a construção de conhecimento acerca do organizar urbano, principalmente, ao evidenciar que os espaços da cidade são cotidianamente atualizados via dinâmicas de ruptura e movimentos de manutenção-mudança manifestados no praticar dos sujeitos, que recursiva e gradativamente alteram as malhas de práticas que (re)organizam e (re)constroem a urbe, desvelando como aspectos micropolíticos, materiais e simbólicos se imbricam na (re)produção das

práticas cotidianas, integrando os movimentos retóricos que habilitam a coexistência de práticas heterogêneas ou concorrentes nos espaços públicos.

Uma das limitações desta pesquisa foi o volume inferior de observações realizadas em campo frente ao previsto inicialmente, o que dificultou a investigação de aspectos materiais ligados ao praticar dos diferentes sujeitos no espacializar da Rua da Lama. Além disso, a participação de somente um empresário local limitou a diversidade de informações, que seria potencializada caso tivesse conseguido acessar mais proprietários ou proprietárias de estabelecimentos da região.

Trabalhos futuros do campo dos estudos organizacionais abordando temáticas urbanas, sobretudo à luz da lente teórica das práticas, podem explorar as relações entre rupturas no cotidiano, estabelecimento e negociação de fronteiras entre diferentes espaços, avançando o debate proposto. Tendo isso em vista, um potencial caminho para novas pesquisas é investigar possíveis relações entre mudanças e flexibilizações ocorridas nas relações de trabalho (como a modalidade remota) após a eclosão da pandemia e alterações ao longo da tecedura urbana da cidade, explorando a centralidade das descontinuidades e rupturas na produção da vida cotidiana da urbe.

Por último, semelhantemente ao espaço que é simultaneamente ponto de partida e chegada do organizar urbano, a trajetória desta dissertação de certa maneira termina como um (novo) início que permite trilhar novos caminhos. Afinal, como alerta a velha canção, vivemos por “[...] um momento de sonho/Pra fazer fantasia/De rei ou de pirata ou jardineira/E tudo se acabar na quarta-feira [...]”.

REFERÊNCIAS

- AFONSO, N. #Verificamos: É falso que STF afastou Bolsonaro do controle de ações estratégicas contra pandemia de Covid-19. **Lupa**, Rio de Janeiro, 01 jul. 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/07/01/verificamos-stf-bolsonaro-covid/>>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- AGLOMERAÇÃO e som alto são registrados na Rua da Lama durante a madrugada. **Folha Vitória**, Vitória, 21 fev. 2021b. Disponível em: <<https://www.folhavoria.com.br/geral/noticia/02/2021/aglomeracao-e-som-alto-sao-registrados-na-rua-da-lama-durante-a-madrugada>>. Acesso em: 27 mar. 2021.
- AHRENS, T.; FERRY, L. Institutional entrepreneurship, practice memory, and cultural memory: choice and creativity in the pursuit of endogenous change of local authority budgeting. **Management Accounting Research**, v. 38, p. 12–21, 2018.
- ALMEIDA, G. Mesmo com proibição, bares e lanchonetes abrem as portas e ficam lotados na Serra. **Tempo Novo**, Serra, 04 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.portalttempoново.com.br/mesmo-com-proibicao-bares-e-lanchonetes-abrem-as-portas-e-ficam-lotados-na-serra/>>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- ANDRADE, A. C. J. S.; DOMINGUES, F. F. Honrando a “escola do coração”: a dádiva como prática social. In: _____. **Estudos Organizacionais & Cidades**. Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2020a. p. 24-45.
- _____. Cidade "linda" para quem? "limpeza" na Cracolândia, região central da cidade de São Paulo. In: ANDRADE, A. C. J. S.; DOMINGUES, F. F. **Estudos Organizacionais & Cidades**. Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2020b. p. 4-23.
- _____. Tempo e espaço: significados atribuídos ao contexto no qual uma escola de samba acontece. In: ANDRADE, A. C. J. S.; DOMINGUES, F. F. **Estudos Organizacionais & Cidades**. Piracanjuba: Editora Conhecimento Livre, 2020c. p. 56-70.
- ANDRADE, R. T. C. Mulheres africanas, racismo estrutural e pandemia de COVID-19: um estudo de caso na cidade da Praia em Cabo Verde. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 21, p. 22-42, 2021.
- ANGROSINO, M. **Doing ethnographic and observational research**. Londres: SAGE, 2007.
- ARRUDA, I. Ação policial na Rua da Lama dispersa aglomerações e realiza apreensões. **A Gazeta**, Vitória, 27 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/policia/acao-policial-na-rua-da-lama-dispersa-aglomeracoes-e-realiza-apreensoes-0221>>. Acesso em: 04 abr. 2021.
- BARES de Vitória prometem animação na transmissão do jogo do Brasil. **ES Hoje**, Vitória, 01 jul. 2018. Disponível em: <<https://eshoje.com.br/bares-de-vitoria->

prometem-animacao-na-transmissao-do-jogo-do-brasil-confira-a-lista/>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BENITES, A. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. **El País**, Brasil, 13 mai. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021.-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

BEST, K.; HINDMARSH, J. Embodied spatial practices and everyday organization: The work of tour guides and their audiences. **Human Relations**, v. 72, n. 2, p. 248-271, 2019.

BEVILACQUA et al. Percepções e usos dos espaços de Shopping Centers: um estudo na cidade de Maringá. **Cadernos de Gestão e Empreendedorismo**, v. 6, n. 3, p. 1-13, 2018.

BEZERRA, M. M. et al. Spatial Practices in the City: The Kidnapping of an Arts Organization. **BAR. Brazilian Administration Review**, v. 16, n. 4, p. 1-23, 2019.

BICALHO, C. S. et al. Movimentos das Águas Caboclas: narrativa visual, cotidiano e ruptura na comunidade pesqueira de Regência Augusta-ES. **Caderno eletrônico de Ciências Sociais**, Vitória, v. 2, n. 1, p. 19-42, 2014.

BISPO, M. Estudos baseados em prática: conceitos, história e perspectivas. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 2, n. 1, 2013.

BLUMER, H. **Symbolic Interactionism: perspective and method**. USA: University of California Press, 1986.

BRASIL se aproxima de 463 mil mortos por Covid; média móvel é de 1.849 por dia. **G1**, Brasil, 31 mai. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021./05/31/brasil-se-aproxima-de-463-mil-mortos-por-covid-media-movel-e-de-1849-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é a Covid-19?** Texto disponibilizado em 08 abr. 2021a. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

_____. Ministério da Saúde. **Como é transmitido?** Texto disponibilizado em 12 mai. 2021b. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-e-transmitido>>. Acesso em: 13 dez. 2021.

BRATICH, J. Observation in a Surveilled World. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Londres: SAGE, 2018. p. 911-945.

BRINKMANN, S. The Interview. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **The SAGE Handbook of Qualitative Research**. 5. ed. Londres: SAGE, 2018. p. 997-1038.

BRUM, E. Pesquisa revela que Bolsonaro executou uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”. **El País**, Brasil, 21 jan. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021.-01-21/pesquisa-revela-que-bolsonaro-executou-uma-estrategia-institucional-de-propagacao-do-virus.html>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CABANA, R. D. P. L; ICHIKAWA, E. Y. As identidades fragmentadas no cotidiano da Feira do Produtor de Maringá. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 24, n. 81, p. 285-304, 2017.

CAMARGO, L. R. F. et al. Organizational practices in the constitution of the right to the culture and to the city: understanding the struggle for the rights of a cultural organization in Goiás city, Brazil. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, n. 53, p. 105-119, 2020.

CARRARETTO, G. Aglomeração: fiscalização na Grande Vitória esbarra na falta de estratégias. **A Gazeta**, Vitória, 04 set. 2020c. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/aglomeracao-fiscalizacao-na-grande-vitoria-esbarra-na-falta-de-estrategias-0920>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

_____. Bares e restaurantes sem limites de horário a partir de segunda-feira (07). **A Gazeta**, Vitória, 04 set. 2020a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/bares-e-restaurantes-sem-limites-de-horario-a-partir-de-segunda-feira-07-0920>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

_____. Secretário de Saúde do ES critica aglomerações: "Pandemia não acabou". **A Gazeta**, Vitória, 25 ago. 2020b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/secretario-de-saude-do-es-critica-aglomeracoes-pandemia-nao-acabou-0820>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARVALHO, E. Veja como se proteger do coronavírus ao andar de ônibus. **A Gazeta**, Vitória, 23 jul. 2020a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/veja-como-se-proteger-do-coronavirus-ao-andar-de-onibus-0720>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

_____. Moradores denunciam baile clandestino na Rua da Lama. **A Gazeta**, Vitória, 30 ago. 2020c. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/moradores-denunciam-baile-clandestino-na-rua-da-lama-0820>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

_____. Jovens são os que mais se contaminam e transmitem coronavírus no ES. **A Gazeta**, Vitória, 06 dez. 2020b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/jovens-sao-os-que-mais-se-contaminam-e-transmitem-coronavirus-no-es-1220>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

CENI, J. C.; RESE, N. Samarco e o rompimento na barragem de Fundão: a narrativa como um recurso performativo da prática estratégica de sensegiving inerente ao strategizing pós-desastre. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, v.27, n. 93, p. 268-291, 2020.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: 1 – Artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CHANLAT, J.-F. O ser humano, um ser espaço-temporal. In: CHANLAT, J.-F. (Org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. ed. 3. São Paulo: Atlas, 2009.

COFFEY, A. Analysing Documents. In: FLICK, U. **The Sage Handbook of Qualitative Data Analysis**. Londres: SAGE, 2014, cap. 25, p. 367-379.

COIMBRA, K. E. R.; SARAIVA, L. A. S. Confrontos entre o espaço produzido e espaço vivido em Belo Horizonte: um estudo sobre o Quarteirão do Soul. **Revista Economia & Gestão**, v. 14, n. 37, p. 28-52, 2014.

COOPER, R.; BURRELL, G. Modernismo, pós-modernismo e análise organizacional: uma introdução. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 87-101, 2006.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 4 ed. Thousand Oaks, CA: SAGE, 2014.

CUZZUOL, M. Aglomerações por jogo do Flamengo preocupam cidades da Grande Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 24 fev. 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/aglomeracoes-por-jogo-do-flamengo-preocupam-cidades-da-grande-vitoria-0221>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

DALE, K.; BURRELL, G. **The spaces of organization and the organization of space**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2008.

DENÚNCIA: drogas, desordem e som alto na Rua da Lama. **Folha Vitória**, Vitória, 12 set. 2018. Disponível em: <<https://www.folhavoria.com.br/policia/noticia/09/2018/denuncia-drogas-desordem-e-som-alto-na-rua-da-lama>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

DIAS, D. A; IPIRANGA, A. S. R; BEZERRA, M. M. O organizar temporária de um festival de música. **Famol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 8, n. 22, p. 302-342, 2021.

DOMINGUES, F. F; GRIPP, E. C. M. B; FANTINEL, L. D. Apropriações simbólicas e espaciais em organizações: o “jeitinho brasileiro” no bar “Sofá da Hebe”. **Famol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n. 9, p. 205-256, 2017.

DOMINGUES, F. F.; FANTINEL, L. D.; de FIGUEIREDO, M. D. Between the conceived and the lived, the practiced: the crossing of spaces at the arts and crafts fair of Namorados Square in Vitória/ES, Brazil. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 88, p. 28-49, 2019.

DOZE bares são fechados por fiscalização nas cidades de Vitória e Vila Velha. **ES Hoje**, Vitória, 01 ago. 2020. Disponível em: <<https://eshoje.com.br/doze-bares-sao>>

fechados-por-fiscalizacao-nas-cidades-de-vitoria-e-vila-velha/>. Acesso em: 27 jan. 2021.

DRUMOND, G. B.; FANTINEL, L. D. A Lama e as Lamas: significados de um espaço boêmio. In: ENCONTRO DA ANPAD, 15, 2015, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://anpad.org.br/eventos.php?cod_evento=&cod_evento_edicao=78&cod_edicao_subsecao=1198&cod_edicao_trabalho=19646>. Acesso em: 21 jan. 2021.

_____. As práticas, o som e a construção do espaço na Rua da Lama. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL CONTEMPORÂNEA, 11, 2021, Vitória. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/segoc/article/view/36639/24202>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

EMERSON, R. M.; FRETZ, R. I.; SHAW, L. L. Participant Observation and Fieldnotes. In: ATKINSON, P. et al. **Handbook of Ethnography**. Londres: SAGE, 2001, cap. 24, p. 352-368.

ES chega a 10.798 mortes e 482.137 casos confirmados de Covid-19. **G1 ES**, Espírito Santo, 31 mai. 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/05/31/es-chega-a-10798-mortes-e-482137-casos-confirmados-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

ESPÍRITO SANTO (estado). Centro de Comando e Controle Coronavírus COVID-19. **Estratégia de mapeamento de risco e medidas qualificadas no Espírito Santo**. Vitória, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.es.gov.br/Media/Coronavirus/Downloads/Cartilha-COVID19%2025.05.2020.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

_____. Centro de Comando e Controle Coronavírus COVID-19. **Governo do Espírito Santo divulga 15º mapa de risco COVID-19**. Vitória, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-espírito-santo-divulga-15o-mapa-de-risco-covid-19>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. Centro de Comando e Controle Coronavírus COVID-19. **Governo do Espírito Santo divulga 21º mapa de risco COVID-19**. Vitória, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-espírito-santo-divulga-21o-mapa-de-risco-covid-19>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

_____. Centro de Comando e Controle Coronavírus COVID-19. **Governo do Espírito Santo divulga 32º mapa de risco COVID-19**. Vitória, 2020. Disponível em: <<https://coronavirus.es.gov.br/Not%C3%ADcia/governo-do-espírito-santo-divulga-32o-mapa-de-risco-covid-19>>. Acesso em: 18 mar. 2021.

ESPÍRITO Santo terá Mapa de Gestão de Risco para a adoção de medidas qualificadas no combate à Covid-19. **Governo do Estado do Espírito Santo**, Espírito Santo, 18 abr. 2020. Disponível em <https://www.es.gov.br/Noticia/espírito-santo-tera-mapa-de-gestao-de-risco-para-adocao-de-medidas-qualificadas-no-combate-a-covid-19>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

FAÉ, R.; CAMARA, G. D.; ROSA, D. D. A reorganização do trabalho em Rio Grande-RS a partir da implementação da indústria naval. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, p. 102-129, 2018.

FANTINEL, L. D.; CAVEDON, N. R. A cultura organizacional do restaurante Chalé da Praça XV em Porto Alegre: espaços e tempos sendo revelados. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 6-37, 2010.

FARIA, A. M.; LEITE-DA-SILVA, A. R. Estudos Organizacionais baseados em Michel de Certeau: a produção internacional entre 2006 e 2015. **Revista Alcance**, v. 24, n. 2, p. 209-226, 2017.

FÁVERO, B. Falas de Bolsonaro levaram a queda no isolamento social entre seus apoiadores, aponta estudo. **Aos fatos**, Brasil, 28 abr. 2020. Disponível em <https://www.aosfatos.org/noticias/falas-de-bolsonaro-levaram-a-queda-no-isolamento-social-entre-seus-apoiadores-aponta-estudo/>>. Acesso em: 27 mai. 2021.

FELDMAN, S.; ORLIKOWSKI, J. Theorizing practice and practicing theory. **Organization Science**, v. 22, n. 5, p. 1240-1253, 2011.

FERIADO de carnaval no ES começa com festas clandestinas e aglomeração. **A Gazeta**, Vitória, 13 fev. 2021a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/feriado-de-carnaval-no-es-comeca-com-festas-clandestinas-e-aglomeracao-0221>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

FERNANDES, V. Governo anuncia novo mapa de risco e restrições para bares e restaurantes. **A Gazeta**, Vitória, 20 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/governo-anuncia-novo-mapa-de-risco-e-restricoes-para-bares-e-restaurantes-1120>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

FESTA clandestina em via pública provoca aglomeração em Vitória. **G1 ES**, Espírito Santo, 21 fev. 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/02/21/festa-em-via-publica-provoca-aglomeracao-na-rua-da-lama-em-vitoria.ghtml>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

FESTA clandestina se repete na Rua da Lama e deixa moradores indignados. **A Gazeta**, Vitória, 21 fev. 2021b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/festa-se-repete-na-rua-da-lama-e-deixa-moradores-indignados-0221>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

FISCALIZAÇÃO percorre bares e restaurantes de Vitória para evitar aglomeração. **A Gazeta**, Vitória, 06 dez. 2020a. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/fiscalizacao-percorre-bares-e-restaurantes-de-vitoria-para-evitar-aglomeracao-1220>>. Acesso em: 07 fev. 2021.

GHERARDI, S. **Organizational knowledge**: the texture of workplace learning. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. São Paulo: Artmed Editora S. A., 2009.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GOLIVER, L. Donos de bares e restaurantes fecham trecho da BR 101 em Linhares. **A Gazeta**, Vitória, 03 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/transito/donos-de-bares-e-restaurantes-fecham-trecho-da-br-101-em-linhares-0820>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

GOMES, R.; CARDOSO, S. P; DOMINGUES, F. F. A (re)produção dos espaços urbanos brasileiros nos estudos organizacionais: que cidade é essa? **Gestão & Regionalidade**, São Caetano do Sul, v. 37, n. 110, p. 43-63, 2021.

GONÇALVES, S. Com blitz, bares fecham na Lama e no Triângulo, em Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 29 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/com-blitze-bares-fecham-na-lama-e-no-triangulo-em-vitoria-0820>>. Acesso em: 27 abr. 2021.

GONÇALVES, S; FREITAS, C. ES lança plano de R\$ 32 bi em investimentos que cria 100 mil empregos. **A Gazeta**, Vitória, 26 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/economia/es-lanca-plano-de-r-32-bi-em-investimentos-que-cria-100-mil-empregos-1120>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

GOUVEA, J. B; CABANA, R. D. P. L; ICHIKAWA, E. Y. As histórias e o cotidiano das organizações: uma possibilidade de dar ouvidos àqueles que o discurso hegemônico cala. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n. 12, p. 297-347, 2018.

HONORATO, B. E. F; SARAIVA, L. A. S. Cidade, População em Situação de Rua e Estudos Organizacionais. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, ano 14, n. 36, p. 158-186, 2016.

HONORATO, B. E. F; SARAIVA, L. A. S; SILVA, E. Rodrigues da, A construção social da ordem e da subversão nos discursos da (e sobre a) população em situação de rua de Belo Horizonte. **Organizações em contexto**, São Bernardo do Campo, v. 13, n. 26, p. 339-383, 2017.

HONORATO, B. E. F; VIEGAS, G. C. F. S. Espaço organizacional e poder: uma análise das tentativas de ordenamento do tráfego e das subversões em uma instituição federal de ensino superior. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n. 19, p. 589-621, 2020.

IDOETA, A. A história de Bolsonaro com a hidroxiclороquina em 6 pontos: de tuítes de Trump à CPI da Covid. **BBC News**, São Paulo, 21 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

IPIRANGA, A. S. R. A cultura da cidade e os seus espaços intermediários: os bares e os restaurantes. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 11, n. 1, p. 65-91, 2010.

IPIRANGA, A. S. R.; LOPES, L. L. S. O Organizar da Estética Espacial: Uma História Táctil da Praça dos Leões. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 31, p. 130-153, 2017.

JOHNSON, J. M.; ROWLANDS, T. The interpersonal dynamics of in-depth interviewing. In: GUBRIUM, J. F. et. al. **The SAGE handbook of interview research: the complexity of the craft**. London: SAGE, 2012, p. 99-113.

JÚLIO, A. C. **Para Além do Parto: A Manutenção-Mudança das Práticas Obstétricas**. 2019. 143 f. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

KVALE, S. **Doing Interviews**. Londres, SAGE, 2007.

LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Se essa rua fosse minha eu mandava ladrilhar: conflitos sociais no organizar do espaço urbano e a luta pela significação entre discursos e [r]existência. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, 27(95), p. 787-819, 2020.

LEITE, R. P. A Inversão do Cotidiano: Práticas Sociais e Rupturas na Vida Urbana Contemporânea. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 3, p. 737-756, 2010.

_____. Razão e cidade moderna. **Revista Brasileira de Sociologia**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 290-310, 2017.

MACHADO, F. C. L.; FERNANDES, T. A.; da SILVA, A. R. L. Michel de Certeau e Estudos Organizacionais: uma leitura do cenário brasileiro. **Caderno de Administração**, v. 25, n. 2, p. 24-43, 2017.

MAGESK, L. Rua da Lama vira terra sem lei com ruas interditadas e carros de som. **G1 ES**, Espírito Santo, 20 jul. 2017. Disponível em: <<http://g1.globo.com/espirito-santo/noticia/2017/02/rua-da-lama-vira-terra-sem-lei-com-ruas-interditadas-e-carros-de-som.html>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MAGESKY, L. Quarentena no ES: Casagrande anuncia pacote de socorro a empresas. **A Gazeta**, Vitória, 19 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/economia/quarentena-no-es-casagrande-anuncia-pacote-de-socorro-a-empresas-0321>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MARCONDES, L.; AVILEZ, L. Diversão ou caos? Vitória vive conflitos por causa do som alto na Rua da Lama. **G1 ES**, Espírito Santo, 23 set. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espirito-santo/noticia/2018/09/23/diversao-ou-caos-vitoria-vive-conflitos-por-causa-do-som-alto-na-rua-da-lama.ghtml>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

MARINS, S. R.; IPIRANGA, A. S. R. O organizar ampliado de práticas cotidianas nos bairros da cidade. **Farol. Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 4, n. 9, p. 148-204, 2017.

MARREWIJK, A. H. V.; YANOW, D. Introduction: the spatial turn in organizational studies. In: _____. **Organizational Spaces**: rematerializing the workaday world. Cheltenham: Edward Elgar Publishers, 2010, p. 1-16.

MEDEIROS, C. R. de O.; VALADÃO JÚNIOR, V. M.; FERREIRA, A. P. Condomínios horizontais fechados: segregação do espaço social. **REA. Revista Eletrônica de Administração**, v. 11, p. 1-23, 2008.

MEDIDAS econômicas na crise do coronavírus: veja perguntas e respostas. **G1**, Brasil, 03 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/04/03/medidas-economicas-na-crise-do-coronavirus-veja-perguntas-e-respostas.ghtml>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

MENDES, L.; Cavedon, N. R. Território como ordem e caos: relações de poder entre camelôs, poder público e comerciantes. **Revista Base (Administração e Contabilidade)**, v. 12, n. 1, p. 15-26, 2015.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, cap. 1, p. 9-29.

MORADORES de Jardim da Penha reclamam de aglomeração na Rua da Lama. **Tribuna Online**, Vitória, 13 fev. 2021. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/coronavirus/moradores-de-jardim-da-penha-reclamam-de-aglomeracao-na-rua-da-lama-89284>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

MOREIRA, A. Bolsonaro é criticado por 'gestão criminosa' e mortes na pandemia no Parlamento Europeu. **Valor Econômico**, Brasil, 20 abr. 2021. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/04/29/bolsonaro-criticado-por-gesto-criminosa-e-mortes-da-pandemia-no-parlamento-europeu.ghtml>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MOREIRA, A; PINHEIRO, L. OMS declara pandemia de coronavírus. **G1**, Brasil, 11 mar. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/03/11/oms-declara-pandemia-de-coronavirus.ghtml>>. Acesso em: 5 jan. 2021.

NASCIMENTO, M. C. R. et. al. Práticas de segregação e resistência nas organizações: uma análise discursiva sobre os "rolezinhos" na cidade de Belo Horizonte (MG). **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 1, p. 55-81, 2016.

NICOLINI, D.; GHERARDI, S.; YANOW, D. Introduction: toward a practice-based view of knowing and learning in organizations. In: _____. **Knowing in organizations**: a practice-based approach. New York: M.E. Sharpe, 2003, p. 3-31.

NUNES, A. Veja o que pode funcionar em Vitória e Serra agora que estão no baixo risco. **A Gazeta**, Vitória, 04 set. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/veja-o-que-pode-funcionar-em-vitoria-e-serra-agora-que-estao-no-baixo-risco-0920>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

OLIVEIRA, J. S. Práticas organizativas e emoções: contribuições para as pesquisas sobre organizações culturais. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 5, n. 2, 2016.

OLIVEIRA, J. S.; CAVEDON, N. R. Micropolíticas das práticas cotidianas: etnografando uma organização circense. **Revista de Administração de Empresas**, v. 53, n. 2, p. 156-168, 2013.

OLIVEIRA, J. S.; MENDES, E.; LOPES, B. F. Práticas de organização na (re)organização da cidade: etnografando a Procissão do Fogaréu na cidade de Goiás. **Pensamento & Realidade**, v. 34, n. 1, p. 45-67, 2019.

ONOFRE, R. Como foi a 'motociata' de Bolsonaro no Rio. **O GLOBO**, Rio de Janeiro, 28 mai. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/epoca/como-foi-motociata-de-bolsonaro-no-rio-25038008>>. Acesso em: 28 mai. 2021.

OPERAÇÃO dispersa aglomerações na Rua da Lama, em Vitória. **G1 ES**, Espírito Santo, 27 fev. 2021c. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2021/02/27/operacao-dispersa-aglomeracoes-na-rua-da-lama-em-vitoria.ghtml>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

PASTI, D. Vídeo mostra bar aberto e aglomeração na Rua da Lama, em Vitória. **A Gazeta**, Vitória, 16 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/video-mostra-bar-aberto-e-aglomeracao-na-rua-da-lama-em-vitoria-0820>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

PEDELIENTO, G.; KAVARATZIS, M. Bridging the gap between culture, identity and image: a structurationist conceptualization of place brands and place branding. **Journal of Product and Brand Management**, v. 28, n. 3, p. 348-363, 2019.

PLENÁRIO do STF confirma instalação da CPI da Covid no Senado: o que acontece agora? **BBC News**, São Paulo, 14 abr. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56752042>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

PREFEITURA de Vitória é notificada sobre evento na Rua da Lama. **ES Hoje**, Vitória, 22 out. 2019. Disponível em: <<https://eshoje.com.br/prefeitura-de-vitoria-e-notificada-sobre-evento-na-rua-da-lama/>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

PROSHOLDT, E.; SPINASSÉ, F.; GIUBERTI, S. Bares cobram permissão para voltar a funcionar. **Tribuna Online**, Vitória, 07 ago. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/cidades/bares-cobram-permissao-para-voltar-a-funcionar-76078>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

PUTTI, A. Governadores reagem a Bolsonaro e apontam 'informação distorcida' sobre repasse aos estados. **Carta Capital**, Brasil, 01 mar. 2021. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/governadores-reagem-a-bolsonaro-acusam-informacao-distorcida-sobre-repasse-aos-estados/>>. Acesso em: 08 mar. 2021.

RASCHE, A.; CHIA, R. Researching strategy practices: a genealogical social theory perspective. **Organization Studies**, v. 30, n. 7, p. 713-734, 2009.

RECKWITZ, A. Toward a theory of social practices: a development in culturalist theorizing. **European Journal of Social Theory**, v. 5, n. 2, p. 243-263, 2002.

RIBEIRO, I. Não é momento de permitir shows e abrir bares no ES, diz governo. **A Gazeta**, Vitória, 24 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/governo-anuncia-novo-mapa-de-risco-e-restricoes-para-bares-e-restaurantes-1120>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

RIBEIRO, J. Saiba o que os candidatos podem ou não fazer nas eleições municipais. **R7**, Brasil, 19 set. 2020. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/eleicoes-2020/saiba-o-que-os-candidatos-podem-ou-nao-fazer-nas-eleicoes-municipais-19092020>>. Acesso em: 23 abr. 2021.

RIBEIRO, R. C. L. et. al. Uma “estética de lances” de uma “heroína ordinária”: o reorganizar de práticas de resistências de uma artesã. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 3, p. 590-606, 2019.

RIBETI, G. Aglomerações preocupam especialistas do ES e ressaltam o papel dos jovens na pandemia: ‘UTI’s ainda estão cheias’. **G1 ES**, Espírito Santo, 24 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2020/08/24/aglomeracoes-preocupam-especialistas-do-es-e-ressaltam-o-papel-dos-jovens-na-pandemia-utis-ainda-estao-cheias.ghtml>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

SABELLA, A. R.; EL-FAR, M. T. Entrepreneurship as an everyday form of resistance: an exploration of the experiences of Palestinian women street vendors in the occupied Old City of Jerusalem. **International Journal of Entrepreneurial Behaviour and Research**, v. 25, n. 6, p. 1212-1235, 2019.

SANTOS et al. Culturas Populares na cidade de Caruaru, Pernambuco, Brasil. **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, 28(98), p. 467-486, 2021.

SANTOS, E.; HELAL, D. H. Práticas de trabalho da cultura popular no agreste de Pernambuco: entre o moderno e o tradicional. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 16, n. 2, p. 127-150, 2017.

SANTOS, M. E. P. et al. Estratégias de Produção da Cidade no Contexto da Neoliberalização: Salvador como Exemplo. **Revista Organizações & Sociedade, Salvador**, 28(98), p. 622-647, 2021.

SARAIVA, L. A., IPIRANGA, A. S. R. Introduzindo histórias, práticas sociais e gestão das/nas cidades. In: _____. **História, práticas sociais e gestão das/nas cidades**. Ituiubata: Barlavento, 2020, p. 10-24.

SOARES, I. Bolsonaro convoca para manifestações a favor dele no dia 15: 'Eu vou lá'. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 09 mai. 2021. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2021./05/09/interna_politica,1264861/bol>

sonaro-convoca-para-manifestacoes-a-favor-dele-no-dia-15-eu-vou-la.shtml>. Acesso em: 22 mai. 2021.

SOARES, I; GRECCHI, F. Homem que veio da Itália é o primeiro caso de coronavírus no Brasil. **Correio Brasiliense**, Brasília, 26 fev. 2020. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/02/26/interna-brasil,830583/homem-que-veio-da-italia-e-o-primeiro-caso-de-coronavirus-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 05 fev. 2021.

TAYLOR, S.; SPICER, A. Time for space: A narrative review of research on organizational spaces. **International Journal of Management Reviews**, v. 9, n. 4, p. 325-346, 2007.

TEIXEIRA et al. Políticas públicas e cidade: produzindo espaços urbanos inclusivos. **RAP. Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 6, p. 1007-1014, 2018.

TESTONI, M. Negacionismo prejudica não só a saúde como conquistas e avanços da medicina. **Uol**, Brasil, 21 mai. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2020/05/21/negacionismo-prejudica-nao-so-a-saude-como-conquistas-e-avancos-da-medicina.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2021.

TRIÂNGULO e Rua da Lama vazios na primeira sexta-feira de isolamento. **Tribuna Online**, Vitória, 20 mar. 2020. Disponível em: <<https://tribunaonline.com.br/coronavirus/triangulo-e-rua-da-lama-vazios-na-primeira-sexta-feira-de-isolamento-64901>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

TRIÂNGULO e Rua da Lama, em Vitória, vão ser interditadas para jogo do Flamengo. **G1 ES**, Espírito Santo, 20 dez. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2019/12/20/triangulo-e-rua-da-lama-em-vitoria-vao-ser-interditadas-para-jogo-do-flamengo.ghtml>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

VEJA o que mudou na rotina das cidades durante pandemia de coronavírus. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/veja-o-que-mudou-na-rotina-das-cidades-durante-pandemia-de-coronavirus.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2021.

VIAS de Vitória serão interditadas para a final da Copa Libertadores. **ES Hoje**, Vitória, 21 nov. 2019. Disponível em: <<https://eshoje.com.br/vias-de-vitoria-serao-interditadas-para-a-final-da-copa-libertadores/>>. Acesso em: 29 mar. 2021.

VÍDEO | Operação policial impede festa clandestina e faz apreensões na Rua da Lama, em Vitória. **Folha Vitória**, Vitória, 27 fev. 2021a. Disponível em: <<https://www.folhavitoria.com.br/policia/noticia/02/2021./video-suspeito-e-detido-durante-acao-para-impedir-festa-clandestina-na-rua-da-lama>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

VÍDEO mostra bares abertos e aglomeração na Rua da Lama, em Vitória. **G1 ES**, Espírito Santo, 29 ago. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/es/espírito->

santo/noticia/2020/08/29/video-mostra-bares-abertos-e-aglomeracao-na-rua-da-lama-em-vitoria.ghtml>. Acesso em: 07 mar. 2021.

VÍDEOS mostram sexo explícito, uso de drogas e som alto na Rua da Lama. **A Gazeta**, Vitória, 18 set. 2020b. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/es/cotidiano/videos-mostram-sexo-explicito-uso-de-drogas-e-som-alto-na-rua-da-lama-0920>>. Acesso em: 24 mai. 2021.

VIEGAS, G. C. F. S.; SARAIVA, L. A. S. Discursos, práticas organizativas e pichação em Belo Horizonte. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 16, n. 5, p. 68-94, 2015.

VITÓRIA (cidade). **Decreto nº 18.047, de 20 de março de 2020**. Vitória, 2020. Disponível em: <<https://sistemas.vitoria.es.gov.br/webleis/Arquivos/2020/D18047.PDF>>. Acesso em: 04 fev. 2021.

XAVIER, W. S.; BALDEZ, M. A. N. A. Lei Municipal de Incentivo à Cultura: Quais os Efeitos Inclusivos e Democráticos na Produção Cultural Local? **Revista Organizações & Sociedade**, Salvador, 28(97), p. 282-305, 2021.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevistas poder público

1. Qual o papel dos governos federal, estadual e prefeituras municipais, no contexto da pandemia?
2. Como você avalia as medidas adotadas pelos governos federal, estadual e prefeituras no que diz respeito ao funcionamento do comércio? E no caso de bares e restaurantes?
3. Qual é sua opinião sobre os esforços de controle, fiscalização e vigilância dos governos federal, estadual e prefeituras para lidar com áreas de bares e restaurantes na pandemia? E para lidar com situações de descumprimento das regras?
4. Para você, quais são os desafios do poder público na interlocução e gestão das insatisfações, cobranças e reivindicações por parte da população acerca das medidas dos governos e prefeituras no enfrentamento da pandemia?
5. Quais são esses desafios no que tange empresários, grandes ou pequenos? Os sindicatos e associações participam nessa dinâmica? Se sim, como?
6. Afunilando a questão anterior para o caso específico dos empresários do ramo de bares e restaurantes, quais os desafios específicos do segmento? O sindicato e associações de bares e restaurantes participam nessa dinâmica?
7. Como está o diálogo e negociação entre os diferentes setores do poder público envolvidos nas decisões acerca do funcionamento de bares e restaurantes? Existem pontos de atrito? Se sim, quais e envolvendo quem?
8. Como está o diálogo e negociação entre poder público e empresários do ramo de bares e restaurantes envolvidos no enfrentamento da pandemia? Como cada um participa?
9. Como está o diálogo e negociação entre poder público e associações de bares e restaurantes (como a Abrasel) e o Sindbares (Sindicato de Bares e Restaurantes do Espírito Santo)? Como cada um participa?
10. Quem participa da formulação das estratégias públicas? Como é o processo e quais os desafios existentes?
11. O diálogo com os diversos segmentos das sociedades (população, empresariado, categorias de funcionários, sindicatos etc.) está envolvido na formulação de tais estratégias? Houve alguma situação em que isso ocorreu? Se sim, como foi?

12. Como você enxerga o papel da mídia ao noticiar sobre a Rua da Lama em tempos de pandemia? Qual é sua opinião sobre esses casos envolvendo a Rua da Lama?
13. Como o poder público age frente aos episódios envolvendo bares e restaurantes e empresários do segmento? A seu ver, é possível evitá-los de alguma maneira?

APÊNDICE B – Roteiro de entrevistas empresário

1. Opinião sobre as regras implementadas pelos poderes públicos no que diz respeito ao funcionamento de bares e restaurantes;
2. Opinião sobre os esforços de vigilância e controle dos poderes públicos para fiscalizar bares e restaurantes no curso da pandemia;
3. Como enxerga a atuação dos poderes públicos em situações de descumprimento das regras.
4. Principais desafios enfrentados nesse período (e se destaca algum);
5. Como vêm lidando e se adaptando, adequando, aos desafios mencionados;
6. Exemplo de situação que requereu o uso de criatividade para pensar soluções envolvendo o espaço físico do bar;
7. Como está a adaptação de clientes e funcionários às normas sanitárias e mudanças no espaço;
8. Como é a abordagem em casos de desrespeito às regras (clientes e funcionários);
9. Descrever como e quem participa do processo de pensar as estratégias e adequações do negócio em tempos de pandemia, apontando os principais desafios;
10. Como enxerga o diálogo atualmente entre empresários e poderes públicos a respeito das negociações envolvendo o funcionamento de bares e restaurantes;
11. Relatar o mesmo diálogo envolvendo sindicatos e associações, e população.
12. Como você enxerga o papel da mídia ao noticiar sobre a Rua da Lama em tempos de pandemia? Qual é sua opinião sobre esses casos envolvendo a Rua da Lama?

APÊNDICE C – Roteiro de entrevistas frequentadores

1. Como foi a sua última noite na Rua da Lama?
2. Quais têm sido as motivações para frequentar a Rua da Lama;
3. Sobre consumo, o que tem atraído na Rua da Lama;
4. Com quem normalmente tem frequentado;
5. O que tem feito na Rua da Lama;
6. O que mudou na forma como frequenta o local (precauções, cias, bares etc.);
7. Como tem se adaptado às normas e restrições do espaço físico;
8. Descrever como ou o que os bares poderiam/deveriam fazer que não estão fazendo;
9. Qual meio de transporte tem utilizado;
10. Onde reside, se é nas proximidades.
11. Como enxerga os papéis dos poderes públicos no contexto da pandemia;
12. Opinião sobre as regras implementadas pelos poderes públicos no que diz respeito ao funcionamento de bares e restaurantes da Rua da Lama.
13. Como você enxerga o papel da mídia ao noticiar sobre a Rua da Lama em tempos de pandemia? Qual é sua opinião sobre esses casos envolvendo a Rua da Lama?